

GRAZIELA FREITAS DOURADO

**MEIOS DE VIDA EM UM CONTEXTO SEMIÁRIDO: ASPECTOS  
CULTURAIS, SOCIOPOLÍTICOS E PERCEPTIVOS DA RELAÇÃO  
HOMEM-AMBIENTE**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de Magister Scientiae.

**VIÇOSA**  
**MINAS GERAIS - BRASIL**  
**2015**

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da  
Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa**

T

D739m  
2015

Dourado, Graziela Freitas, 1988-  
Meios de vida em um contexto semiárido : aspectos culturais, sociopolíticos e perceptivos da relação homem-ambiente / Graziela Freitas Dourado. – Viçosa, MG, 2015.  
vii, 106f. : il. ; 29 cm.

Orientador: Maria Izabel Vieira Botelho.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.  
Referências bibliográficas: f.100-106.

1. Ecologia humana. 2. Percepção geográfica. 3. Educação Ambiental. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-graduação em Extensão Rural. II. Título.

GRAZIELA FREITAS DOURADO

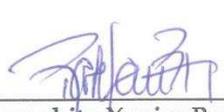
**MEIOS DE VIDA EM UM CONTEXTO SEMIÁRIDO: ASPECTOS  
CULTURAIS, SOCIOPOLÍTICOS E PERCEPTIVOS DA RELAÇÃO  
HOMEM-AMBIENTE**

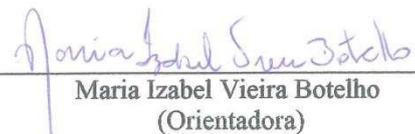
Dissertação apresentada à  
Universidade Federal de Viçosa, como  
parte das exigências do Programa de  
Pós-Graduação em Extensão  
Rural, para obtenção do título de  
*Magister Scientiae*.

APROVADA: 22 de junho de 2015.

  
Jonas Marçal de Queiroz

  
Leonardo Civali

  
Rafael Kopschitz Xavier Bastos

  
Maria Izabel Vieira Botelho  
(Orientadora)

À população de Marcionílio Souza e  
aos profissionais e futuros profissionais  
do ambiente.

## GRATIDÃO

Sinto-me profundamente grata pela oportunidade de poder estudar um tema que considero tão importante e interessante, o ambiente – ou melhor, as relações que nós, humanos, temos com o ambiente.

Gostaria de agradecer à CAPES pelo estímulo às práticas investigativas e mais ainda pela consideração com as pesquisadoras-mamães.

Gostaria de agradecer ao Departamento de Economia Rural pelo usufruto de seu espaço e estrutura. Gostaria de agradecer também ao programa de Pós-graduação em Extensão Rural como um todo. Ao Romildo, Carminha, Margarida e Helena pela disponibilidade e por serem sempre prestativos; aos colegas pela compartilhamento de alegrias e não tão alegrias assim, mas sempre com positividade e estímulo e, especialmente, a todos os professores do programa, acho que minha curiosidade me permitiu absorver um pouco da bagagem de cada um de vocês. Sinto-me bastante grata e realizada pela oportunidade de ter ampliado minha visão de mundo a partir de pontos de vista tão distintos (e complementares) e também tão ricos em suas especificidades. Muito obrigada!

Gostaria de agradecer à minha mãe pelo incentivo e orientação em mais esta fase da minha vida. E ao meu pai por ter contribuído com sua experiência e dedicação a este pedacinho do semiárido. Força! Ainda tem muito a ser feito!

Gostaria de agradecer imensamente ao meu amigo, amante, confidente e companheiro de todos os momentos. Obrigada pelo suporte, meu amor!

Por último e muito especialmente gostaria de agradecer ao pequenininho que me acorda todos os dias com muito amor e que me faz ter mais vontade de contribuir para que esse mundo seja um lugar mais agradável, digno, equilibrado e virtuoso. Tive a oportunidade de contar com uma sensibilidade extra durante a pesquisa de campo, ao carregá-lo no meu ventre, e pude escrever esta dissertação com um especial acréscimo de responsabilidade e maturidade, graças à sua vinda! Te amo muito!



<b>4 MEMÓRIA, MIGRAÇÃO E PERCEPÇÃO DO AMBIENTE: ASPECTOS AFETIVOS DA RELAÇÃO DO HOMEM COM O AMBIENTE EM UM CONTEXTO SEMIÁRIDO .....</b>	<b>80</b>
4.1 Memória sobre o ambiente em Marcionílio Souza .....	81
4.2 Percepção do ambiente em Marcionílio Souza .....	88
4.3 Considerações Finais.....	95
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>100</b>

## RESUMO

DOURADO, Graziela Freitas, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, junho de 2015. **Meios de Vida em um contexto semiárido: Aspectos culturais, sociopolíticos e perceptivos da relação homem-ambiente.** Orientadora: Maria Izabel Vieira Botelho.

O semiárido como um todo e, sobretudo, o ambiente natural semiárido está vinculado a inúmeros valores estéticos e morais. Partindo-se da utilização das palavras sertão e semiárido como sinônimas, percebe-se que, na maioria das vezes, em se falando de senso comum brasileiro, estes valores estão agregados a imagens estereotipadas e pejorativas. Esta pesquisa teve como objetivo melhor compreender a percepção do ambiente por parte da população do município de Marcionílio Souza, localizado na região semiárida do estado da Bahia. A utilização do termo ambiente faz referência ao ambiente natural, de acordo com os mesmos preceitos dos autores da epistemologia ecológica; a escolha desta municipalidade justifica-se, entre outros fatores, pelo alto nível de degradação ambiental encontrado. Para alcançar o objetivo descrito utilizou-se a abordagem meios de vida como ferramenta analítica, pois ao tratar das formas de viver, abarca e articula questões ambientais, de renda, trabalho, migração, sociabilidade, gênero, etc. que compõe a vida dos sujeitos estudados possibilitando assim uma melhor compreensão das formas de viver e perceber o ambiente. A relação homem-ambiente no município foi explorada a partir dos aspectos: culturais, relacionados principalmente às práticas cotidianas e formas de sociabilidade intrínsecas ao ambiente; políticos e econômicos, sobretudo referentes às políticas públicas destinadas à região, assim como às formas de acesso à terra; e perceptivos, captados através do exercício da observação participante e da escuta atenta da memória da população. Foi possível concluir que a população de Marcionílio Souza, diferentemente do que pensa senso comum brasileiro, não emite valores estéticos pejorativos sobre o ambiente semiárido. E que a forma de agir no ambiente está fortemente relacionada às habilidades (no sentido ingoldiano) adquiridas ao longo das experiências de vidas necessárias para se conseguir sobreviver com poucos recursos. Deste modo, constatou-se também que há uma forte reminiscência das formas de ocupação e colonização do semiárido nas estruturas sociais contemporâneas e que, em muitos dos casos, o sertanejo não teve possibilidade de agir sobre o ambiente de forma distinta, pois este era seu principal ou único meio de vida, o que gerou super exploração dos recursos naturais.

## ABSTRACT

DOURADO, Graziela Freitas, M. Sc., Universidade Federal de Viçosa, June, 2015. **Livelihood in a semiarid context: cultural, sociopolitical and perceptual aspects of the human-environment relation.** Advisor: Maria Izabel Vieira Botelho.

The semiarid region, especially the semiarid natural environment is conveyed to numerous aesthetic and moral values. Starting from the use of the words sertão and semiarid as synonyms, it is clear that, most of the time, when talking about the Brazilian common sense, these values are aggregated to stereotyped and depreciating images. This research aimed to better understand the perception of the environment by the population of the municipality of Marcionílio Souza, located in the semiarid region of Bahia. The use of the term environment refers to the natural environment, in accordance with the same precepts of the authors of the ecological epistemology; the choice of this municipality is justified, among other factors, by the high level of environmental degradation found. To achieve the objective described we used the livelihoods approach as an analytical tool, because when dealing with ways of living, it is needed to embrace and articulate environmental, income, employment, migration, sociability and gender issues, etc. These issues compose the life of the subjects studied and thus enable a better understanding of the ways of living and perceiving the environment. The man-environment relationship in Marcionílio Souza was explored from: the cultural aspects, mainly related to daily practices and forms of sociability intrinsic to the environment; political and economic aspects, especially concerning public policies directed to the region, as well as forms of access to land; and affective aspects, capitated through memory and forms of language typical of the place. It was concluded that the population of Marcionílio Souza, unlike the Brazilian common sense, does not emit pejorative aesthetic values of the semi-arid environment. And that course of action on the environment is strongly related to skills (in the Ingold sense) and knowledge acquired over the experiences of life that is needed to survive with few resources. Thus, it was also found that there is a strong reminiscence of the forms of occupation and colonization of semiarid in contemporary social structures and, in many cases, the “sertanejo” was not able to act on the environment in different ways, as this was his primary or only livelihood, which led to overexploitation of natural resources.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca melhor compreender as percepções do ambiente de moradores de um pequeno município do sertão baiano e, deste modo, refletir sobre suas inferências nas práticas no ambiente. Este município, denominado Marcionílio Souza, está localizado na região semiárida do estado da Bahia. A escolha deste município, com especial localização – na região semiárida – justifica-se e articula-se aos pressupostos teóricos e metodológicos adotados. Nesse sentido, o primeiro capítulo foi dedicado à explanação destes fatores e das motivações que levaram à eleição de tal municipalidade.

Ao falar de sertão e de semiárido, vale contextualizar, mesmo que minimamente, algumas características deste território. Até meados do século XVI, a colonização do interior do país foi preterida; tanto o poder político, quanto a grande maioria da população, se concentravam no litoral (ANDRADE, 1980; PRADO JR., 1993). A ocupação da faixa litorânea brasileira foi, sem dúvidas, privilegiada. A exploração tardia do interior do Brasil, motivada principalmente pela criação de gado e, mais tarde, pela busca por metais preciosos, e, ainda a forma como foi veiculada as informações sobre tais expedições, originou, dentre outras consequências, narrativas imaginárias sobre as regiões centrais do país (ANDRADE, 1980; HOLANDA, 1995). Em meio a este contexto, surgiu a amplamente conhecida e divulgada denominação “sertão”, cuja etimologia faz referência à palavra desertão, grande lugar sem vida (LIMA, 1998). A origem de tal termo está relacionada a uma conotação na qual o interior do país era visto como um grande deserto, de forma a conter, segundo Lima (1998), dois significados, um espacial e outro social. O primeiro significado faz referência à localização espacial longínqua, o interior do país, distante do litoral. E o segundo, à dispersão populacional, a um local pouco ou não povoado (LIMA, 1998).

A autora de *Um sertão chamado Brasil* afirma que na literatura encontram-se três definições distintas para a palavra sertão (LIMA, 1998). A primeira se refere às atividades econômicas e padrões de sociabilidade da chamada “civilização do couro”; a segunda, às áreas “despovoadas” do interior do país, pertencentes a qualquer região brasileira; e a terceira, à área semiárida do nordeste brasileiro (LIMA, 1998). Esta

variedade de conotações elucidada a ampla utilização do termo sertão tanto em textos científicos quanto em literários: “o sertão é do tamanho do mundo” (ROSA, 2001, p. 59).

Sem negar a dinamicidade dos processos sociais e suas influências na configuração do sertão contemporâneo é relevante atentar-se, como chama a atenção Lima (1998), à origem dos sentidos e valores agregados à palavra sertão. Agregadas também ao semiárido, devido à forte miscelânea existente entre a utilização dos termos sertão e semiárido, onde o segundo herdou valores embutidos no primeiro. Tal reflexão auxilia no entendimento de algumas imagens e juízos atribuídos, até os dias de hoje, ao semiárido e ao ambiente semiárido, além de proporcionar uma melhor compreensão da própria história brasileira que, como sugere de forma lúdica a autora, é “um sertão chamado Brasil”.

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar, dez, quinze léguas, sem topar com uma casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade (ROSA, 2001, p. 24).

(...) de sorte que sempre evitado, aquele sertão, até hoje desconhecido, ainda o será por muito tempo (CUNHA, 1903, p. 16).

Finalizada esta breve contextualização, tem-se que o primeiro capítulo, além de trazer justificativas e amarrações teóricas e metodológicas, como mencionado, traz uma breve contextualização do município. Ao longo deste capítulo são apresentadas também as características fundantes da dissertação: os questionamentos que direcionaram a pesquisa; as escolhas teóricas que alicerçaram a investigação e seus porquês; e a opção metodológica utilizada, assim como os comentários mais relevantes sobre as fases da coleta de dados empíricos.

Esta pesquisa possui caráter estritamente qualitativo; os principais dados analisados consistem em relatos colhidos por meio de entrevistas em profundidade realizadas com moradores de Marcionílio Souza. Por este motivo, ao longo do texto são utilizados trechos destes relatos para ilustrar e dialogar com as reflexões aqui elaboradas. A identidade dos sujeitos entrevistados foi preservada; por isso, a fim de distinguir um e outro entrevistado, ao final de cada relato citado consta-se um nome fictício. Este nome consiste em letras do “alfabeto nordestino”, ou seja, jota é jí, éle é lê, etc.<sup>1</sup> Foram informados, no entanto, idade, gênero, profissão e local de residência de cada um dos entrevistados.

---

<sup>1</sup> Cf. Música ABC do Sertão de Luiz Gonzaga. Disponível em: <http://letras.mus.br/luiz-gonzaga/47079/>. Acesso em junho de 2015.

Ao longo dos três capítulos seguintes, que constituem o corpo desta dissertação, procurou-se destringir os aspectos considerados mais relevantes para o entendimento da percepção ambiental dos sujeitos sociais de Marcionílio Souza, tendo como base os dados coletados. Estes atributos podem ser agrupados em: aspectos culturais; aspectos sociopolíticos; e aspectos afetivos (elaborado a partir das experiências pessoais de cada indivíduo) da relação homem-ambiente. Obviamente, estes temas são conexos e inter-relacionados; minimamente, todos eles são mencionados em cada um dos capítulos e é neste ponto que se insere a abordagem meios de vida e a sua função articuladora e condutora de toda a análise. Na medida em que os meios de vida têm intrínseca relação com o ambiente, com a cultura, com os recursos materiais, com os fenômenos políticos e sociais e ainda com aspectos da afetividade, tal abordagem auxilia na compreensão da percepção do ambiente e consiste em eficaz e fundamental ferramenta para esta análise.

O capítulo 2, Aspectos culturais dos meios de vida e da relação homem-ambiente em um contexto semiárido, tem o objetivo de melhor entender a natureza da relação homem-ambiente no município de Marcionílio Souza, já que é perceptível uma intensa degradação ambiental e, ao mesmo tempo, aspectos culturais fortemente vinculados ao ambiente imediato. Deste modo, elabora-se uma breve historização da relação homem-natureza no mundo (ocidental), no Brasil e no semiárido nordestino. Para isso, são explorados alguns dos campos de conhecimento que se dedicam ao estudo da relação homem-ambiente. A discussão realizada no capítulo propõe a desnaturalização de dois mitos fortemente presentes no senso comum brasileiro: 1) a culpa agregada à seca e às características menos “exuberantes” do ambiente natural semiárido sobre os problemas econômicos e sociais encontrados na região; e 2) a imagem romântica de “bom selvagem” atribuída a povos tradicionais, onde estes agiriam de forma integralmente harmoniosa com o ambiente onde vivem.

Pode-se dizer que este é um capítulo provocativo, pois, a todo momento, aponta a necessidade de se refletir mais profundamente sobre questões que influenciam o que pode ser considerado como devastação do ambiente natural encontrada no município analisado. Este contexto, levadas em conta as devidas proporções, pode ser ampliado à realidade brasileira e mundial. Finalmente, desmistificada a culpa do ambiente per si e desromantizada a relação do sertanejo com o ambiente, com a ajuda da epistemologia ecológica<sup>2</sup> do antropólogo Tim Ingold e da abordagem de meios de vida reflete-se sobre a

---

<sup>2</sup> Cf. Velho (2001) e Carvalho e Steil (2009, 2012).

relação do homem com o ambiente semiárido que se dá em meio a ferro e fogo, mas também permeado de afetividade e intimidade. A intensão é provocar questionamentos sobre as formas de agir no ambiente. Será que existe uma receita, um manual de conduta ou normas a seguir? Será que estes sertanejos que, durante gerações, acumulam experiências e conhecimentos sobre o ambiente, estão agindo de forma errônea? Quem pode dizer o que é certo e o que é errado?

Em continuidade com o segundo capítulo, o terceiro, *Influências econômicas e políticas nos meios de vida e nas relações homem-ambiente em um contexto semiárido* busca aproximar-se de possíveis respostas aos questionamentos provocados anteriormente. Deste modo, propõe-se uma reflexão sobre a trajetória histórica do semiárido, tendo como foco as políticas públicas e as formas de acesso à terra particulares da região. A partir das obras de autores renomados como Caio Prado Jr., Afrânio Raul Garcia Jr., Manuel Corrêa de Andrade, Sérgio Buarque de Holanda, Vitor Nunes Leal que trataram de questões relacionadas às formas de uso e ocupação do ambiente semiárido, buscou-se fazer a articulação de algumas das reflexões elaboradas por este conjunto de estudiosos da região com alguns dados empíricos, coletados para esta pesquisa, visando, assim, melhor entender as inter-relações entre forças e pressões – internas e externas – que influenciaram a relação do homem (sertanejo) com o ambiente semiárido e, conseqüentemente, sua percepção.

Vale ressaltar que se trata de uma análise relacional dos aspectos evidenciados nas entrevistas referentes à questão ambiental no município, a partir de pontos de vista sociológico e antropológico. O conceito de meios de vida torna-se fundamental à medida que arremata a costura entre os aspectos históricos, econômicos e políticos e, ainda, a relação com o ambiente.

O quarto capítulo, *Migração, memória e percepção do ambiente: aspectos afetivos da relação do homem com o ambiente em um contexto semiárido*, tornou-se concretizável somente a partir de insights provocados pelos relatos colhidos em campo. A intensa relação entre memória e a fala dos sujeitos, a riqueza semântica das expressões típicas utilizadas pelos entrevistados e a clareza com que as emoções falam sobre a realidade possibilitaram a conclusão da análise.

Nesse capítulo são exploradas as representações estéticas emitidas sobre o que seria considerado um “ambiente ideal”. São explorados conceitos de memória a partir de autores como Le Goff, Halbwachs, e também da psicóloga social Ecléa Bosi. Ao distinguir memória individual e memória coletiva são aprofundadas as relações existentes

entre, por um lado, as experiências pessoais (suas emoções e afetividades) e, por outro, a questão política da afirmação da identidade de um grupo às formas de viver e perceber o ambiente.

Por fim, no último capítulo, chama-se a atenção para o papel das migrações – uma importante estratégia de meio de vida local – na resignificação do ambiente na vida dessas pessoas; para isso autores clássicos da abordagem meios de vida, como Frank Ellis e Paul Hebinck dão embasamento ao argumento, assim como a epistemologia ecológica de Tim Ingold. Trata-se da tentativa de compreender aspectos mais sutis e subjetivos da relação com o ambiente embaçados na misticidade e magia da memória, onde se vê o ambiente semiárido repleto de significados positivos, diferentemente da visão do senso comum.

# 1 Sobre a pesquisa e seus caminhos

*“só se escolhe o caminho quando se sabe onde quer chegar” (GOLDENBERG, 2011, p. 14).*

## 1.1 O recorte da pesquisa e as motivações

O município de Marcionílio Souza dista 106 km da BR 116 (“Rio-Bahia”) sentido interior do estado da Bahia. Está localizado à margem da Rodovia BA 245 e é um dos 23 municípios pertencentes ao Território de Identidade da Chapada Diamantina, situado no centro do estado. Limita-se com os municípios de Iaçú, Planaltino, Maracás, Iramaia, Itaité e Boa Vista do Tupim. Apesar de ser contemplado pelas águas do caudaloso rio Paraguaçu, um dos principais cursos d’água do estado e responsável pelo abastecimento de mais de 6 milhões de baianos, Marcionílio pertence à região semiárida, possuindo média pluviométrica de 790 mm ao ano<sup>3</sup>.

Os índices pluviométricos alcançam níveis ainda mais baixos em épocas de estiagem. Durante o último grande período de seca, que se estendeu entre os anos de 2011 e 2013, registrou-se no intervalo de um ano inteiro (2012) apenas 179 mm de chuva<sup>4</sup>. Este cenário de crise hídrica e, conseqüentemente, de crise produtiva, econômica, social etc., associado à constatação empírica de aumento exorbitante na degradação ambiental da região nos últimos anos, foram elementos fundamentais e motivadores para a realização desta pesquisa.

A cada ano que passa nota-se o rio Paraguaçu mais raso, mais sedimentado, formando-se cada vez mais ilhas de capim em seu leito. A paisagem é, a cada dia, mais vermelha, devido a cor do solo nu que, também, a cada dia, está mais degradado (BAHIA, 2005). São mais frequentes e mais profundas, novamente, as marcas da erosão, causadas pela compactação e mau uso do solo (BAHIA, 2005). As árvores vêm se tornando mais escassas, ao passo que o lixo exposto no ambiente aumenta. Há aproximadamente 10 anos os resíduos sólidos urbanos são despidoradamente despejados

---

<sup>3</sup> Cf. o Departamento de Ciências atmosféricas da UFCG. Disponível em: <http://www.dca.ufcg.edu.br/clima/chuvaba.htm>. Acesso em outubro de 2014.

<sup>4</sup> Dados não oficiais, medidos por produtor da região.

e queimados à margem da BA-245. Tal acontecimento se torna ainda mais preocupante devido ao fato de este depósito distar apenas 5 km do rio Paraguaçu, fonte de abastecimento de água do núcleo urbano e inúmeros estabelecimentos rurais do município, além de diversas outras formas de usos e sociabilidades inerentes a este recurso hídrico.

Figura 1 – Lixão localizado à margem da BA-245 no município de Marcionílio Souza



Fonte: Registros da pesquisa de campo (julho de 2014).

O seco clima semiárido e a crescente degradação do ambiente natural mesclados ao encanto exótico e à incrível capacidade de resiliência da caatinga constituem o cenário deste estudo. Marcado por uma realidade socioeconômica dura, este cenário é ainda caracterizado por um forte descaso por parte do Estado, onde se vê descomedidas relações assimétricas de poder e onde há a presença de meios de vida singulares, calejados pela labuta da vida cotidiana. A soma destes e outros aspectos fez com que o município de Marcionílio Souza fosse escolhido para execução desta pesquisa. Ainda que o cenário descrito não seja, em si, o objeto de estudo, é inegável o fato deste ter chamado atenção da autora, cuja formação em Engenharia Ambiental contribuiu para a escolha e recorte do problema de investigação.

Vale ressaltar que a relação pessoal da autora com o lugar, já que o frequenta desde seus primeiros meses de vida, também interferiu no recorte da pesquisa. Neste sentido, reconhecer e ter consciência destes dois aspectos da relação pesquisadora-objeto de estudo torna-se indispensável, a fim de cuidar para que as análises não sejam tomadas apenas pelas percepções e afetividades pessoais. Por outro lado, o fato de a autora não ter convivência demasiado próxima com o grupo, por ser “visitante” e não “nativa”, contribuiu para que não “naturalizasse” determinadas práticas e comportamentos, que deveria “estranhar” para poder compreendê-las (GOLDENBERG, 2011, p. 59).

## 1.2 O objeto/sujeito de estudo

Embora o cenário e o contexto tenham chamado atenção e motivado o recorte do problema da pesquisa, como já mencionado, tem-se aqui uma pesquisa social qualitativa, onde o “objeto” de estudo é, de fato, o sujeito ou os sujeitos de estudo. Trata-se da tentativa de compreender o modo de ver o mundo dos atores sociais que vivem no município de Marcionílio Souza, bem como os sentidos que eles atribuem aos objetos e às ações sociais que desenvolvem (GOLDEMBERG, 2011). Na medida em que os dados de uma pesquisa qualitativa objetivam compreensão mais profunda de certos fenômenos sociais, tendo em vista que aspectos subjetivos da ação social têm grande relevância, os desígnios deste estudo se dirigem à melhor compreensão dos meios de vida destes sujeitos sociais, dos seus sentimentos, motivações, crenças, atitudes individuais, sobretudo no que se refere à relação com o ambiente (GOLDEMBERG, 2011).

Mais do que isso, almeja-se praticar uma espécie de “sociologia sensível” como proposto por Martins (2000) em *Sociabilidade do homem simples*, onde se busca compreender as sutilezas do cotidiano, tendo como foco o anteriormente explicitado.

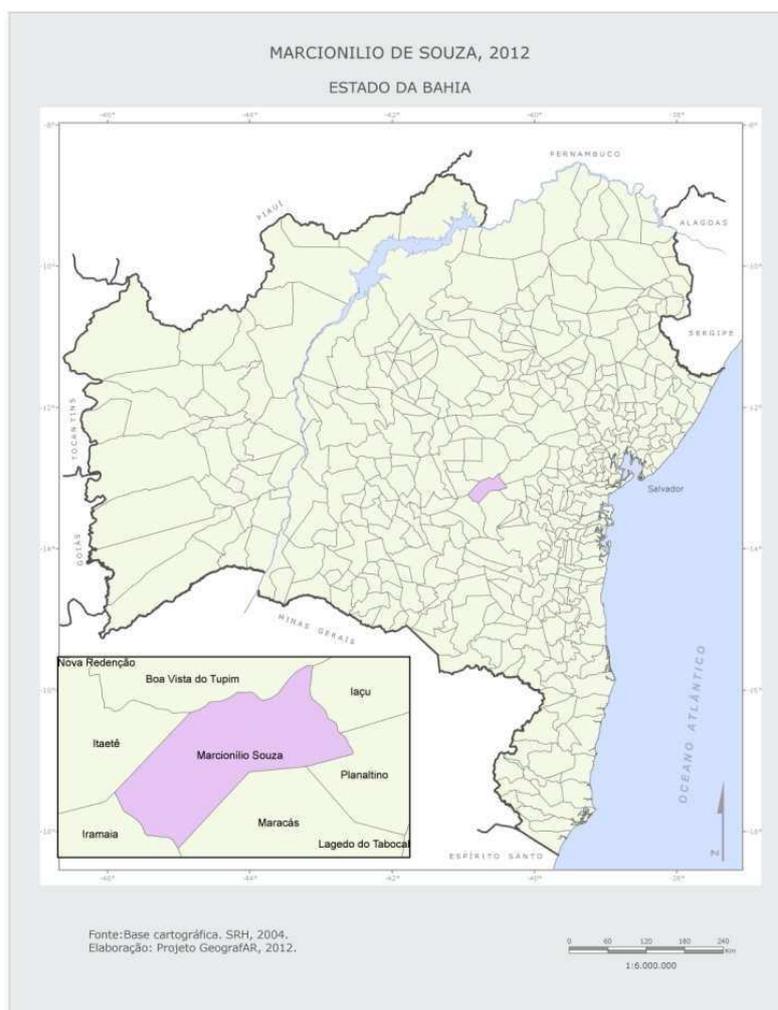
Para o homem comum, os acontecimentos do cotidiano são os que ficam na memória, são os que têm ‘importância’. O homem comum do mundo moderno já não aceita mais ser ‘vítima’ da História e do que, por ser histórico, lhe escapa. Por isso, faz a apologia do que vê e entende, do imediato e do circunstancial, que é o que ele pode ver e registrar. É dessa forma (alienada) que a História se manifesta no vivido. A densidade e a complexidade da alienação em que pessoas estão mergulhadas fazem com que o cotidiano seja em sua vida diária, no agito imediato, mais importante do que a presença consciente dos processos históricos (MARTINS, 2000, p. 151).

A ideia do autor, que nos serviu de inspiração, “é trabalhar essas duas dimensões do processo social e histórico, que é reconhecer o cotidiano na História e a História no

cotidiano, conjuntamente, simultaneamente”; é “reconhecer, interpretar e devassar o bloqueio do aparente” para assim captar o verdadeiro sentido do acontecido (MARTINS, 2000, p.152).

As formas e métodos específicos utilizados para alcançar os objetivos expostos serão apresentados posteriormente, de forma mais detalhada. Intenciona-se aqui, no entanto, expor algumas características consideradas importantes para a familiarização do leitor com o objeto e, também, sujeito de estudo.

Figura 2 – Mapa de Marcionílio Souza



Fonte: Silva (2012).

O município de Marcionílio Souza, segundo o CENSO de 2010, possui população de, aproximadamente, 10.500 habitantes. E, em acordo com a tendência nacional dos

pequenos municípios, a população vem decaindo, como ilustra a Tabela 1, desde a década de 1990, e tornando-se cada vez mais urbana.

Tabela **Erro! Nenhuma sequência foi especificada.** - População de Marcionílio Souza entre 1970 e 2010

População de Marcionílio Souza														
1970			1980			1991			2000			2010		
Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
6.373	1.129	7.502	8.162	1.945	10.107	9.727	3.934	13.661	5.161	5.286	10.447	5.188	5.312	10.500

Fonte: IBGE (2010).

A população rural vem diminuindo a partir da década de 1990 e é formada, primordialmente, por servidores públicos, trabalhadores aposentados, jovens e é marcada também por um intenso fluxo migratório pendular. Apesar do baixo índice demográfico, Marcionílio Souza possui extensões territoriais significativas, ocupando a área de 1.277 km<sup>2</sup> (IBGEcidades, 2014). Este fato, apesar de não fugir à regra já que as municipalidades baianas possuem uma média de 1.354 km<sup>2</sup>, traduz-se em uma heterogeneidade espacial e social imensa (BAHIA, 2011). O mosaico social do município é composto por uma ampla diversidade de categorias sociais, entre eles grandes pecuaristas, assentados de projetos de reforma agrária, comunidades negras rurais, agricultores familiares muito ou pouco integrados ao mercado, pescadores, diaristas, entre outros (GEOGRAFAR, 2010; SANTOS et al, 2010). Do mesmo modo em que se configura de forma geral o campo brasileiro, este mosaico apresenta inúmeras disparidades, entre elas, a distribuição fundiária. O município de Marcionílio Souza é contemplado por 5 projetos de assentamentos de reforma agrária, onde vivem aproximadamente 700 famílias. Cerca de 50% da área do município pertence a algumas dezenas de proprietários, sendo que a grande maioria destes reside em outros municípios<sup>5</sup>.

<sup>5</sup> De acordo com relatos de funcionários da prefeitura os dados da tabela já se modificaram, o que nos leva a crer que hoje em dia o índice de concentração fundiária encontra-se ainda maior. Dois dos

Não obstante a grande heterogeneidade de sujeitos, o aumento da população urbana em detrimento da rural e a constatação do avanço da degradação ambiental é inegável a presença de facetas rurais e intensamente vinculadas ao ambiente natural entre os residentes desta municipalidade. Como exemplo desses aspectos tem-se a prática de cavalgadas, competições com animais (como argolinha e vaquejadas), a pesca, a coleta e o beneficiamento de espécies nativas vegetais (como o umbu e o licuri), a confecção de artesanatos em barro e palha, o conhecimento sobre as espécies animais e vegetais nativas, entre outros.

### 1.3 O problema de pesquisa

Esta aparente contradição entre, por um lado, o aumento do êxodo rural e da degradação do ambiente natural e, por outro, a constatação de características culturais fortemente atreladas ao ambiente natural e de conhecimentos profundos sobre este, além do acúmulo de estratégias de sobrevivência e capacidades de resiliência em meio às condições naturais, provocou a inquietação e o estímulo à presente pesquisa. Onde, de tal modo, pergunta-se: que lugar o ambiente natural ocupa na vida destas pessoas? Como estes sujeitos percebem o ambiente ao seu redor? Quais sentimentos e emoções são provocados pelo ambiente? O fato deste ser um ambiente semiárido influencia tais emoções, tais sentimentos, tais percepções? Como?

---

assentamentos de reforma agrária referidos são posteriores aos dados da tabela, Lafaete, em 2008, e Anativa, em 2010.

Figura 3 – A sertaneja e o rio



Fonte: Registros da pesquisa de campo (julho de 2014).

A partir destes questionamentos e do cenário expostos, iniciou-se o caminho da pesquisa ou a metodologia. O primeiro passo dado neste sentido foi a verificação da pertinência das hipóteses ou pressupostos da pesquisa: existem vínculos significativamente fortes entre a população e o ambiente natural; estes sujeitos guardam conhecimentos profundos sobre o ambiente natural, a despeito da degradação ambiental e do êxodo rural constatados. Julgou-se pertinente, então, mesmo após o levantamento de dados sobre o contexto socioeconômico e cultural do município, o prosseguimento da fase exploratória, prezando pela proximidade aos sujeitos escolhidos, optando-se assim pela execução de um “pré-campo”.

A fase pré-campo consistiu na realização de conversas com alguns membros da população, técnica que Minayo (2012) denomina de entrevista aberta ou em profundidade. Nestas entrevistas, segundo a autora, “o informante é convidado a falar livremente sobre um tema e as perguntas do investigador (...) buscam dar mais profundidade às reflexões” (MINAYO, 2012, p. 64). As perguntas realizadas eram amplas e diziam respeito ao histórico do lugar; à formação das famílias; ao acesso à terra; às práticas agrícolas, de criação e/ou coleta; à divisão do trabalho; ao lugar das mulheres, homens e crianças nas atividades cotidianas; ao uso da água e ao uso e percepções do ambiente em geral. E tinha-se como foco as questões ambientais de forma geral.

Procurou-se, através das perguntas, verificar se as hipóteses e pressupostos estavam condizentes com a realidade social e, também, se era necessária a inclusão de possíveis novos elementos de análise importantes para a pesquisa. Por isso, além das perguntas foi imprescindível o exercício da observação participante. Momentos como conversas informais na praça ou nos “batentes das portas”, conversas na feira e outros foram levados em consideração e tidos como riquíssimas fontes de dados.

Assim como afirma Malinowski (1976), em *Argonautas do Pacífico Ocidental*, a pesquisa de campo está sempre sujeita aos “imponderáveis da vida”, ou seja, àqueles fatos que fogem ao controle do pesquisador. Estes fatos podem contribuir ou dificultar o acesso a informações e a proximidade com os sujeitos estudados. A fase pré-campo foi beneficiada por um lamentável “imponderável da vida”, pois coincidiu com o dia do velório de uma das moradoras mais antigas do município, Dona Dê.

Dona Dê faleceu aos 96 anos e era filha do Coronel Jota, importante personagem da história marcioniliense, chefe político e antigo proprietário de grande parte do que hoje é o território do município. Este acontecimento proporcionou a reunião de muitos moradores e ex-moradores de Marcionílio Souza, inúmeras conversas informais sobre o passado do município e, ainda, o acesso a quintais de algumas casas do núcleo urbano. “Um prato cheio” para a observação participante, que, segundo Minayo (2012), é “um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica”; onde o pesquisador e observador fica em relação direta com os sujeitos no espaço social da pesquisa e, na medida do possível, participa da vida social deles, colhendo dados e melhor compreendendo o contexto pesquisado (MINAYO, 2012, p. 70).

Por meio das conversas e observações, foi possível constatar mais algumas características rurais e fortemente vinculadas ao ambiente natural mesmo no núcleo urbano e, assim, confirmar o fato de a população acumular conhecimentos e cultivar uma relação de afetividade e intimidade com o ambiente natural. Um exemplo destas facetas constatado durante o pré-campo foi a importância dada aos quintais, tema que posteriormente será devidamente explorado. Esta fase da pesquisa permitiu ainda a descoberta de um elemento novo: o fato de o Coronel Jota, coronel por reconhecimento

popular e por definição<sup>6</sup> ser um “conservacionista”, isto é, recriminava a destruição da fauna e flora locais e era um conhecedor e “amante” da caatinga. Este novo elemento reafirmou a importância de se contrapor acontecimentos históricos e mudanças sociais e econômicas, aliados às trajetórias pessoais, com a degradação do ambiente natural na região e com possíveis mudanças nas formas de percepção do ambiente.

Concluída a fase exploratória, confirmada a pertinência das hipóteses e estabelecidos os objetivos da pesquisa, era hora de definir as opções teóricas. Alicerçada na bagagem acadêmica acumulada ao longo do estudo das disciplinas do curso, a partir de devidos aprofundamentos teóricos e consultas à indiscutível sabedoria de alguns “clássicos”, chegou-se a determinados conceitos que servirão de base para este estudo, como meios de vida e a percepção do ambiente. Além disso, tendo em vista o caráter estritamente qualitativo desta pesquisa e a fonte de dados utilizada, a memória foi aferida como conceito pertinente e complementar visando atingir os objetivos almejados.

## 1.4 As escolhas teóricas

### 1.4.1 Percepção do ambiente e meios de vida

Deve-se compreender a história a partir da ideologia, ou a partir da política, ou a partir da religião, ou então a partir da economia? Deve-se compreender uma doutrina por seu conteúdo manifesto ou pela psicologia do autor e pelos acontecimentos de sua vida? Deve-se compreender de todas as maneiras ao mesmo tempo, tudo tem um sentido, nós reencontramos sob todos os aspectos a mesma estrutura de ser. Todas essas visões são verdadeiras, sob a condição de que não as isolemos, de que caminhemos até o fundo da história e encontremos o núcleo único de significação existencial que se explicita em cada perspectiva. (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 17)

O filósofo Merleau-Ponty, em sua obra *Fenomenologia da Percepção*, define a busca pela “essência da percepção” como uma verdade relativa e inerentemente pessoal. O mesmo afirma que “buscar a essência da percepção é declarar que a percepção é não presumida verdadeira, mas definida por nós como acesso à verdade” (MERLEAU-

---

<sup>6</sup> Se nos apoiarmos no conceito de Victor Nunes Leal (2012) de coronelismo, este está de acordo com a condecoração popular do Coronel Jota, pois tanto o período histórico – do início da república – quanto o contexto econômico – da decadência dos fazendeiros – são contemplados.

PONTY, 2006, p. 14). Para este autor, o mundo, ou o real, existe independentemente de nossa análise e percepção; desta forma, ele pode ser descrito, mas não construído ou constituído. Isto quer dizer que não se pode compreender a percepção apenas como juízos ou predicções.

Se a realidade de minha percepção só estivesse fundada na coerência intrínseca das “representações”, ela deveria ser sempre hesitante e, abandonado às minhas conjecturas prováveis, eu deveria a cada momento desfazer sínteses ilusórias e reintegrar ao real fenômenos aberrantes que primeiramente eu teria excluído dele (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 5 e 6).

Nesse sentido, o autor diferencia a significação de expressões primárias da consciência daquelas expressas através da linguagem, onde, para o autor, é função da linguagem separar, ainda que de forma aparente, o expresso do percebido, já que “através da linguagem as essências não mais repousam na vida antepredicativa da consciência” (MERLEAU-PONTY, 2006, p. 12).

Segundo Barros (2012), a percepção pode ser definida como o processo de organização e interpretação de sensações recebidas, o que implica também no fato de a percepção ser algo flexível e que, em geral, as expectativas dos indivíduos influenciam suas percepções de diversos modos. A autora afirma ainda que, ao longo da vida cotidiana, as percepções das pessoas se adaptam continuamente ao meio que as cerca, guiadas por aspectos da realidade que se encontram em harmonia com suas crenças (BARROS, 2012). É a partir disto que se insere a ideia de percepção do ambiente, à qual este estudo se afina. Parte-se do pressuposto que “formas de agir no ambiente são também formas de percebê-lo” (INGOLD, 2000, p. 20). Desta maneira, a percepção do ambiente é fundada na criação e na reprodução constante de modos de ser e viver, mas não se esgota nestas. Incide também sobre as formas pelas quais pensamos e conhecemos o mundo. Ou seja, o modo de habitar o planeta não está separado do modo de conhecê-lo (STEIL e CARVALHO, 2014).

Os antropólogos Gregory Bateson e Tim Ingold são precursores desta linha de pensamento, a qual alguns autores (VELHO, 2001; STEIL e CARVALHO, 2014) denominam epistemologias ecológicas.

As epistemologias ecológicas contrapõem-se à perspectiva representacional. Partem de uma premissa compartilhada de que os significados, os conceitos e as abstrações que resultam do processo do conhecimento não constituem um mundo à parte em relação à matéria e às coisas. Conhecer é fundamentalmente uma habilidade que adquirimos na relação com outros organismos e seres que

habitam o mesmo mundo, e não uma prerrogativa humana que se processaria no espaço restrito da mente como uma operação racional. Torna-se, assim, impossível dissociar a mente do corpo, a cultura da natureza, o conhecimento da experiência (STEIL e CARVALHO, 2014, p. 164).

Estes autores afirmam que para alcançar um valor ecológico apropriado é necessário que dissolvamos esta divisão razão/natureza, liberdade/necessidade, cultural/biológica, o que representa uma crítica aos limites do método científico partilhado por correntes de pensamento como o behaviorismo, o funcionalismo e o culturalismo (STEIL e CARVALHO, 2014). Uma ruptura com estas correntes representaria um critério indispensável para a validação do conhecimento da intrínseca relação do observador com o objeto pesquisado e da mente em relação ao ambiente, o que permitiria enxergar “como pessoas desenvolvem suas habilidades e sensibilidades através de histórias de envolvimento contínuo com constituintes humanos e não-humanos de seus ambientes” (INGOLD, 2000, p. 10).

Vale ainda ressaltar que a utilização do conceito “percepção do ambiente” em lugar de outros termos, como natureza, meio ambiente, e mesmo paisagem, que poderiam ser tidos como análogos, foi baseada em pressupostos teóricos e, por isso, carregam significados relevantes para esta pesquisa. Segundo Ingold (2000), o conceito de ambiente não pode ser nunca confundido com o conceito de natureza, pois “o mundo pode existir enquanto natureza somente para o ser que não pertence a ele”, da maneira como o olha “um distante cientista, desde uma distância tão segura que é fácil conviver com a ilusão de que o mundo não é afetado por sua existência” (INGOLD, 2000, p. 20). Assim, existe uma diferença primordial entre ambiente e natureza, que seria o fato de, no ambiente, existir uma intrínseca relação entre ele e seu habitante; já, na natureza, existe uma distância grande o suficiente para que esta relação não seja percebida ou nem mesmo exista.

A não utilização do termo meio ambiente se deveu unicamente à redundância inerente a este, já que subentende-se que ambiente é também o meio ao qual se refere. O conceito de paisagem, por sua vez, talvez seja o que mais se aproxima da significação almejada neste estudo, sobretudo no que diz respeito à sua definição classificada como pós-moderna, em que a “paisagem deixa de ser vista como uma área transformada por atividades humanas e começa a assumir-se como um produto cultural” (ROZO, 2010, p. 81). Entretanto, seu caráter polissêmico, dinâmico (ROZO, 2010) e o extenso leque de abordagens e definições apresentadas por diferentes autores referentes à paisagem

contribuiu com a não utilização deste conceito. Além disso, para Tim Ingold, o conceito ambiente é mais amplo que o de paisagem, pois engloba os organismos humanos e não-humanos (INGOLD, 2000).

Vários estudos realizados sobre as formas de interação do homem com o ambiente apontam para uma intensa relação entre a percepção do ambiente e as formas de viver ou os modos de produção do grupo social em questão (CÂNDIDO, 1977; THOMAS, 1996; DEAN, 1996; DIEGUES, 2001).

Thomas (1996), por meio de estudos históricos sobre a relação do homem com o mundo natural na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVIII, chama atenção para o fato de a relação do homem com a natureza haver se modificado abruptamente a partir do momento em que aquele se torna mais urbano. O autor atribui tal mudança ao crescimento das cidades, à emergência de uma ordem industrial e ao consequente afastamento do homem dos processos agrícolas – em que o ambiente natural se tornava cada vez mais marginal ao processo de produção. O triunfo do que ele chamou de “nova atitude” consistia em sensibilidades relacionadas a maus-tratos de animais e que, segundo o autor, poderiam ser estendidas também para a relação do homem com a vegetação (THOMAS, 1996, p. 30).

Hoje em dia, quando as matas encolheram a menos da metade do espaço deixado ao desenvolvimento urbano, nossa atitude é muito diferente: consideramos que é melhor plantar árvores que derrubá-las. É no início do período moderno que repousam as origens dessa nova atitude. Evidentemente, não houve uma (...) guinada dramática da destruição para a preservação de árvores. Não obstante, o surgimento de uma atitude mais simpática para com elas é um fato incontestável (THOMAS, 1996, p. 235).

Diegues (2001) apresenta argumentos análogos em seu livro *O mito moderno da natureza intocada*. O autor analisa a relação de populações tradicionais com o ambiente em áreas protegidas e critica o posicionamento “preservacionista”<sup>7</sup> daqueles que são contrários à permanência destas populações em Unidades de Conservação, defendendo a contribuição de suas interferências no meio para a manutenção ecológica, além da preservação de etnoconhecimentos, entre outros benefícios. O autor define, no contexto específico de sua pesquisa, populações tradicionais como “frutos de uma intensa miscigenação entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o

---

<sup>7</sup> “Conservadorismo” e “preservacionismo” diferem-se primordialmente pelo fato de no primeiro admitir-se a interação com o ambiente e, no segundo, defender-se que o ambiente seja preservado intocado.

escravo negro”; são “populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos econômicos” (DIEGUES, 2001, p. 14). E defende que “com o isolamento relativo, essas populações desenvolveram modos de vida particulares que envolvem grande dependência dos ciclos naturais, conhecimentos profundos dos ciclos biológicos e dos recursos naturais” que permitem a sustentabilidade de suas interferências nos locais em questão (DIEGUES, 2001, p. 15).

Os estudos realizados por Thomas (1996) e Diegues (2001) são exemplo de evidências da forte conexão existente entre a relação homem-ambiente e as formas de viver ou modos de produção de determinado grupo social. Contudo, defende-se aqui que esta relação do homem com o ambiente natural não é moldada apenas pela forma que se dá a vida de uma determinada população, mas pelo meio em que a vida é vivida. Sem negar a importância do modo de produção para se compreender a relação homem-ambiente, julga-se necessário levar em conta também aspectos mais subjetivos, referentes às diferentes estratégias de reprodução social que estão para além da dimensão material. Estas estratégias estão relacionadas não somente ao ambiente que os cerca, mas ao contexto histórico vivenciado por determinado grupo e ainda às experiências pessoais, aos laços afetivos, às crenças, às formas de religiosidade, entre outros.

Neste sentido, Antônio Cândido (1977), em sua obra *Parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida, defende que o “modo de produção não deve ser considerado apenas como reprodução da existência física dos indivíduos”, pois ele é “uma espécie determinada da atividade destes indivíduos” e chama atenção para a necessidade de entendê-lo enquanto “uma determinada maneira de manifestar a sua vida, uma determinada maneira de viver destes indivíduos” (CÂNDIDO, 1977, p.24).

Esta obra, apresentada como tese de doutoramento em Sociologia em 1954 e publicada dez anos mais tarde, é considerada pioneira, uma vez que destaca aspectos da sociabilidade e da cultura do homem do campo brasileiro, diferentemente dos estudos então realizados, onde eram analisados apenas aspectos econômicos e/ou agrônômicos do meio rural (JACKSON, 2001) e traz à tona o conceito dos meios de vida. Cândido (1977) reflete sobre a relação existente entre os modos de produzir dos caipiras, a maneira com

que estes se ligavam à vida social mais ampla, por meio dos bairros rurais, e como estas características refletem nas formas de organização e de ajuste ao meio.

Apesar da inegável originalidade do autor brasileiro que introduziu tal tema na pauta das ciências sociais ainda na década de 1950, o conceito proposto por Cândido (1977), segundo Pereira et al. (2010), não é o mesmo do termo derivado do inglês *livelihoods* e traduzido para o português também como meios de vida. Este conceito, proposto por autores ingleses, como Chambers, Conway, Ellis e Scoones, ainda segundo Pereira et al. (2010), trata de uma outra perspectiva.

A principal distinção entre estes conceitos de meios de vida a partir destas duas abordagens está nos aportes teóricos de cada uma das experiências, além do contexto social e histórico de surgimento. Contudo, de acordo com Pereira et al. (2010), esta distinção não exclui o conceito proposto por Cândido da genealogia da perspectiva *livelihoods*, mas, ao contrário, insere-o “em um de seus ramos e braços como experiências localizadas e bem sucedidas” (PEREIRA et al., 2010, p. 1).

Realizada esta breve contextualização acerca do surgimento do conceito e esclarecidas as distinções e semelhanças entre as duas perspectivas abordadas, é válido esclarecer que utilizaremos neste trabalho o termo meios de vida como tradução do conceito contemporâneo *livelihoods*, apostando na sua potencialidade em contribuir para a melhor compreensão da percepção do ambiente.

Deste modo, como afirma Castro (2014), é importante ressaltar que esta noção de *livelihoods* surge no bojo das discussões sobre desenvolvimento rural, a partir de estudos voltados para compreender a pobreza rural, principalmente em países subdesenvolvidos. Ademais, esta abordagem a partir dos autores acima referenciados está vinculada à proposição e tentativa de buscar soluções e saídas para a pobreza rural, especialmente em países africanos. O conceito meios de vida tem, dessa forma, grande utilidade tanto para fins acadêmicos, quanto para diagnósticos de situações concretas com o intuito de fornecer elementos para elaborar políticas públicas mais eficientes.

Nesse sentido, Ellis (2000) chama atenção para a diferenciação entre meios de vida e outros termos relacionados como renda (*income*), trabalho (*employment*) e subsistência (*subsistence*), pois tal conceito faz referência às formas pelas quais os meios necessários à vida são obtidos<sup>8</sup> e não apenas aos resultados em termos de renda recebida

---

<sup>8</sup> O significado de *livelihood* no dicionário, segundo Ellis (2000), é “meios para viver” (“means to a living”).

ou consumo alcançado. Tal ponto de vista se coaduna com o posicionamento apresentado anteriormente, onde se defende uma concepção de meios de vida que extrapola a dimensão econômica.

Hebinck (2007) apresenta ponto de vista análogo. O autor afirma que os meios de vida, ou as estratégias para garantir a reprodução social, envolvem a habilidade em manipular uma diversidade de recursos ligados a questões variadas, desde relações sociais, acesso à terra, meio ambiente, trabalho e emprego, tecnologia, conhecimento, relação com mercados, etc. Para Hebinck (2007), escolhas e tomadas de decisão em relação aos diversos âmbitos da vida (inclusive o econômico) envolvem uma série de questões, onde se incluem a compreensão que as pessoas têm do mundo à sua volta, e deste modo a percepção do ambiente.

Devido ao frequente foco no tema da sustentabilidade ou no desenvolvimento rural sustentável, a abordagem meios de vida esteve repetidamente vinculada a questões ambientais. Chambers e Conway (1992), autores reconhecidos como propulsores da perspectiva livelihoods, vinculam a noção de meios de vida à ideia de sustentabilidade (CASTRO, 2014). Ellis (2000), por sua vez, também destaca a relação dos meios de vida com os recursos naturais. Com fins analíticos, o autor organiza o conceito em subcategorias. Estas subcategorias consistem em gênero, faixa etária, atividades baseadas em recursos naturais e atividades não baseadas em recursos naturais, entre outras.

Uma das definições disponíveis de meios de vida, de acordo com o Ministério para o Desenvolvimento Internacional (DFID), publicado em 2000, em documento intitulado “Manual de Orientação sobre MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS” é:

os meios de vida consistem nas capacidades, atividades e recursos (tanto materiais quanto sociais) necessários para o sustento. Um meio de vida é sustentável quando pode enfrentar e recuperar-se de um estresse ou impacto, mantendo ou expandindo sua capacidade e seus bens, tanto no presente, quanto no futuro, sem prejuízo para os recursos naturais que lhe servem de base (DFID, 2000).

Além do caráter qualitativo, não estritamente econômico e amplamente sociológico do conceito meios de vida, sua intrínseca relação com o meio ambiente fez com que ele fosse eleito como ferramenta apropriada para a compreensão da percepção do ambiente proposta nesta pesquisa.

#### 1.4.2 Memória

As fontes orais são interessantes a uma pesquisa qualitativa à medida que possibilitam, através das narrativas, o acesso às subjetividades dos sujeitos. A partir do fato de que são também constituintes dos meios de vida, permitem uma melhor compreensão de valores e percepções presentes e passadas sobre a relação homem-ambiente (CARVALHO et al., 2007). A história oral é um meio privilegiado para o resgate da memória, apesar desta poder sofrer alterações no decorrer da vida cotidiana (MONTENEGRO, 1992).

Martins (2000) defende, neste sentido, que seja possível reconstituir a História a partir da memória, e que, entretanto, esta escolha exigirá uma postura diferenciada do pesquisador.

A reconstituição histórica que incorpore os dados da memória implica reformular a concepção de História, mediante a incorporação de outras temporalidades, diversas daquelas que marcam o tempo reconhecido da História. Mediante, também, a incorporação dos pequenos acontecimentos da vida cotidiana e das concepções de senso-comum que mediatizam a inserção do homem comum nos processos históricos. (...) A memória não é substituta de documento escrito, mas é reveladora de realidades que não estão registradas nesse tipo de documento (MARTINS, 2000, p.143-4).

As entrevistas permitem instituir um novo campo documental e os relatos orais, dessa forma, possibilitam o registro de falas e informações que, muitas e muitas vezes, ter-se-iam perdido com o falecimento dos seus narradores (MONTENEGRO, 1992).

#### 1.5 A pesquisa de campo

A pesquisa de campo se deu aproximadamente seis meses após a fase pré-campo. Devido à proximidade da autora ao “objeto” de estudo e às próprias experiências durante o pré-campo, a coleta de dados ocorreu de forma bastante natural, sem grandes desconfortos. A autora residiu no município por aproximadamente dois meses, o que permitiu o bom desempenho da observação participante. A escolha metodológica por entrevistas em profundidade persistiu nesta fase da pesquisa. O roteiro das entrevistas, por sua vez, encontrava-se lapidado em função das experiências empíricas e escolhas teóricas (meios de vida, percepção do ambiente e memória).

Devido à grande diversidade de sujeitos e à grande extensão territorial do município optou-se pela diversificação, não privilegiando uma ou outra categoria de sujeitos. Procurou-se ser o mais diversificado possível, também, no que diz respeito às características como idade, classe social, sexo, ocupação econômica e localização geográfica dentro do município. A escolha dos entrevistados se deu através de indicações dos próprios moradores do município. Quando era mencionada a intenção da pesquisa em registrar a história oral do município, todos tinham um entrevistado a sugerir: “Você tem que conversar com o Seu Rê!” ou “Dona Jí vai saber te contar um bocado de história!”.

Goldenberg (2011) reflete sobre algumas desvantagens deste tipo de seleção, chamando atenção para o fato de serem escolhidas as “pessoas que ‘querem falar’” – e, neste caso, também, os conhecidos de pessoas que querem falar (GOLDENBERG, 2011, p. 37). Por esse motivo, corre-se o risco de não privilegiar algumas visões de mundo, sobretudo de pessoas mais tímidas ou discretas ou, ainda, de determinados grupos sociais. Assumiu-se, aqui, este risco de forma consciente, ao passo em que se acredita que esta consciência serve como fator amenizador de tais desvantagens. À medida que se tem em mente a existência de determinados grupos e, conseqüentemente, de determinadas disputas de poder, se torna mais fácil o distanciamento de tais influências durante a análise dos dados. Outra medida utilizada para reduzir tais desvantagens foi a permissão de alguns “empurrõezinhos no acaso”, como, por exemplo, expor durante uma conversa: “Não conversei com ninguém do assentamento Zê ainda... nem do povoado Xis ...”. E, certamente, o acaso foi um fator redutor destas desvantagens mencionadas por Goldemberg (2011), pois houve situações em que o informante sugerido não se encontrava em casa e, então, seu vizinho que se aproximou curioso ocupou seu lugar, ou ainda, em que uma das infinitas – e de impossível distinção – estradas vicinais do assentamento Cê levou à casa de um simpático entrevistado surpresa. Decidiu-se que o número de entrevistas era suficiente quando os temas abordados nas mesmas se saturaram, ou seja, quando as respostas às perguntas se tornaram repetitivas. Foram realizadas vinte e duas entrevistas.

Esta fase de coleta dos dados empíricos teve também outro fator bastante favorável, o apoio de um “facilitador” que foi – literalmente – “um pai” para a pesquisadora. A presença de um nativo, de alguém familiar aos sujeitos entrevistados certamente favoreceu o “clima de interesse e tranquilidade” definido como essencial para a coleta de relatos de memória por Montenegro (1992). Outro parceiro da pesquisa de

campo inseparável, neste caso, foi o caderno de campo, peça chave para a observação participante.

Durante as entrevistas procurou-se intervir o mínimo possível, entendendo não-respostas ou mesmo respostas “que fugiam à pergunta” como informações preciosas para a pesquisa. Em concordância com o que defende Montenegro (1992), ao comparar o trabalho do historiador oral com o de “um parteiro”:

O trabalho de rememorar (...) se estabelece através do diálogo entre entrevistador e entrevistado (...). O entrevistador deverá colocar-se na postura de parteiro de lembranças, facilitador do processo que se cria de resgatar as marcas deixadas pelo passado na memória (MONTENEGRO, 1992).

Finalmente, como ressalta o mesmo autor, é importante ter-se em mente que “a relação que se estabelece entre o sujeito e o passado (da memória) está em constante mudança” (MONTENEGRO, 1992).

## **2 Meios de vida, questão ambiental e aspectos culturais da relação homem-ambiente em um contexto semiárido**

Vários estudiosos sobre o Nordeste afirmam que o clima, a natureza e as sucessivas secas não são os responsáveis pelos maiores problemas do semiárido brasileiro, mas sim os “mandos e desmandos” político-econômicos locais, intensificados nos momentos de estiagem prolongada. Apesar disso, a construção simbólica referente ao semiárido é fortemente marcada pela associação entre o atraso regional e a aridez do ambiente (LIMA, 1998; VELLOSO, 2000; SOUSA, 2005; BURITI, 2008; SILVA, 2012; IPEA, 2013; entre outros).

As raízes da imagem do semiárido, construída simbolicamente, podem ser destrinchadas a partir de diversas questões. Entre elas encontram-se os valores estéticos e os preconceitos cujas essências residem na discrepância existente entre as paisagens semiáridas e a auto-representação oficial do Brasil como “país verde”, imagem idílica de Éden perdido (BURITI, 2008; PIETRAFESA e SILVA, 2011). Questões políticas, socioeconômicas, históricas e culturais também permeiam a construção desta associação<sup>9</sup>.

Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho de sertão (...) (CUNHA, 1903, p. 13).

Assim como afirmou Euclides da Cunha, o sertão (e, logo, o semiárido) brasileiro foi ignorado por longa data. Mais do que isso, o sertão (e o semiárido) configurou-se em lugar de descaso. Descaso do poder público em relação às necessidades básicas da população – segurança, educação, saúde, etc. –, descaso em relação às degradantes formas de dominação praticadas em formas de clientelismos, patrimonialismos e outros “ismos”<sup>10</sup>, descaso com aspectos da cultura local e descaso com o ambiente, estereotipado como inóspito, hostil, etc.

O ambiente semiárido e o bioma caatinga, não obstante estes descasos, reúnem um conjunto de ecossistemas de riquíssima biodiversidade, onde vivem espécies animais e vegetais raras e endêmicas (MMA, 2002). Mais do que isso, este ambiente possui imenso valor (concreto e simbólico) para os homens e as mulheres que residem nestes

---

<sup>9</sup> O tema das construções simbólicas sobre o semiárido foi amplamente explorado na literatura, sobre questões políticas, socioeconômicas e históricas desta construção, conferir: Martins (1994); Lima (1998); Velloso (2000); Silva (2012) e IPEA (2013).

<sup>10</sup> Cf. Leal (2012).

territórios. Estes sujeitos sociais desenvolveram e desenvolvem múltiplas estratégias de meios de vida que asseguram sua reprodução social, imersos em todas estas especificidades climáticas, estabelecendo fortes vínculos, acumulando conhecimentos inestimáveis e formas próprias de sociabilidade e de relacionar-se com o ambiente que os circunda.

Estas formas de sociabilidade, estes laços afetivos, estes conhecimentos, estas formas de se relacionar e viver com e no ambiente, intrínsecas à cultura local, permeadas pelos descasos históricos, são elementos que constituem e são constitutivos da percepção. Este capítulo, tem-se o intuito de melhor compreender as formas de percepção do ambiente semiárido por parte dos sujeitos que aí residem. Analisou-se a percepção do ambiente no presente (após o amplo desmatamento) e no passado (antes do desmatamento), tendo surgido, a partir dos relatos, a década de 1980 como marco temporal, pois foi considerada pelos moradores entrevistados como o período com maior índice de desmatamento da região. Deste modo, será analisada a percepção do ambiente relativa a estes dois momentos, antes e depois da notória degradação, com vistas a refletir sobre a questão ambiental no município. Para tanto, os relatos orais foram a principal fonte de informação para as análises a seguir.

O entendimento destas percepções apoia-se na concepção de percepção do ambiente elaborada pelo antropólogo Tim Ingold, que é alicerçada no pressuposto de que as “formas de agir no ambiente são também as formas de percebê-lo” (INGOLD, 2000, p. 21). Já que o perceber e o agir ambientais não se dissociam completamente, pergunta-se: o que vem motivando ações mais degradantes no ambiente? Pretende-se ainda refletir sobre noções de educação ambiental, apoiando-se nas reflexões elaboradas por Isabel Cristina de Moura Carvalho, que propõe a educação ambiental enquanto formação do sujeito ecológico.

A percepção do ambiente, assim como os meios de vida perpassam as diversas esferas da vida das pessoas que naquele habitam. Hebinck (2007) categoriza estas esferas em termos de recursos<sup>11</sup>, que podem ser tangíveis e não-tangíveis, sociais e naturais. Os

---

<sup>11</sup> O autor prefere utilizar o termo recurso ao invés de capital, pois afirma que a noção de recursos é, teoricamente, mais adequada para analisar os meios de vida, como estes são utilizados e quais os significados são atribuídos a eles pelos atores sociais. Hebinck (2007) critica a utilização do termo capital na análise dos meios de vida (utilizado por outros autores, como Ellis (2000)) devido ao fato de este não contemplar

recursos (humano, financeiro, social, físico e natural), de acordo com o autor, não refletem apenas qualidades biofísicas, mas também as relações sociais e as características culturais (HEBINCK, 2007). A análise do ambiente enquanto recurso natural, e, um dos cinco elementos centrais constitutivos dos meios de vida, de acordo com Hebinck (2007), facilita o entendimento das inter-relações existentes entre as estratégias de sobrevivência de dada população e o tema central desta pesquisa: a relação do homem com o ambiente.

Para alcançar os objetivos propostos, foi realizada uma revisão de literatura voltada para análises que enfatizam a relação homem-ambiente. Esta revisão abarcou tanto considerações mais gerais, quanto análises que priorizam aspectos específicos do contexto brasileiro e do contexto semiárido para, assim, refletir sobre as características específicas do município de Marcionílio Souza que influenciam a relação do homem-ambiente específica deste contexto.

## 2.1 Olhares sobre o ambiente: dinâmicas do entendimento da relação homem-ambiente

Inúmeros foram e são os esforços realizados a partir de diferentes áreas do conhecimento para explicar e decifrar a natureza. Desde o século XVII, a ciência lança seus olhares para o mundo natural e, ao longo do tempo, estes olhares sofreram numerosas e complexas modificações (THOMAS, 1996).

Na segunda metade do século XX, especificamente na década de 1960, e, no caso brasileiro, na década de 1970, questões ambientais invadem a literatura científica e não científica (GARCÍA, 1999; SOUSA, 2005; FERREIRA, 2006; CARVALHO, 2006). Esta popularização da temática ambiental, que teve como uma de suas causas a intensificação dos impactos negativos do modelo de desenvolvimento urbano-industrial, foi protagonizada por um termo que se tornou jargão em diversas áreas do conhecimento: a sustentabilidade. Este termo, carregado de definições bastante amplas e, em muitos casos, demasiado vagas, possui uma debilidade conceitual que implicou, na maioria das vezes, em um retrocesso fatídico ou divagações argumentativas.

Foram muitas as tentativas realizadas no intuito de esclarecer e objetivar tal conceito, o que levou a várias discordâncias e, pode-se dizer, a um importante consenso:

---

inteiramente a natureza das atividades humanas, que não são totalmente orientadas para o ganho material.

a impossibilidade de tratar a questão ambiental sob um único ponto de vista. A questão ambiental contemporânea exige um tratamento integrado, “para além das disciplinas e das especialidades que caracterizam a ciência e a tecnologia moderna” (FERREIRA, 2006, p. 97). Desta forma, em concordância com Caporal et al. (2006), defende-se ser mais adequada e prudente a utilização do termo mais sustentável em substituição ao antecedente.

Em relação à integração e à articulação de diferentes áreas do conhecimento para se tratar da questão ambiental, percebe-se que, nos anos recentes, a ampliação dos estudos sobre o tema e o aumento da complexidade inerente às análises dedicadas ao mesmo, sobretudo devido ao fato de estas se tratarem de questões tanto do campo das ciências naturais quanto do campo das ciências humanas, implicou na ramificação de diversos campos científicos. A relação do homem, sujeito social, com o ambiente onde está inserido é atualmente analisada por diferentes correntes teóricas e subcampos das ciências humanas, podendo-se citar a Geografia Cultural, a Antropologia Ecológica, a Sociologia e História Ambiental entre muitas outras (GARCÍA, 1999; DIEGUES, 2001; FERREIRA, 2006; CAPORAL et al., 2006; INGOLD, 2000; PÁDUA, 2010; PIETRAFESA e SILVA, 2011; OSTROM, 2011).

No que se refere à Antropologia, tem-se no “determinismo ecológico” e no “possibilismo histórico” exemplos de abordagens distintivas no que tange à análise da relação homem/ambiente. Na primeira abordagem, o ambiente determinaria a cultura enquanto na segunda o ambiente não teria influência na origem dos padrões culturais (DIEGUES, 2001). Diegues (2001), em *O mito moderno da natureza intocada*, analisa e diferencia quatro abordagens antropológicas consideradas mais relevantes no que diz respeito aos conceitos de cultura em sua relação com o ambiente. São elas a Ecologia Cultural, a Antropologia Ecológica, a Etnociência e a Antropologia Neomarxista ou Econômica.

A Ecologia Cultural, segundo Diegues (2001), foi criada com o intuito de romper com o “determinismo ecológico” e com o “possibilismo histórico”, considerando que certos aspectos da cultura são mais suscetíveis à relação mais forte com o ambiente que outros. O autor afirma que estes aspectos como, por exemplo, “as atividades econômicas de subsistência” são responsáveis pelas respostas adaptativas do homem ao ambiente (DIEGUES, 2001, p. 75). A Antropologia Ecológica, por sua vez, considera a sociedade um subsistema de uma totalidade mais ampla, “o ecossistema onde os seres humanos, animais e vegetais mantêm relações bioenergéticas” e, para isso, usam-se conceitos

importados de outros campos científicos como a homeostase e a auto regulação (DIEGUES, 2001, p. 76). A Etnociência tenta desvendar a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural, explorando, sobretudo, a linguística para estudar o conhecimento das populações humanas sobre os processos naturais, reforçando a ideia de que o manejo de ecossistemas significa, também, uma relação de conhecimento e ação entre as populações (DIEGUES, 2001). Já a Antropologia Neomarxista, ainda de acordo com este autor, utilizaria conceitos como modo de produção e reprodução social em suas análises, além de incorporar o domínio de mitos e representações que diferentes grupos sociais têm de seu ambiente.

A literatura disponível em História Ambiental, segundo José Augusto Pádua, renomado historiador ambiental brasileiro, chama atenção para a necessidade de, ao enfatizar a relevância do ambiente natural, não cair na falácia de considerar que este se apresenta de forma direta, positiva e imediata à percepção humana. O autor acredita que o ser humano age a partir de sentidos e compreensões imersos na linguagem, nos mecanismos de cognição e na presença de visões de mundo culturais e historicamente construídas e que, desta forma, a historicidade, enquanto fenômeno social, estaria presente na apropriação dos recursos da natureza e na valoração das paisagens (PÁDUA, 2010). Este autor afirma que na medida em que as sociedades humanas se territorializaram, ou seja, construíram “seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas”, emergiram incalculáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural (PÁDUA, 2010, p. 83). Tal aspecto, ainda segundo o autor, se coaduna ao fato de a produção de um entendimento sobre esse mundo tornar-se um componente básico da própria existência social (PÁDUA, 2010).

A Geografia é uma ciência que tem como objeto principal de estudo o entendimento das formas de interação entre os seres humanos e o ambiente; tem-se como pressuposto primordial do geógrafo compreender os elementos e processos concernentes ao espaço natural e ao espaço construído<sup>12</sup>. A Geografia Cultural, desdobramento da Geografia, entende a cultura como fator determinante da relação homem-ambiente, e é

---

<sup>12</sup> De acordo com a grade curricular do curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa, disponível em:

<http://www.pre.ufv.br/catalogo/arquivos/vicosa/catalogoVicosa2012/CCH/21%20Geografia%20Bacharelado%20e%20Licenciatura.pdf>. Acesso em abril de 2015.

considerada, por alguns autores, como a tendência da Geografia que tem “o significado como palavra-chave” (SAHR, 2008). Segundo Claval (1999), um dos principais autores desta linha teórica, a cultura é vista como um “sistema de significações” e a paisagem, por sua vez, serve de suporte para as representações, pois é tida como marca e matriz da cultura. Claval (1999) chama atenção, neste sentido, para a importância da reflexão sobre a diversidade de sistemas de representação e de técnicas com as quais as pessoas modelam o espaço à sua imagem, em função de seus valores (CLAVAL, 1999, tradução nossa).

A breve reflexão realizada acima não pretende esgotar, de forma alguma, o tema da relação homem-ambiente. Entretanto, aponta diferentes correntes, conceitos e argumentações teóricas que nos permitem apreender com clareza como ambiente e homem estão intimamente relacionados. Dessa forma, compreender um determinado ambiente é também compreender aqueles que aí habitam; assim como a recíproca também é verdadeira. Esta reflexão explicita uma tendência: a notoriedade da necessidade de rompimento das barreiras entre algumas disciplinas e a ampliação do diálogo entre ciências naturais e humanas. Muitos autores defendem que o melhor caminho para explicar a relação homem-ambiente se encontra na negação do determinismo ecológico e do possibilismo histórico, entendendo que ambos extremos fornecem análises errôneas da realidade. No entanto, a maioria destes autores defende, também, ser suficiente analisar o sistema de construções simbólicas que indivíduos e grupos fazem de seu ambiente, inferindo ser esta a base da forma das pessoas perceberem o ambiente (CLAVAL, 1999; DIEGUES, 2001; BUIJS, 2009; PÁDUA, 2010).

Sem desconsiderar a importância da simbologia nos processos de cognição, o antropólogo Tim Ingold (2000) vai além, distanciando-se das abordagens que fundamentam a especificidade da ação humana na intenção e na capacidade de apartar-se do mundo e de representá-lo. No que se refere ao processo de entendimento da relação homem-ambiente, Ingold (2000) afirma que as construções simbólicas não são suficientes para explicá-la. À medida que a linguagem não consegue explicar certas formas de interação que se encontram em planos complexos e subjetivos da vivência no mundo, o autor defende a ideia de percepção do ambiente, com a qual esta pesquisa se afina, partindo do pressuposto que as “formas de agir no ambiente são também formas de percebê-lo” (INGOLD, 2000, p. 21).

De acordo com CARVALHO e STEIL (2012), Tim Ingold é reconhecido pelo caráter inovador e provocativo da sua reflexão sobre questões centrais e pressupostos

basilares das ciências modernas. Ingold (2000) questiona a dicotomia existente entre natureza e cultura e propõe um novo paradigma ecológico (VELHO, 2001; INGOLD, 2000 e 2010; CARVALHO e STEIL, 2012). Essa proposição vem estabelecendo um proveitoso diálogo entre as ciências humanas e as ciências naturais, uma vez que nega a ruptura entre a História Natural e a História Cultural e propõe a ideia de continuidade entre os processos biológicos e culturais. Ingold (2010) compreende a História como o movimento pelo qual as pessoas criam os seus ambientes e, portanto, a si mesmas, e que isso não é mais do que uma continuação do processo evolucionário (INGOLD, 2010). Desta forma, segundo os pressupostos teóricos de Tim Ingold, torna-se possível desfazer as fronteiras entre processos biológicos e culturais, ao mesmo tempo em que aproximam os diferentes campos do conhecimento, estabelecendo uma linha de continuidade entre os conhecimentos científico, técnico e tradicional, pois, em todos eles, a produção do conhecimento se dá pelo engajamento e a imersão dos sujeitos no ambiente, no mundo imediato e material da experiência (CARVALHO e STEIL, 2012).

Buijs et al. (2006) reiteram a indissociabilidade entre as formas de agir e perceber o ambiente. Segundo estes autores, pesquisas sociais da última década demonstram que os diferentes pontos de vista sobre o ambiente podem ser identificados em diferentes grupos sociais. Para estes autores, a forma como as pessoas percebem o ambiente parece ser determinada por seus vínculos funcionais com o mesmo, assim como com a ação social em que se deparam (BUIJS et al., 2006).

Assim, brevemente colocadas, estas considerações iniciais sugerem algumas indagações decorrentes da pesquisa de campo realizada para esta pesquisa. Se são perceptíveis fortes vínculos funcionais (e também não-funcionais) das pessoas com o ambiente em Marcionílio Souza, como a ação social e portanto, a experiência, se relaciona com o desmatamento e degradação ambientais existentes e facilmente percebidos?

## 2.2 Relação estabelecida a ferro e fogo?

O domínio do homem sobre o mundo animal e vegetal foi e é, afinal de contas, uma pré-condição básica da história humana.

Keith Thomas

As intervenções deixam marcas no ambiente e nos homens.

Gercinair Gandara

O município de Marcionílio Souza, localidade escolhida para a execução desta pesquisa, encontra-se na região semiárida do estado da Bahia. Este município, por uma série de fatores que serão explorados ao longo deste trabalho, exhibe, atualmente, sua paisagem bastante desmatada e degradada. Segundo relatos dos próprios moradores, o desmatamento atinge cerca de 95% da sua extensão. Há, no entanto, também, e de forma claramente perceptível, práticas estreitamente vinculadas ao ambiente natural e que acentuam um profundo conhecimento do lugar. É comum, por exemplo, conversar com um marcioniliense que saiba o nome dos pássaros ou das árvores da região; que conheça as inúmeras ervas nativas que possuem fins medicinais e que domine diferenciadas técnicas de plantio e, ou, de criação animal. Quando foram perguntados sobre quais eram as atividades que mais gostavam de realizar, que mais tinham satisfação em fazer em seus tempos livres, as respostas confirmaram este forte laço com o ambiente, como pode ser observado em alguns dos relatos:

(...) eu gosto muito de plantar, aonde eu vejo planta... não sei nem onde eu vou colocar tanta planta, cada uma que eu vejo mais bonitinha eu quero trazer para minha casa... eu quero levar meu tempo assim... Tanto que eu viajo, elas fica triste... (Dona Guê, aposentada, 73anos, cidade)

Eu gosto de tá no rio. Eu gosto de tá em contato com a natureza mesmo. Acho que é essa a questão. De tá ali com a minha família, tudo junto. (I, professora rural, 40 anos, assentamento e cidade)

Eu gosto de pescar. Não é só para ter o peixe essas coisas... tem vez que eu pesco e dou todo o peixe... porque eu gosto de pescar. E segundo, de criar, ter uns animais bonitos, bem zelados, uma vaca bem tratada... (Seu A, aposentado, 76 anos, cidade)

O tempo livre eu sou de... o tempo livre eu gosto de olhar a paisagem. Olhar o desenvolvimento das plantas, principalmente as frutíferas... (Cê, funcionário público, 60 anos, grande propriedade)

(...) ficar sozinho no lugar, descansar um pouquinho. Olhar as abelhas também me faz bem. Eu crio abelhas não é só por conta da atividade econômica é porque elas me fazem bem. (Jí, funcionário público, 30 e poucos anos, assentamento)

(...) gosto muito também do esporte de animais, a argolinha, cavalgadas, acompanho bastante, sou uma das pessoas inclusive que ajuda a administrar, a organizar essas festas... (Seu Dê, comerciante, 57 anos, cidade)

Montar a cavalo e cuidar do gado. Minha confusão agora só é essa. Montar a cavalo todos os dias, *cinco horas eu saio pra minha “manga”*<sup>13</sup> montado no

---

<sup>13</sup>

O termo “manga” designa uma área cercada de caatinga onde os animais são soltos para pastar.

cavalo. Do gado eu entendo. Só não sou veterinário, mas sei fazer muita coisa... (Seu Vê, aposentado, 78 anos, cidade)

Vale citar um trecho de uma das entrevistas que se revelou significativo:

**E como que seria uma terra... mais bonita para o senhor? Como que ia ser essa paisagem? Quê que ia ter nesse pedacinho de chão?**

O mato! O mato... pastagem é bonito, mas o mato... o mato é divertido né...

**Ia ter mais alguma coisa?**

Não tô lembrando não... só se a senhora procurar...

**Se fosse fala assim: ó Seu Nê, pode escolher um lugar pro senhor construir sua casa, para morar, levar seus filhos, sua família toda, como que ia ser esse terreno...**

É como eu tô dizendo... no mato. Não tem nada melhor do que a gente mora no mato!

**E por que, Seu Nê?**

No mato a gente sai, se diverte né... cê vê os passarinhos, os peixe no rio... (Seu Nê, aposentado, 90 anos, cidade)

Aspectos culturais atrelados ao ambiente foram exaltados em diferentes contextos ao longo dos diálogos estabelecidos, durante a pesquisa de campo, como, por exemplo, ao tratar-se de lembranças da infância ou de parentes queridos.

(...) então a gente... a gente era muito acostumado com o peixe.. a gente já tinha aquela facilidade de tá com pai lá no rio. Eu tenho até saudade dessa época, pra falar a verdade, eu gostava muito dessa época. (...) A minha infância apesar de não ter o desenvolvimento urbano, de não ter muitos mercados... aqui não tinha mercados... na minha infância não tinha televisões, computadores, celulares... não tinha. Mas o meio ambiente era mais feliz. Nessa parte aí ocorreu uma mudança que é muito boa, não tem como não negar. Mas em termos de meio ambiente, infelizmente deixou a desejar. (A, pescadora, 30 anos, cidade)

(...) então tinha essa preocupação com não desmatar naquela época, então a gente encontrava muita mata fechada, a gente saia para buscar umbu, ainda criança, aquela coisa de entrar no mato e era bom. (I, professora rural, 40 anos, assentamento e cidade)

(...) a gente não olha uma mata como um pau, a gente olha uma mata como uma árvore, com um ser vivo... isso meu avô nos ensinou. (Hagá, Extensionista, 50 e poucos anos, grande propriedade e Salvador)

O forte vínculo com o ambiente natural coexiste, atualmente, com o expressivo desmatamento. Se é defendido que as formas de agir no ambiente são também as formas de percebê-lo, como se dá esta coexistência? O forte vínculo com o ambiente e o desmatamento são contraditórios? Ou, por outro lado, seriam indissociáveis? Como eles se relacionam aos meios de vida da população? Estas e outras perguntas, que instigaram a

presente investigação, se assemelham em certos aspectos às enunciadas por Warren Dean em *A ferro e fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. O autor executou um profundo levantamento historiográfico sobre os processos que influenciaram o desmatamento de tal floresta<sup>14</sup>. Dean (1996) pesquisou uma longa história da Mata Atlântica, desde a competição biológica e formação geológica anteriores aos primeiros habitantes humanos; a forma de ocupação dos primeiros habitantes que, segundo o autor, provavelmente chegaram à América do Sul dez mil anos atrás; a ocupação dos segundos habitantes, os europeus, passando pelos vários períodos e suas tendências de uso e ocupação do solo, até a década de 1990 – data da publicação do livro. No que se refere à primeira leva de invasores humanos<sup>15</sup> – os índios, especificamente, os tupis, em se tratando de Mata Atlântica –, Dean (1996, p. 16) lança a pergunta: “Que percepções os tupis manifestavam em relação a seu manejo dos recursos naturais? Eram suas práticas medidas por algum tipo de ideologia – moral, ética ou religiosa – deliberadamente conservacionista ou que poderia tender a tal efeito?”

Provavelmente o autor foi instigado por questionamentos semelhantes aos propostos aqui: será que uma relação de intimidade com o ambiente natural, como se sabe que os índios possuíam, é necessariamente atrelada a alguma espécie de conservacionismo? Será que o extremo oposto, quer dizer, a ideia de esta ser uma relação insustentável ao longo do tempo devido à utilização de tecnologias arcaicas ou outras razões, é fatídica? Dean (1996) traz alguns elementos que contribuem com estas questões. Entre eles, documentos históricos que confirmam o fato de que a população tupi crescia quando os europeus chegaram ao Brasil, ou seja, em alguns milhares de anos de ocupação da floresta os tupis não tinham chegado ao ponto de se tornarem insustentáveis; logo, a relação com a floresta, e de uso da mesma, não era demasiado agressiva. Dean (1996), entretanto, não romantiza a relação dos tupis com a floresta, não incita o leitor a pensar que dita relação fosse completamente isenta de impactos ao solo e à biodiversidade locais, por exemplo. O autor atribui o pequeno impacto da população tupi, entre outras causas, ao baixo índice populacional, causado pela grande frequência de guerras entre eles, e à baixa complexidade das tecnologias utilizadas para conseguir alimentos,

---

<sup>14</sup> À época da publicação do livro era recente a constatação de que 90% da área da Mata Atlântica estavam desmatadas.

<sup>15</sup> Título do capítulo de *A ferro e fogo* que trata da ocupação indígena da Mata Atlântica.

principalmente no que se refere à agricultura (DEAN, 1996). Os índios não tinham uma lógica utilitarista ou produtivista de manejar a floresta; por outro lado, eles tinham enorme conhecimento sobre as plantas nativas, e, assim, com poucos gastos energéticos conseguiam suprir suas necessidades nutritivas, além produzir remédios, pinturas, inseticidas, etc. O fato é que não se tem provas materiais suficientes para compreender profundamente a percepção tupi do ambiente, pois, infelizmente, os registros disponíveis são carregados de preconceitos e distorções inerentes à época (DEAN, 1996). Pode-se inferir, no entanto, como argumenta o autor, que “a sociedade tupi se debatia com questões mais fascinantes que o desmatamento”<sup>16</sup> (DEAN, 1996, p. 54).

Questionamentos semelhantes foram indagados ainda na década de 1960, quando se procurou entender o ambiente enquanto bem comum. A questão era: recursos naturais, de uso comuns, tendem a ser degradados a longo prazo? Uma das teorias propostas no intuito de responder tal pergunta, ficou conhecida como a “tragédia dos comuns”. Esta teoria foi defendida por Garrett Hardin, em 1968, e pode ser considerada um marco na análise do manejo de recursos naturais comuns. Tem-se como exemplo de recursos naturais comuns, os rios e cursos d’água em geral; outro exemplo, pode ser a área comum de um assentamento de reforma agrária. De acordo com o argumento do referido autor e sua interpretação da realidade, a racionalidade individual conduziria completamente a ação dos usuários de recursos naturais comuns. Assim, cada pessoa procuraria maximizar seu ganho sobre o bem comum. Ou seja, todos buscariam a máxima exploração dos recursos naturais. À medida que o pensamento dos usuários seria o de maximização dos seus lucros, e ter-se-ia, assim, a “tragédia”.

O artigo de Hardin (1968) convenceu a muitos sobre a impossibilidade de um manejo sustentável de bens de uso comum. Sobre o assunto, alguns recomendaram a propriedade privada como solução. Outros, por outro lado, recomendaram a propriedade e intervenção do Estado ou a manutenção do bem como bem público, com a cobrança de entrada. Implicitamente, as teorias apontadas partem do pressuposto de que os usuários agirão de forma estritamente utilitarista, sem levar em conta outros aspectos inerentes às relações sociais e mesmo a aspectos nada utilitaristas da relação homem-ambiente, como

---

<sup>16</sup> Dean se refere a aspectos da cultura tupi, em que eram conflituosas questões religiosas e militares, por exemplo. Se refere também ao fato de não existir indícios de tenha havido preocupação tupi com o fim dos recursos naturais.

a afetividade e a sociabilidade (OSTROM, 2002). Segundo Elinor Ostrom (2002), é claro que “tragédias” aconteceram, mas é também óbvio que, por milhares de anos, pessoas se auto organizaram para manejar seus bens de uso comum e que, muitas vezes, criaram instituições sustentáveis a longo termo para governarem estes recursos. A autora advoga que quanto mais próximos os gestores estiverem dos recursos, mais provável é a sua eficiência.

Euclides da Cunha foi outro autor que, assim como Dean (1996), percebeu como o ambiente natural foi tratado “a ferro e fogo” no Brasil, nesse caso, especificamente na região de Canudos, no semiárido baiano ou n’Os Sertões:

Esquecemo-nos, todavia, de um agente geológico notável — o homem. Este, de fato, não raro reage brutalmente sobre a terra e entre nós, nomeadamente, assumiu, em todo o decorrer da história, o papel de um terrível fazedor de desertos. Começou isto por um desastroso legado indígena. Na agricultura primitiva dos silvícolas era instrumento fundamental — o fogo. (...)

Veio depois o colonizador e copiou o mesmo proceder. Engravesceu-o ainda com o adotar, exclusivo, no centro do país, fora da estreita faixa dos canaviais da costa, o régimen francamente pastoril.

Abriam-se desde o alvorecer do século 17, nos sertões abusivamente sesmados, enormíssimos campos, compáscuos sem divisas, estendendo-se pelas chapadas em fora.

Abria-os, de idêntico modo, o fogo livremente aceso, sem aceiros, avassalando largos espaços, solto nas lufadas violentas do nordeste. Aliou-se-lhe ao mesmo tempo o sertanista ganancioso e bravo, em busca do silvícola e do ouro. Afogado nos recessos de uma flora estupenda que lhe escurentava as vistas e sombreava perigosamente as tocaias do tapuia e as tocas do canguçu temido, dilacerou-a golpeando-a de chamas, para desafogar os horizontes e destacar bem perceptíveis, tufando nos descampados limpos, as montanhas que o norteavam, balizando a marcha das bandeiras (CUNHA, 1903, p. 24).

O autor traz, também, registros históricos sobre sucessivos decretos e cartas régias que, desde 1713, visavam “severa proibição ao corte das florestas”, pois já se havia percebido que tal forma de agir no ambiente traria consequências drásticas no futuro (CUNHA, 1903, p. 33; PÁDUA, 2002). “Imagem-se os resultados”, refletiu o autor, “de semelhante processo aplicado, sem variantes, no decorrer de séculos” (CUNHA, 1903, p. 33).

Esta preocupação dominou-o por muito tempo. Mostram-no-lo as cartas régias de 17 de março de 1796, nomeando um juiz conservador das matas; e a de 11 de junho de 1799, decretando que “se coíba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes (da Bahia e Pernambuco) que têm assolado a ferro e fogo preciosas matas... que tanto abundavam e já hoje ficam a distancias consideráveis etc.” (CUNHA, 1903, p. 34, grifos nossos).

A ferro e fogo é uma das inúmeras expressões populares brasileiras. O ferro faz referência ao machado, à foice ou outra ferramenta utilizada para derrubar a vegetação e o fogo à prática sequencial. Seu significado, que no dia-a-dia abrange variados contextos, sugere dureza, agressividade, maus-tratos, conotações que certamente ilustram a forma como o ambiente natural historicamente tem sido tratado no mundo de forma geral, no Brasil e no semiárido.

O povo destruiu (...) com foice, fogo e machado, certo? Hoje eles tão tentando recuperar (...) e essas três ferramenta não resolvem mais o problema... (Seu Dê, comerciante, 57 anos, cidade)

Esta técnica agrícola de limpar o terreno e, em sequência, atizar fogo é muito praticada até os dias de hoje. Muitos entrevistados relataram dela se utilizarem; foi possível, inclusive, observá-la em alguns momentos da pesquisa empírica e ela de fato “tem lá suas vantagens”, de acordo com os entrevistados. A limpeza do terreno favorece o crescimento da espécie desejada, as cinzas produzidas, após a queimada, contém grande potencial nutricional que é essencial para as plantas. A queimada é também uma técnica relativamente simples, de baixo custo e que minimiza a necessidade de utilização de grande quantidade de força de trabalho. No entanto, se a chuva não vir sequencialmente – como disse Jí “todo mundo preparava sua roça pra esperar a chuva” – e se o terreno não for devidamente irrigado, estes nutrientes se perdem junto com a biodiversidade e a proteção do solo já danificadas. A chuva está, ao longo dos anos, mais escassa na região e a irrigação não é uma realidade comum à maioria da população, sequer o abastecimento de água o é. Além da falta d’água acarretar a perda da qualidade do solo, a repetição desta técnica sem que o ecossistema tenha tempo de se recuperar – lembrando que cada bioma tem seu tempo de recuperação –, a longo prazo, resulta em perdas nutricionais bastante significativas.

Além do ferro e do fogo utilizados para o plantio de roça ou pasto, segundo os relatos, outras práticas bastante agressivas ao ambiente natural eram comuns no município. De acordo com os relatos, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, a pesca com o uso de explosivos era comum:

(...) era mais essa questão da pesca predatória... eh... na época, muitos tempos atrás, soltava muita bomba né... (Bê, funcionário público, 48 anos, assentamento)

A caça era, segundo as entrevistas, até as décadas passadas, atividade corriqueira.

Eu morava na roça, cuidava do gado, ia pro mato caçar, matar veado, pacú...  
(Seu Nê, aposentado, 90 anos, cidade)

Meu pai já matou muita onça no mato. (...) aí eu ia caçar de noite. Fazer caçada pelo mato né, com os cachorros. Aí os cachorros acuava a onça pintada... tinha onça pintada e a preta. A parda tem é... mas a parda eu não conheço não. Mas eles andavam muito pelo meio do mato (...) Tinha o caititu, tinha o porco fechado, tinha a capivara que é do rio e tinha mais... tinha o gato pintado que deu muito dinheiro, o couro... é o gato pintado do mato... aí a gente matava... Mas não era nem tão muito porque meu pai... a gente caçava, mas era mais na roça criado na roça, não podia sair... (Seu Vê, aposentado, 78 anos, cidade)

... o alimento era o peixe, a caça, às vezes a carne de boi.. criava galinha, é... as vezes algumas caças, eles caçavam, camaleão e outras... não se tinha geladeira... (Sí, professora urbana, 50 anos, cidade)

Vale ressaltar alguns aspectos dos relatos citados. Um deles em relação à naturalidade com que a caça é mencionada; ela era um hábito corriqueiro, que exigia uma série de habilidades e conhecimentos específicos sobre o ambiente e consistia em elemento importante da dieta da população. Vala chamar atenção também para a forma com que Seu Vê se justifica: “mas não era nem tão muito”. Esta frase pode ser interpretada de duas formas. Uma consiste na percepção de que a caça realizada por Seu Nê e seu pai não provocava desequilíbrios da população de animais silvestres; outra pode estar diretamente relacionada ao fato de esta prática é atualmente repreendida e proibida por lei.

O lançamento de dejetos de diferentes origens no rio consiste em mais um exemplo de prática agressiva ao ambiente e que pode ser observado até os dias de hoje.

(...) o povo lavava fato<sup>17</sup> dentro do rio; morria animal, lançava para dentro do rio... (Seu A, aposentado, 76 anos, cidade)

Nota-se, a partir desse relato, que é percebido o impacto negativo proveniente de práticas desse feito. Sobre este aspecto, outros relatos mencionaram a repreensão a estas práticas como um acontecimento demasiado tardio:

O rio era dentro do mato, não tinha aberta... não tinha desmatção não, tudo era fechado de mata... aí tinha muita onça, tinha muito porco do mato, essas caça assim aí foram desmatando (...) quando o IBAMA chegou que proibiu a pesca predatória, proibiu a caça, houve muito passeios nas fazendas, demarcação de área de reserva... então melhorou um tanto nisso, mas quando ele chegou já era devastado... já tava quase em fim de extermínio... já tava entrando na UTI... mas o que tinha aqui quando eu cheguei não tem 5% (Seu A, aposentado, 76 anos, cidade)

---

<sup>17</sup> O “fato” consiste nas vísceras, especialmente intestinos, do boi. Eles são limpos para o consumo humano, após o abate do animal.

É importante chamar atenção para a introdução de outro ator no cenário da degradação ambiental em Marcionílio Souza: uma instituição pública, neste caso, o IBAMA. Percebe-se que há uma espécie de reclamação em relação à atuação deste setor: “quando ele chegou já era devastado”. Essa fala provavelmente reflete a ineficiência ou ausência do poder público em relação aos problemas ambientais<sup>18</sup>.

Um fenômeno recente identificado no município é o uso de agrotóxicos<sup>19</sup>. Segundo os relatos, esta prática é restrita aos grandes pecuaristas, onde se tem como objetivo o controle da Malva (*Urena lobata*), espécie que nasce em meio ao capim no pasto. Os impactos de tal prática, entretanto, estão sendo observados por todos.

E hoje, diminuiu o fogo, mas tá predominando muito esse veneno pra matar a “Marva”. (...) *isso tem trazido consequências; eu crio abelhas, inclusive, eu sou apicultor e as abelhas desapareceram nesse período de seca e eu acredito que não foi só a seca. Eu tava com 50 enxames nas caixas e ficaram só 4, eu acredito que, apesar de ter a seca, teve essa consequência do veneno também, e agora apareceu uma infestação de rato, tu viu isso? O que teve de rato, num... foi o sumiço das cobras e as cobras desapareceram... agora que tá aparecendo cascavel. Um dia desses, eu encontrei uma no carro e, inclusive, e deixei passar... vai lá comer os ratos. Mas teve uma infestação de ratos que deu urubu. Eu vi pastagem aí com tanto rato que deu urubu e isso é consequência do... eu acredito ser consequência do veneno. (Jí, funcionário público, 30 e poucos anos, assentamento)*

Algumas regiões do semiárido, como onde se encontra Marcionílio Souza, consistem em áreas de transição entre a Caatinga e a Mata Atlântica. Por esta razão, encontravam-se muitas “madeiras de lei” na localidade, fato identificado nas falas dos entrevistados e durante a observação participante. A extração de árvores, visando o comércio de carvão e de madeira, consistiu em uma das fontes de renda mais praticadas no município em determinados períodos.

é que com a questão do devastamento que veio a questão do incentivo das próprias pessoas fazer uma devastação tentando pra sobreviver que nessa questão na época que fez o assentamento caxá foi uma época muito difícil foram uns 2 ou 3 anos muito precários de estiagem de muito... grande. E aí o povo naquela necessidade de manter aquele o modo... como sobreviver, investiu só na questão do desmatamento pra fazer o carvão (...) isso eu queixo um pouco do apoio da questão do próprio governo porque quando teve o

---

<sup>18</sup> Este tema será analisado com mais profundidade no capítulo seguinte.

<sup>19</sup> Segundo os relatos colhidos durante a pesquisa, e dados provenientes da observação participante realizada, não é muito significativo o uso de agrotóxicos. Segundo os entrevistados grande parte do uso de venenos vem “dos grandes”, mas como “os pequenos gostam de imitar os grandes” este é um aspecto que merece atenção, pois há sinais significativos, de aumento do uso destes nos últimos anos e de que isso pode vir a se tornar uma tendência.

investimento na questão... porque tinha a questão da alimentação, do fomento, dessas coisas e até pagaram 3 parcelas que até hoje a gente briga lá na justiça... do fomento... que a questão do apoio dos primeiros 6 meses... isso o governo já pagou 3 e até hoje não recebemos os outros restante e até aquele novos que foram assentados... que nem meu caso mesmo... eh... nunca receberam nada.. quer dizer de apoio fomento... a questão do desapoio do apoio político do governo, do investimento no assentamento e a questão duns 3 ou 4 anos que enfrentou de estiagem foi o grande fator que fez a devastação. (...) A grande marcação foi a falta de conhecimento e a necessidade da forma na época que o pessoal mesmo acampou no Caxá não tinha do que sobreviver... era muitas famílias, como diz, prefeito nenhum tinha como dá comida pra ninguém... todo mundo né... todo mundo tinha que se virar como podia. Aí cada um fez seus monte de... lá de barro e começou a derrubando as madeiras, aí foi a grande devastação, de nosso município foi a queima de carvão. Aí caminhão naquele povoado lá do Caxá tinha dia que cê contava 12, 13, 14 carreta que saia de lá.. (Pê, agricultor familiar, 46 anos, assentamento)

Porque como reforma agrária era carvão, foi no momento que a USIBA comprava madeira (...) no período de Antônio Carlos Magalhães governador... fez grandes estradas de cascalho dentro dos assentamentos com o objetivo de comprar carvão. Preparando a área, porque o dentro dos assentados naquele período não tinha nem cabo nem... de saber o que é que se... então era uma das poucas fontes que eles tinham para sobreviver. (Bê, funcionário público, 48 anos, assentamento)

Quando acabou as madeira seca pra pegar aí teve que mudar porque madeira não tinha... aí acabaram tudo no carvão. E até hoje ainda funciona... tem caso aí que até as aroeirinhas dessa grossurinha aqui, o restinho que sobrou tão acabando aí... ninguém denuncia que tem medo, se o cara denuncia tú morre né... às vezes denuncia também e ninguém move. O cara do IBAMA vem aí chega na estrada alguém compra, para na ponta o cara volta, vira, justifica e vai embora.. e o pau tá quebrando até hoje. (Jí, funcionário público, 30 e poucos anos, assentamento)

Os relatos explicitam algumas questões que merecem especial atenção para melhor compreender a percepção do ambiente em Marcionílio. O primeiro deles consiste na “questão do desapoio político” mencionado por Pê. Novamente vem à tona a crítica à inação do poder público. A “necessidade de manter o modo como sobreviver”, mencionada pelo mesmo entrevistado, traz à tona diferentes esferas dos meios de vida desta população que influenciam a relação estabelecida com o ambiente. Utilizando-se das categorias analíticas, propostas por Hebinck (2007), é possível perceber como o ambiente, em se tratando da venda de carvão, configurava-se em recurso financeiro, social, físico e natural na luta pela sobrevivência.

Outro tema explicitado na fala de Pê, e que merece reflexão, consiste na menção à “falta de conhecimento”. A referência à falta de conhecimento foi igualmente mencionada em outros relatos e reflete a tomada de consciência – ainda que desacompanhada da ação – sobre a questão ambiental, o que no passado era inexistente.

Se os conhecimentos tivessem chegado antes, claro que o nosso município hoje taria em outras melhores condições né? Porque não tinha o incentivo tanto as

vezes de fazer a devastação, as vezes em tantas grandes áreas.. com pequenas áreas, se você tivessem um conhecimento melhor você produza mais sem destruir muito. Eu acho que a visão seria essa: se você tivesse um conhecimento melhor pra... claro que até na questão da prática da destruição claro que você ganha no conhecimento isso minimizava muito essa questão do devastamento. (Pê, produtor rural, 46 anos, assentamento)

Se eu tiver 100 tarefas de terra eu tenho a consciência que 30 tarefas ou 40 tem que ficar coberta porque se não não tem aonde eu respirar. Infelizmente hoje a gente vamos tendo, não todos, mas uma parte do trabalhador rural já tem esse conhecimento. (Seu Dê, comerciante, 57 anos, cidade)

(...) a maioria do agricultor, que sempre é quem vivia nas terras, explorava a terra aleatoriamente, que achava que aquela terra nunca acabava, que nunca vinha mal tempo e que ele tirava madeira o tempo todo e que vendia madeira o tempo todo e que tinha tudo. 60% desse povo devastou as propriedades, vendeu madeira, derrubou, que muitos deles tão comprando hoje para manter a propriedade. (Seu A, aposentado, 76 anos, cidade)

A partir das falas de moradores do município de Marcionílio Souza, percebe-se que a ação do homem no ambiente, ou seja, que a obtenção de parte dos meios de vida dos que aí residem provocam impactos, de diferentes proporções, no ambiente natural. Alguns membros da população admitem a necessidade de formas específicas de conhecimento; também compreendem a necessidade de conservar o ambiente e entendem que determinadas práticas, anteriormente praticadas cotidianamente, não são devidas. Porém, a ação social neste ambiente não foi modificada. Por quê?

### 2.3 Aspectos culturais da percepção do ambiente: de qual sujeito ecológico estamos falando?

Uma análise superficial poderia levar à conclusão que a relação do homem com o ambiente no município é estritamente funcional e utilitarista. Entretanto, esta afirmação não se aplica. Observou-se, durante algumas entrevistas, a utilização da palavra cultura no intuito de explicar a lógica que orienta a ação da população no ambiente:

Cara, você imagina o que é cultura... até hoje não consegui tirar ninguém do *forno de carvão "é igual diarista..." a relação com culturas... não é fácil!* Tratar com pessoas... Tem cultura numa família que você só tira do filho, do pai não... (Jí, funcionário público, 30 e poucos anos, assentamento)

Acho que a própria cultura, a própria cultura do sonho de se pensar em criar gado. Porque não só ali na... Porque eles só pensavam em criar gado, entendeu? Aí foi desmatando, desmatando, não só na margem não. (A, pescadora, 30 anos, cidade)

porque o que que aconteceu... eles tinham o uso capiauí, tinham a posse da terra e faziam o que pensavam, no momento que o PT veio com essa história, venderam as posses... eles começaram a vender as terras do Axuré para ir pro

Caxá... para tirar madeira, e toma-lhe madeira... aí veio o lado capitalista... com um viés socialista... mas aí mudou toda uma visão de cultura, de preservação... mas isso é a minha visão que pode está totalmente errada... (Jí, funcionário público, 30 e poucos anos, assentamento)

Já foi admitido por alguns autores que existiam sistemas culturais lógicos e pré-lógicos; ou seja, acreditava-se que a humanidade podia ser classificada em grupos que possuíam diferentes níveis de pensamento, como o lógico, e grupos que estavam na fase pré-lógica (LARAIA, 2011). Contudo, como não houve nenhuma confirmação empírica sobre tais classificações, esta interpretação foi desconsiderada. Cada cultura possui uma lógica própria; a tentativa de transferência da lógica de um sistema para outro não passa de um ato etnocêntrico (LARAIA, 2011). O mais comum, no entanto, é se considerar lógico o próprio sistema, atribuindo aos demais determinado grau de irracionalidade (LARAIA, 2011). Nesse sentido, o mesmo autor afirma que “a coerência de um hábito cultural somente pode ser analisada a partir do sistema que a pertence” (LARAIA, 2011, p. 87).

Além da lógica orientadora, diferentes culturas utilizam-se de distintos instrumentos de observação. Nesta perspectiva, Lévi-Strauss afirma que

O sábio nunca dialoga com a natureza pura, senão com um determinado estado de relação entre a natureza e a cultura, definida por um período da história em que vive, a civilização que é a sua e os meios materiais que dispõe (LÉVI-STRAUSS, 1976 apud LARAIA, 2011, p. 88).

Assim como não é ilógico supor que o Sol se move e a Terra está parada, já que a observação e os meios materiais proporcionavam tal constatação. Relações de causa e efeito são percebidas de formas distintas por diferentes culturas.

Ó... uma coisa, você é estudante e no início, você procurou saber da vegetação como era... porque hoje deixa na mente do todo o pessoal jovem que a vegetação é que faz a seca... 20% é, mas os outros 80% não. A seca é uma passagem, como a do eclipse... num tem o eclipse que tal época passa pela lua... é igual a seca... porque quando aqui não era devastado nada e na região toda da Bahia e do norte houveram secas terríveis que o Paraguaçu secou, cortou... na época não tinha irrigação para cidade nenhuma, nem caminhão existia para pegar uma água no rio, a água que saía do rio era a água que os animais bebiam e que o povo pegava de balde e lata na cabeça para levar para casa, nem uma irrigação de uma fazenda para o rio existia em canto nenhum aí... e teve seca do rio cortar, dos animais da região morrer tudo, não tinha recurso só o mato... então naquela época chovia bem, chovia e povo não perdia a plantação, todo ano o camarada plantava e tinha, mas quando ele menos esperava era pego de surpresa por um ano ruim de seca que não dava nada, perdia tudo. Era como a casualidade do eclipse... mesmo com a vegetação fechada... Agora, a vegetação nos deixa uma margem de 20% de “puxa”, que a árvore grande puxa. Agora o minério eu acho que tem muito mais... eu não estudei sobre isso... mas acho que o minério tem muito mais

força no poder com as nuvens do que a árvore (Seu A, aposentado, 76 anos, cidade)

Seu A, a partir da própria experiência no município durante décadas, conclui que mesmo quando a vegetação estava bastante preservada haviam secas; logo, para ele, a vegetação não tem relação direta com a formação de chuva. Ele explica melhor porque acredita na influência dos minérios:

É... o minério são o ferro, o cobre, o chumbo, essas coisas... porque eu vou te dá um exemplo: todo dia de manhã e de tarde você vai observar isso, levante e vá num lugar onde você possa ver as serras... aí você vai ver um bando de serras ali, aí você vai ver a vegetação das serras e a chuva em cima das serras... quando você vê que tá enublado, que vai enublar, você procura aquele lugar para você olhar a serra, lá tá a chuva. Eu acho que ela tem uma influência. Aqui tem uma chuva que sai de um correr de serras aí... ela passa aqui em baixo numa serra atravessa para lá para o outro lado do rio, pega essas serras aí e sobe... e lá na serra é onde tá o minério, o cobre o chumbo, a prata, o ouro, tudo tá lá... na serra, nessas pedreiras... (Seu A, aposentado, 76 anos, cidade)

Seu A tem razão ao perceber que as serras (onde estão os minérios) têm forte relação com a chuva, sua observação é bastante pertinente. Nem a própria ciência moderna conseguiu chegar a uma explicação consensual sobre as causas da seca no semiárido. E o reflorestamento e a recuperação do ambiente não podem garantir a diminuição das secas. Podem, sem dúvidas, no entanto, melhorar a qualidade de vida da população e trazer inúmeros benefícios produtivos.

A cultura é dinâmica; mudanças ocorrem em diferentes tempos e intensidades em distintos grupos sociais, como Jí ressaltou “Tem cultura que você só tira do filho, do pai não”. O contato com outras culturas, o acesso a informações e a constatação da ineficiência de determinadas estratégias são elementos que influenciam tal dinâmica (LARAIA, 2011).

A lógica de cada cultura, enfatizada por Laraia (2011), influencia as percepções individuais e coletivas de diferentes formas. Ao longo das entrevistas, foi possível compreender como as percepções individuais do ambiente possuem características particulares, especificidades sutis e como o ambiente abarca múltiplas esferas da vida das pessoas. Esta constatação fica clara no relato de Dona Guê que, ao ser perguntada sobre como era o rio e a vegetação de Marcionílio Souza cinquenta anos atrás, e ela responde:

O rio era muito bom, nós ia para o rio lavar... aquele lajedão bonito. Aí todo mundo levava as crianças, as mulheres levavam as crianças, uma trouxinha de roupa para lavar no rio. Hoje ninguém mais lava roupa no rio. Tudo lavava aquele rio de uma ponta a outra tinha de mulher lavando e as crianças ali tudo

tomando banho e lavando a roupa, meus filhos mesmo, eles lavavam a roupa...  
– Vai estender a roupa! – Levantava todo mundo para estender naqueles  
matinhos. Hahahahaah Era engraçado demais. Hoje a gente não vê mais isso.  
A gente lava as roupas aqui mesmo na porta, né? Cada um tem seu  
tanquinho... lava... (Dona Guê, aposentada, 73anos, cidade)

O hábito de lavar roupa no rio é mais um exemplo de prática considerada incorreta nos dias atuais. É inadequada ou insustentável para determinadas concepções de educação ambiental. Percebe-se, no entanto, que o hábito de lavar roupa no rio era um evento carregado de afetividade, pois Dona Guê dá pouca importância à descrição do rio e a vegetação sequer foi citada. O fato que mais marcava a memória da entrevistada era a lavagem da roupa e o local de sociabilidade, principalmente com outras mulheres e seus filhos. Provavelmente, apesar do trabalho e esforços físicos demandados na lavagem da roupa, este era também um momento de lazer e encontros. Lavar roupa no rio pode implicar em contaminação deste; entretanto, um rio de vazão tão grande quanto o rio Paraguaçu tem enorme poder de autodepuração, ou seja, suas características naturais, de oxigenação e população microbiana, têm alta capacidade de degradar focos pontuais de poluição. Será que o comportamento de mulheres como Dona Guê é ambientalmente inadequado?

Segundo Carvalho (2006), a expressão educação ambiental é amplamente utilizada como um termo genérico para tudo aquilo que pode ser classificado como “boas práticas ambientais” ou ainda dos “bons comportamentos ambientais” (CARVALHO, 2006, p. 153). Deste modo, a autora problematiza: “que critérios definem as tais boas práticas? Do ponto de vista de quem são boas? Será que estamos interessados em formar comportamentos corretos ou atitudes ecológicas diante do mundo?” (CARVALHO, 2006, p. 153). A autora afirma que,

A visão de educação ambiental como espaço de convergência de boas intenções ambientais parece silenciar todas essas perguntas, recusando-se a enfrentar, por exemplo, a complexidade dos conflitos sociais que se constituem em torno dos diferentes modos de acesso aos bens ambientais e de uso desses bens – os quais, ao mesmo tempo em que garantidos na Constituição como de usufruto comum, têm sido cada vez mais disputados por interesses particulares e setoriais em detrimento dos interesses coletivos (CARVALHO, 2006, p. 153).

Neste sentido, Diegues (2001) censura o que ele chama de “um ambientalismo importado dos países industrializados”. Esta crítica se refere à ampla diferença entre o contexto de surgimento do ambientalismo ou movimento ecológico brasileiro e da América Latina aos dos países do Norte (DIEGUES, 2001; CARVALHO, 2006). O

ambientalismo nos países do Norte surge com a rejeição do industrialismo e seus valores consumistas e, raramente, inclui aspectos como a pobreza e a má distribuição de renda, marcas fortemente presentes nos países do Sul (DIEGUES, 2001).

Diegues (2001) defende que não se deve buscar, na relação do homem com o ambiente, um ambientalismo que volte atrás no sentido de reencontrar “uma harmonia perdida”, mas deve-se enxergar tal relação conforme cada situação histórica (DIEGUES, 2001, p. 49). O mesmo autor afirma, deste modo, que

(...) o equilíbrio entre as populações e o ambiente não é mantido por decisões conscientes, mas por um conjunto complexo de padrões de comportamento, fortemente marcados por valores éticos, religiosos e por pressão social (DIEGUES, 2001, p. 81).

Diegues (2001) enfatiza, ainda, que nem todos os moradores são devastadores ou “conservacionistas natos”, mas entre eles há populações – que o autor denomina de tradicionais – que armazenaram vasto conhecimento empírico do funcionamento do mundo natural em que vivem (DIEGUES, 2001, p. 159). Existem, inclusive, práticas tidas como agressivas ao ambiente natural, como o fogo e a caça, por exemplo, que possuem uma imensa importância para a manutenção de determinadas espécies e para o equilíbrio de alguns ecossistemas. Esta consideração advém de um estudo publicado na revista *Cultural Survival* que concluiu que a expulsão de uma determinada população tradicional dos parques do Quênia e da Tanzânia “levou a uma ruptura da relação entre o homem e as espécies de animais, causando superpopulação dos últimos e ameaça à própria sobrevivência dos parques” (DIEGUES, 2001, p. 102). Além disso, este grupo regularmente queimava o capim das savanas onde pastavam seu gado e, com o fim das queimadas, as pastagens se transformaram em áreas de arbustos imprestáveis para alimentar os animais selvagens (DIEGUES, 2001).

Diegues (2001) e Carvalho (2006) estão chamando atenção para as diferentes concepções de ambiente utilizadas para classificar certas práticas sociais como ambientalmente adequadas ou inadequadas. De acordo com Carvalho (2006):

imagens da natureza não são, como pretendem se apresentar, um retrato objetivo e neutro, um espelho do mundo natural, mas traduzem certa visão de natureza que termina influenciando bastante o conceito de meio ambiente disseminado no conjunto da sociedade. Essa visão “naturalizada” tende a ver a natureza como o mundo da ordem biológica, essencialmente boa, pacificada, equilibrada, estável em suas interações ecossistêmicas, o qual segue vivendo como autônomo e independente da interação com o mundo cultural humano. Quando essa interação é focada, a presença humana aparece como problemática e nefasta para a natureza (CARVALHO, 2006 p.35).

O que se deve ressaltar é que essas ideias de natureza não são “naturais”, como chama atenção Carvalho (2006), mas apenas uma forma, entre outras, de perceber a natureza e o ambiente.

Sobre as formas de perceber o ambiente e as mudanças nestas observadas ao longo da história, Thomas (1996) afirma que, sobretudo nas culturas ocidentais, as dinâmicas das percepções, visões e representações do ambiente foram influenciadas primeiramente por questões teológicas; em um segundo momento, por argumentos científicos e; posteriormente, baseadas em princípios econômicos. Houve, ao longo da história humana, o predomínio de algumas concepções e representações sobre a natureza. Segundo Buijs (2009) existem três diferentes visões sobre a natureza que podem ser reconhecidas nas culturas ocidentais: a natureza funcional (Functional nature), a natureza Árcade (Arcadian nature) e a natureza selvagem (Wilderness nature). A visão funcional da natureza nasce de um pensamento religioso onde Deus criou a natureza para servir ao homem. Esta visão teológica do mundo gradualmente foi substituída por uma visão racional, onde apenas a ciência poderia compreender a complexidade da natureza. De ambas as formas os homens vinham em primeiro lugar e mesmo a importância dada à proteção da natureza estava submetida às necessidades humanas. A visão árcade da natureza pode ser identificada em diferentes períodos históricos, desde os anciões gregos, elites culturais e políticas descrevem a natureza como algo puro e ideal. Esta visão, que se assemelha à ideia romântica de natureza, coloca em foco sua dimensão expressiva e afetiva, de experimentação da beleza e das emoções evocadas por ela. Ainda segundo Buijs (2009), além deste foco, o conceito romântico era caracterizado pelo interesse pelo exótico, heterogêneo e selvagem. Sobre a visão selvagem da natureza, também denominada naturalista por alguns autores, tem-se que esta é percebida como “fenômeno estritamente biológico, autônomo, alimentando a ideia de que há um mundo natural constituído em oposição ao mundo humano” (CARVALHO, 2006). Pode-se dizer, ainda, que somente após o Romantismo – e seus valores modernos – a natureza em seu estado selvagem passou a ser vista como algo não assustador e bonito.

Only when one is no longer dependent on nature, can one start to appreciate it (BUIJS, 2009, p. 51).

Thomas (1996) chama atenção para o fato de a relação do homem com o ambiente haver se modificado abruptamente a partir do momento em que aquele se torna mais urbano, tornando-se mais distante do ambiente natural e, assim, mais sensível a ele. Segundo o autor, o triunfo de uma nova atitude, mais sensível ao mundo natural, “esteve

estritamente vinculado ao crescimento das cidades e à emergência de uma ordem industrial (...)", não somente no que diz respeito à apreciação da natureza, mas também à preocupação moral com os maus-tratos aos animais e à devastação abusiva da vegetação. Para este autor, à medida que a vegetação e "os animais se tornaram cada vez mais marginais ao processo de produção" este novo sentimento e nova sensibilidade pôde aflorar (THOMAS, 1996, p. 217). Sobre a relação do homem com as árvores e a vegetação em geral, o autor afirma que,

Hoje em dia, quando as matas encolheram a menos da metade do espaço deixado ao desenvolvimento urbano, nossa atitude é muito diferente: consideramos que é melhor plantar árvores que derrubá-las. É no início do período moderno que repousam as origens dessa nova atitude. Evidentemente, não houve uma (...) guinada dramática da destruição para a preservação de árvores. Não obstante, o surgimento de uma atitude mais simpática para com elas é um fato incontestável (THOMAS, 1996, p. 235).

Formas de viver intensamente vinculadas ao ambiente não necessariamente configuram-se em comportamentos conservacionistas, mas culminam no acúmulo de conhecimentos empíricos sobre o ambiente, seja referente a questões produtivas, seja referente a questões puramente recreativas.

meus pais morava na roça e eu aprendi pelo mistério de Deus.. eu mesmo plantava, eu sabia quanto é que colocava... o espaço de uma cova de mamona e outra. Eu sabia o espaço de um pé de abóbora, eu sabia como plantava batata, como plantava... a semente eu sabia, os espaços, eu sabia como plantava e como cultivava... porque se você deixar uma roça e não limpar ela não vai seguir... tinha que plantar, tinha que dá a limpa nela, se plantava batata, daí a dois meses você tinha que dá terra nela toda, capinar para não deixar mato nela se não ela não dá, capinar em riba da rama para sair a cabeça dela. A abóbora você tinha que plantar e dá terra nela daí a dois meses toda, melancia a mesma coisa para poder dar o fruto. Se ficar dentro do mato ela não dá. E aí eu fui aprendendo a fazer o plantio de roça e hoje eu faço de qualquer, de bananeira eu sei de qualquer planta... eu sei cultivar pra ela dá o cacho, hoje tem um remédio que você pode botar para ela produzir se não tiver não dá... (Dona Guê, aposentada, 73anos, cidade)

Do gado eu entendo. Só não sou veterinário, mas sei fazer muita coisa.. quando tá bem, quando tá doente, dou remédio, quando vai dá cria eu faço o parto dela... faço um monte de coisa. Olha, para mim até agora eu não precisei de um veterinário pra cuidar das minhas coisas... (Seu Vê, aposentado, 78 anos, cidade)

Vale pontuar que foi possível perceber, também, aspectos de desvalorização dos conhecimentos populares sobre o ambiente local. Assim como Seu Vê compara seu conhecimento com o de um veterinário para legitimá-lo, Dona Guê menciona o remédio que faz a bananeira dar cachos sem necessidade de conhecimentos profundos sobre a planta.

Autores como Buijs (2009) e Thomas (1996) defendem que os significados, os valores atribuídos e as emoções evocadas pelo ambiente natural, assim como a

preferência por tipos específicos de paisagens dentro de um dado período histórico são construções sociais. No entanto, acredita-se que para além da construção social, para melhor entender a relação com o ambiente notada em Marcionílio Souza, considera-se indispensável a contribuição do pensamento de Ingold (1993; 2000; 2010). O pensamento ingoldiano se funda no pressuposto de que o conhecimento consiste, em primeiro lugar, em habilidades<sup>20</sup>, que são adquiridas na prática e não simplesmente em informações passadas de geração a geração. Para o autor, a contribuição dada por cada geração às suas sucessoras consiste em uma educação da atenção<sup>21</sup>, ou seja, o conhecimento depende fundamentalmente da imersão dos sujeitos nos fenômenos do mundo em que vivem<sup>22</sup>, “no contexto interacional do envolvimento do perceptor [aquele que percebe o ambiente e o mundo] no mundo são, não tanto construídos, mas descobertos” (INGOLD, 2010, p. 22).

Utilizando-se da comparação entre o navegador humano e a formiga, que deve sua habilidade aparentemente inata de localizar fontes de alimento aos rastros deixados no ambiente por seus predecessores, o autor propõe: apaguem os rastros, e a formiga está perdida. Assim também estariam os humanos no ambiente, sem cultura ou história. Seria praxe concluir que as habilidades das formigas para encontrar alimentos são constituídas dentro de um processo histórico e cultural, a conclusão de Ingold é que as habilidades “culturais” dos seres humanos são constituídas dentro de um processo natural e evolutivo (INGOLD, 2010, p. 14). Carvalho e Steil (2012) defendem que, desde o ponto de vista desse autor, torna-se impróprio pensar em interfaces entre o cérebro e o ambiente como áreas de contato entre dois campos exclusivos, visto que cada um está implicado no outro. As estruturas neurológicas e o conhecimento que adquirimos – o que Ingold denominaria de habilidades – emergem juntas como “momentos complementares de um processo único, ou seja, o processo da vida das pessoas que habitam o mundo” (CARVALHO e STEIL, 2012, p. 240). O conhecimento é, dessa forma, intrínseco à vida e à consciência dos sujeitos, uma vez que se processa no campo da prática, na prática da vida cotidiana.

Segundo Carvalho e Steil (2012), é nesse sentido que Ingold afirma que

---

<sup>20</sup> Do termo em inglês skills.

<sup>21</sup> Do termo em inglês education of attention.

<sup>22</sup> Do termo em inglês dwellings.

a contribuição das gerações passadas para as seguintes não se dá pela entrega de um conjunto de informação que adquiriu autonomia em relação ao mundo da vida e da experiência, mas pela criação, por meio de suas atividades, de contextos ambientais dentro dos quais as gerações presentes desenvolvem suas próprias habilidades (CARVALHO e STEIL, 2012, p. 241).

Tendo em vista o exposto, tem-se que as habilidades dos sujeitos sociais do semiárido – no sentido ingoldiano – tratam, sem dúvidas, da capacidade de sobreviver com pouco, de conseguir garantir a sua reprodução social em meio à escassez de recursos, ao descaso do Estado e à ausência de infraestruturas e serviços básicos necessários à vida. A habilidade de se tirar do “mato” o necessário para a sobrevivência é uma estratégia de meio de vida das pessoas, como fica claro na fala de Seu Rê, um dos entrevistados, “você tinha que se virar no mato, no que achava por lá...”, assim como em tantos outros relatos:

Que é a questão da... vende madeira pra fazer carvão... mas é uma prática que assim, eu vejo como forçada para as famílias sobreviver, eu não vejo assim como um meio de.. de.. um meio econômico. Eu não vejo aqui carvoaria. Então é... são focos individuais como meio de sobrevivência, né? (Bê)

Hoje eles têm outra consciência. Quando a gente conversa com os alunos, pai de alunos nessa questão de o que fazer hoje para melhorar essa situação. Eles: É... se a gente pudesse voltar no tempo, que hoje a gente tá sofrendo essa escassez de chuva, aí ó! Foi a gente! A gente não tinha consciência, também foi a situação, a dificuldade. Não tinha como criar os filhos da gente e a gente desmatou para comer, mas mesmo com essa dificuldade se a gente tivesse uma conscientização maior a gente não tinha feito isso.. ó o sofrimento hoje. Então naquela época a gente não teve condição de comprar um açúcar, uma coisinha. Porque era muito pouco o preço do carvão naquela época, era muito barato e a gente não ligou, foi cortando, cortando, queimando, desmatando e hoje o preço que a gente paga é caro. (I)

...então nós panhava dentro da matona mesmo com a seca, mas tinha alguma coisa na mata. Lá nós achava ói de licurioba pra comer, nós tinha que arranca ói de licurioba pra comer aquela parte molinha que é a verdade se você for ver faz vergonha se falar, mas era bom, fazia bem pra saúde e era natural (...) a gente comeu muito palmito de coqueiro, muito.. eh fruta de mangaba, essa mangaba daqui que dá um leite (...) aquela barriguda grande que tem gente que faz até casa... então a gente comeu muita fruta de barriguda também.. tudo isso até... era o período que o pai da gente chegava pra trazer alguma coisa, mas tudo isso, nosso tempo até completa uns 16 anos foi assim.. de 10 anos acima, 8 anos acima foi desse jeito... (Seu Rê, agricultor familiar, 54 anos, assentamento)

A questão da sobrevivência, que perpassa a relação homem-ambiente, foi constantemente mencionada no decorrer das entrevistas. Este tema foi amplamente explorado na literatura: Os Sertões, Vidas Secas, O sertanejo, Grande Sertão: Veredas. As obras citadas são alguns exemplos de literatura que contemplam esta questão e onde se ressalta a existência de um profundo apego e mesmo simbiose do homem com a terra, com a natureza. Tuan (2012) analisa tal relação de forma um pouco distinta, à medida que

defende que este sentimento de fusão com a natureza não consiste simplesmente em uma metáfora. Para o autor “os músculos e cicatrizes testemunham a intimidade física do contato” (TUAN, 2012, p. 111). E, por que não dizer? Os momentos prazerosos e de conquistas são também marcados e testemunhados pelo corpo, mente e pelo ambiente sertanejo. Fato que, assim como o ressaltado por Tuan (2012), coaduna com o proposto neste artigo, onde, baseado nos pressupostos de Ingold (2000), acredita-se que: o vivido é inerente às formas de ser e estar no ambiente.

É nesse sentido que se faz uma crítica a determinadas práticas de educação ambiental que normatizam e difundem comportamentos e técnicas ignorando habilidades e conhecimentos dos sujeitos sobre o ambiente.

O conceito de sujeito ecológico proposto por Isabel Cristina de Moura Carvalho (2006) contribui com o presente questionamento à medida que se problematiza as limitações da ação ecológica e diferencia ação e comportamento. Segundo a autora, sujeito ecológico é um ideal de ser e viver orientados pelo princípio do ideário ecológico. Ao analisar as trajetórias sociais e biográficas daqueles que assumiram valores ecológicos em suas vidas percebe-se que é variável o grau de identificação e adesão ao conjunto de atributos e valores que formam o núcleo identitário do sujeito ecológico, o que significa que nem todos conseguem realizá-lo completamente em suas condições reais de vida, trata-se de um tipo ideal (CARVALHO, 2006). Segundo Carvalho (2006), é fundamental compreender que valores e crenças constituintes do sujeito ecológico são expressos de diferentes formas “por meio das características individuais e coletivas de indivíduos e grupos em suas condições sócio históricas de existência” (CARVALHO, 2006, p. 67). O sujeito ecológico deveria, no entanto, ser capaz de “ler” seu ambiente e interpretar as relações, os conflitos e os problemas aí presentes.

De forma generalizada, o que se pode inferir sobre a realidade no município de Marcionílio é que as pessoas sabem o que é considerado ambientalmente correto ou incorreto, mas não se mobilizam no intuito de fazer frente à mudança de postura ou ao compromisso com tomadas de decisões. É aí que se diferenciam ação e comportamento. O sujeito de ação é capaz de identificar problemas e participar dos destinos e decisões que afetam seu campo de existência individual e coletivo. Já o comportamento constitui-se de repetições de padrões aprendidos. Segundo Carvalho (2006), a ação acontece no plano da atribuição de sentidos às experiências humanas, onde se criam regras do jogo

social e da convivência que são permeáveis a mudanças e transformações, pelas quais “vale a pena lutar” (CARVALHO, 2006, p. 189).

#### 2.4 Considerações finais

A construção coletiva da necessidade de conservação deve envolver as diferentes categorias de sujeitos que formam o mosaico social do município: pequenos, grandes e médios produtores, além de prefeitura, escolas, sindicatos, cooperativas, associações, etc. A relação homem-ambiente é dinâmica e o aumento das pressões, sobretudo econômicas e produtivas, sobre o ambiente demanda formas de conhecimento ou habilidades igualmente dinâmicas. A necessidade de diálogo entre diferentes formas do saber torna-se fundamental, a fim de afinar a comunicação entre os meios de vida que estão em contínuo diálogo com a percepção do ambiente e contribuições eficazes e adequadas da educação ambiental.

Segundo os pressupostos teóricos de Tim Ingold, torna-se possível desfazer as fronteiras entre processos biológicos e culturais, ao mesmo tempo em que aproximam os diferentes campos do conhecimento, estabelecendo uma linha de continuidade entre os conhecimentos científico, técnico e tradicional, pois em todos eles a produção do conhecimento se dá pelo engajamento e a imersão dos sujeitos no ambiente, no mundo imediato e material da experiência (CARVALHO e STEIL, 2012).

A educação ambiental deve auxiliar o processo de compreensão do ambiente enquanto conjunto de práticas sociais permeadas por contradições, problemas e conflitos que constituem e são constituintes dos meios de vida e das formas particulares de perceber, de agir, manejar e significar o ambiente. Mais do que uma aprendizagem comportamental, deve ser entendida como formadora de atitudes ecológicas.

Não se trata de postular uma percepção do ambiente específica e única como decodificadora de uma ordem natural, entendida como verdade subjacente a todo e qualquer acontecimento. A ideia de percepção traz sempre a possibilidade de nova leitura possível, trata tanto do fenômeno interpretado quanto do mundo da vida e do universo cultural do sujeito que interpreta (CARVALHO, 2006). A experiência não é igual para todos, pois o real não se impõe como algo já dado e sim resulta das relações que cada grupo, ou indivíduo, estabelece em seus contextos sociais e culturais, por isso, é fundamental melhor compreender esses contextos.

### **3 Influências econômicas e políticas nos meios de vida e nas relações homem-ambiente em um contexto semiárido**

Eu sinto que o mundo hoje tá todo preocupado com o meio ambiente, não é verdade? Mas não chegou aqui ainda. Ou, se chegou, tá só no papel.

A

A imagem de “bom selvagem” frequentemente atribuída a povos tradicionais<sup>23</sup> ou àqueles cuja relação com o ambiente é baseada em intimidade e afetividade – como é notado no município de Marcionílio Souza – deve ser desmitificada. Determinados sentimentos e sensibilidades relacionados à lida com animais e plantas só surgiram quando houve um afastamento mínimo destes das necessidades de sobrevivência, produção e reprodução social (THOMAS, 1996).

A diferença existente entre as formas idealizadas e cotidianas de ambientalismo ou de relações homem-ambiente não desqualificam, entretanto, a importância, a riqueza e a necessidade de valorização e registro de conhecimentos tradicionais e populares sobre o ambiente, pois o contato cotidiano no ambiente gera conhecimentos dificilmente reproduzíveis. Por outro lado, chama atenção para a necessidade de ampliação do diálogo entre os conhecimentos científicos, técnicos e populares para que busquem respeitar e se adequar aos meios de vida locais, possibilitando e incentivando uma relação mais harmoniosa e assim, mais sustentável com ambiente. Chama atenção, ainda, para a necessidade de ações do poder público mais eficazes e igualmente adequadas aos meios de vida da população direcionadas à questão ambiental.

A colonização do Brasil se deu de forma bastante agressiva ao ambiente natural (DEAN, 1996). Em se falando de semiárido nordestino, esta não foi diferente (ANDRADE, 1980). É possível decompor, em termos analíticos, a Questão Ambiental em aspectos da poluição ambiental e do desenvolvimento sustentável (BRAGA et al., 2005). Estes aspectos distinguem-se, ainda, em temas essencialmente urbanos e os

---

<sup>23</sup> Optou-se por não se aprofundar- nas discussões inerentes ao enquadramento ou não da população de Marcionílio Souza como população tradicional, uma vez que se acredita ser esta uma discussão majoritariamente conceitual e classificatória, além de não ter sido enfatizado questões sobre identidade durante as fases da pesquisa empírica. O fato que se julga importante enfatizar aqui é a relação de intimidade e os fortes laços afetivos de tal população com o ambiente.

prioritariamente rurais, se levados em conta os tipos de uso e ocupação do solo e mesmo a densidade e a dispersão populacional. Ao debruçarmos olhares sobre o rural brasileiro<sup>24</sup>, no entanto, percebemos que os pequenos municípios se aproximam, muitas vezes, mais aos temas rurais que aos urbanos (WANDERLEY, 2009). Nestes municípios, a questão ambiental se mescla à agrária e fundiária, já que as raízes históricas, econômicas e sociais do acesso à terra implicaram em restrições – sobretudo no que diz respeito às classes menos prestigiadas – da relação do homem com o ambiente. Em particular, no semiárido nordestino, também, o acesso a infraestruturas básicas à sobrevivência (água, esgoto, luz, etc.) não se deu de modo distinto (VELOSO, 2000; RESENDE e HELLER, 2008).

A trajetória do município de Marcionílio Souza foi marcada por ações, pressões e relações de poder que limitaram – e ainda limitam – a liberdade e a soberania da população, sobretudo das classes menos favorecidas, ao acesso e uso da terra. Conflitos agrários e fundiários, lutas e organização social, acrescidos de formas de dominação mais sutis, porém não menos degradantes, como o ainda recente coronelismo e as práticas de dominação carismáticas e tradicionais assombram a população de Marcionílio até os dias de hoje. Esbarrou-se, muitas vezes, durante o relato dos entrevistados, quando indagados sobre o ambiente, em narrativas sobre estes aspectos da realidade agrária e fundiária que compõem o contexto semiárido, elucidando sua influência na relação homem-ambiente na localidade.

Para melhor compreender as influências econômicas e políticas nos meios de vida destes sujeitos, especialmente nas relações homem-ambiente, faz-se necessária uma análise dos processos históricos nos quais o semiárido brasileiro está envolvido, neste caso, utilizando-se do município de Marcionílio Souza como local de estudo. Não é objetivo deste trabalho esgotar o tema. Pretende-se, porém, localizar historicamente os aspectos mencionados nas entrevistas. Desse modo, distinguiu-se dois focos de análise: as políticas públicas destinadas ao semiárido; e as formas de acesso à terra praticadas na região.

---

<sup>24</sup> Título do artigo de Maria Nazareth Baudel Wanderley, em *O mundo Rural como um espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*, Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

Vale ressaltar que é pretendido aqui, uma vez que se tem em mãos uma pesquisa de caráter estritamente qualitativo, realizar uma análise de um ponto de vista sociológico e antropológico de um problema ambiental averiguado. Sabe-se que um problema ambiental não é um problema sociológico, mas o problema sociológico envolve a análise dos sujeitos que o enfrentam, pensando-os de forma relacional.

### 3.1 Políticas Públicas e Semiáridas

A região nordeste é marcada por graves problemas sociais, sendo a irregularidade pluviométrica um dos fatores agravantes do decréscimo da economia. Apesar de este não ser o fator primordial ou exclusivo da degradada realidade semiárida, o fenômeno da seca causa inúmeros transtornos, o que agrava a tensão ambiental configurada pelas formas de ocupação da região, ao passo que limitam ou desenvolvem certos tipos de estruturas agrárias, rurais e, sobretudo, sociais.

Apesar dos inegáveis avanços observados nas últimas décadas, ainda são corriqueiras as ações de caráter meramente paliativo, como a distribuição de cestas básicas e o uso de carros-pipas, que, na grande maioria dos casos, são insuficientes para sanar demandas da população (PONTES e MACHADO, 2009). Perpetua-se, também, a influência de oligarquias, o sistema de proteção ao grande agricultor e pecuarista, a justificativa do “pseudo-conformismo” do sertanejo, as leis e ações do poder público que compactuam com os mais poderosos, como alguns dos fatores tradicionais que condicionam e perfazem a referida conjuntura (GARCIA JR., 1990; VELOSO, 2000; CIRILO, 2009; PONTES e MACHADO, 2009; WANDERLEY, 2009).

Por outro lado, como resgata e registra a socióloga Nazaré Wanderley (2010), foi intensa a participação dos habitantes da região nordestina nas insurreições e movimentos libertários. Lutas passadas em meio à aridez – no sentido amplo da palavra – demandando mudanças concretas nas relações sociais e fundiárias brasileiras.

(...) partiram muitos deles, na direção do sertão, onde foram protagonistas de resistências heroicas, tais como as Guerras de Canudos. (...) local onde existiu o Quilombo dos Palmares, o mais importante reduto de resistência dos escravos (...). Estes movimentos muito contribuíram para a construção da nação brasileira, desde a expulsão dos holandeses, (...) até as sucessivas lutas anticoloniais, em defesa da independência nacional e, (...) onde se organizou, nos anos de 1950, a primeira Liga Camponesa, expressão maior da resistência

dos trabalhadores do campo às brutais formas de exploração do trabalho, típicas do capitalismo atrasado que aqui se implantou. (...) Nos dias atuais, esta é uma das áreas de maior concentração de assentamentos rurais de reforma agrária do país, como para confirmar que as lutas anteriores não foram vãs e se prolongam, apontando para o futuro de uma outra forma de viver e de trabalhar no campo (WANDERLEY, 2010, p.17).

É impossível compreender o semiárido sem considerar os processos históricos passados, a forma como se deu o estímulo do Estado, desde o período colonial, à ocupação, povoamento e exploração econômica desta região e, ainda, o caráter das políticas públicas, assim como suas rupturas e continuidades (SILVA, 2006). Uma análise sociológica deve orientar-se para as particularidades dos diferentes períodos históricos, ao modo de pensar coletivo vigente, próprio de seu lugar e de seu tempo. Desse modo, para pensarmos o semiárido e o sertão brasileiro dos séculos XVI a XX é imprescindível atentarmos para a distância, inclusive literal, existente entre Estado e cidadão.

Campos e Studart (1997)<sup>25</sup> citam uma célebre frase de Dom Pedro II: “venderei a última pedra da minha coroa antes que um nordestino venha a morrer de fome”, como alusão ao fato do investimento em infraestruturas hídricas e outras medidas de combate à seca para mitigar o problema da miséria nordestina vir sendo praticado desde o Império. No que diz respeito a esse aspecto, de Dom Pedro a Juscelino Kubitschek a história pouco mudou. Esse longo período que se inicia com a ocupação do semiárido pelo homem branco, entre os séculos XVI e XVII, e vai até meados do século XX, foi marcado pela ausência de ações governamentais eficazes destinadas ao enfrentamento das prolongadas estiagens. “A ação oficial consistia exclusivamente na distribuição de alimentos e na repressão às desordens que se avolumavam nas secas” (SILVA, 2006). Apenas ao final do século XIX algumas propostas de combate aos efeitos deletérios da seca tiveram algum destaque, e, somente em 1909, foram institucionalizadas pelo governo – através da criação do IOCS (Inspetoria de Obras Contra a Seca) atual DNOCS<sup>26</sup>.

---

<sup>25</sup> Campos, J.N.B. & Studart, T.M.C. 1997. Droughts and water policy in Northeast of Brazil: background and rationale: water policy. Universidade de São Paulo, São Paulo. Vol. 11(29): 127-154. Citado por Cirilo et al. (2009).

<sup>26</sup> Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (<http://www.dnocs.gov.br/>).

Nos anos 50, o Estado desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, no intuito de modernizar o país, criou, dentre outros, um Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), liderado pelo economista Celso Furtado, com o intento de estabelecer uma política de desenvolvimento regional para o Nordeste. Do GTDN, surge a SUDENE, em 1959. O diagnóstico feito pelo grupo de trabalho foi a primeira análise profunda da realidade socioeconômica da região, identificando intensos atrasos na produção e esboçando um novo esquema de desenvolvimento regional, liderado pela industrialização (PONTES e MACHADO, 2009).

Foram criados novos órgãos, além do DNOCS, responsáveis pelas políticas de desenvolvimento regional, programas de financiamento destinados ao semiárido e, também nesta época, a SUDENE. Dessa forma, “os financiamentos eram destinados para o fortalecimento de grandes e médios proprietários, sobretudo os criadores de gado, em detrimento dos pequenos produtores” e, mesmo se tratando de investimentos estatais, orientaram-se pela maximização dos lucros, “sendo [...] muito mais fácil atingir este objetivo financiando os ricos [...] do que os pobres que, além de não disporem de bens, são numerosos, multiplicando o número de contratos de financiamento” (ANDRADE apud SILVA, 2006).

Assim, a forma como se deu essa modernização – apelidada de Modernização Conservadora – só reforçou a desigualdade e as formas de dominação (PRADO JR., 1992; PIRES, 2009). O lema desse período, que se estende às décadas seguintes, pode ser traduzido com a frase emblemática do ministro Delfim Neto: “temos que fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”, porém os benefícios econômicos nunca atingiram as pessoas de baixa renda. Pode-se dizer que as mudanças inerentes à interferência pública “mudaram para que tudo permanecesse como se encontrava”, mantendo-se o status quo inalterado.

Em consonância com o exposto, tem-se a teoria apresentada no livro *O Poder do Atraso* de José de Souza Martins, onde o autor alega que “somos uma sociedade de história lenta”, marcada por formas conservadoras, tradicionais e, sobretudo, clientelistas de trocas interpessoais e institucionais:

(...) na sociedade brasileira, a modernização se dá no marco da tradição, o progresso ocorre no marco da ordem, portanto, as transformações sociais e políticas são lentas e não se baseiam em acentuadas e súbitas rupturas sociais, culturais, econômicas e institucionais. O novo surge sempre como um desdobramento do velho (MARTINS, 1994, p. 30).

Durante a ditadura militar, perpetuaram-se as políticas ineficientes, ainda assistencialistas e compensatórias. Abramovay (2003) afirma que o que caracterizou a política pública brasileira deste período, no sentido do combate à pobreza rural no semiárido do Nordeste brasileiro, foi “a tentativa de utilizar o sistema bancário estatal para a transferência de crédito a populações desprovidas de garantias e contrapartidas”. Entretanto, se sabe que o sistema de crédito pouco foi direcionado aos mais pobres rurais, pois a terra era um das garantias para este crédito, logo sem terra, sem dinheiro.

Apenas na década de 1980 começou-se a tomar um novo rumo, acompanhando a mudança que o Estado brasileiro sofria no processo de redemocratização (PONTES e MACHADO, 2009). Assim, a Constituição Federal de 1988 serviu como marco do aumento de recursos e da maior autonomia dos estados e municípios, descentralizando as decisões. Porém, ainda, as políticas misturavam-se entre ações emergenciais e inconstantes, fragmentando os recursos. Tonneau et al. (2005) afirmam que, sobretudo a partir da década de 1990,

(...) as políticas de infraestrutura (distribuição de energia, acesso à água, organização dos transportes) e sociais (bolsa-alimentação, renda mínima, educação, saúde, entre outras) possibilitaram a melhoria do nível de vida das populações rurais, em que pesem os grandes problemas que ainda precisam ser enfrentados. As políticas sociais, em particular a aposentadoria, limitaram o êxodo rural para os grandes centros, beneficiando, acima de tudo, os supermercados e a agroindústria, transformando os produtores rurais em consumidores (TONNEAU et al., 2005, p. 50).

Estas práticas governamentais foram classificadas, por alguns autores, como política da dádiva, pois serviriam “apenas para reproduzir laços políticos clientelistas, de pobreza e submissão” (RHUKUZAGE et al, 2011; LEAL, 2012). Mesmo as políticas institucionalizadas de combate à seca da IOCS se enquadram neste perfil, pois se davam de forma tendenciosa – privilegiando interesses particulares – e clientelista<sup>27</sup>. Assim, ao passo que populações pobres não tinham consciência de seus direitos, personificavam benfeitorias na pessoa do homem político, não ganhando, dessa forma, direito algum. Tal classificação, inspirada na teoria da dádiva de Marcel Mauss, parte do princípio de que essa lógica reproduz a dependência, à medida em que muitas vezes quem se beneficiou pelos direitos sociais tem a obrigação de retribuir o favor (RHUKUZAGE et al, 2011; LEAL, 2012). É nesse sentido que Faoro (2001) reflete sobre o patrimonialismo<sup>28</sup>,

---

<sup>27</sup> Cf. Veloso (2000) e Silva (2006).

<sup>28</sup> Que consiste na utilização do patrimônio como legitimador de formas de poder.

revelando que, muitas vezes, o Estado direcionava as práticas da cultura da política da dádiva, que se personificavam em figuras locais, como os “coronéis”. Desse modo, a tríplice obrigação do dar, receber e retribuir, se concretizava em práticas como o coronelismo, o clientelismo, o patrimonialismo e outros “ismos” característicos (MARTINS, 1994; FAORO, 2001).

Bourdieu se torna central nesse debate, à medida que estas formas de dominação podem ser vistas como formas de poder simbólico, onde

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções (BOURDIER, 2006, p. 10).

O sociólogo francês defende, ainda, que o poder simbólico é um poder quase mágico, à medida que “permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico da mobilização”, que só se exerce se este for reconhecido, “ignorado como arbitrário”. O autor quis chamar atenção para o fato de este poder não residir apenas no plano simbólico, mas definir uma relação determinada entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos.

Segundo Bourdier (2006), “é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a função política de instrumentos de imposição ou legitimação da dominação” (BOURDIER, 2006, p. 11). Ou seja, as ações do poder público atuaram como legitimadora das formas de poder pré-existentes. Contribuindo para a dominação de uma classe sobre a outra, o que o autor denomina violência simbólica, quer dizer, os dominados reforçam a dominação dos dominantes, indo ao encontro da definição weberiana de domesticação dos dominados. Para Weber (1991), dominação é “a probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas”, o que não significa que qualquer possibilidade de exercer “poder” ou “influência” sobre outra pessoa seja uma forma de dominação. Para o autor, cada caso individual de dominação se baseia nos mais diversos motivos: “desde o hábito inconsciente até considerações puramente racionais, referentes a fins” e ressalta o fato de que o dominado exerce sempre certo tipo de “vontade de obedecer” (WEBER, 1991, p. 140). Weber defende a existência de três tipos

“puros” de dominação legítima, a de caráter racional, de caráter tradicional e de caráter carismático:

1. de caráter racional: baseada na crença da legitimidade das ordens estatuídas e do direito de mando daqueles que, em virtude dessas ordens, estão nomeados para exercer a dominação (dominação legal), ou
2. de caráter tradicional: baseada na crença cotidiana na santidade das tradições vigentes desde sempre e na legitimidade daqueles que, em virtudes dessas tradições, representam a autoridade (dominação tradicional), ou por fim,
3. de caráter carismático: baseado na veneração extracotidiana da santidade do poder heroico ou do caráter exemplar de uma pessoas e das ordens por esta reveladas ou criadas (dominação carismática) (WEBER, 1991, p. 141).

Ou seja, tais medidas eram necessárias e causaram impactos positivos, porém não modificavam substancialmente as estruturas sociais e formas de dominação existentes.

Agora os véi sofria mais com fome porque não tinha aposentadoria... aí chegava naquelas casa... como eu chegava na casa de pai e minha mãe dava um pratinho de comida praqueles véi, aquelas velhinha... todo dia vinha buscar... aqueles pratinho de comida... (Seu Vê)

...mas o que o ponto mais forte que tem hoje aqui no município é o aposentado. Porque esse é fixo, todo mês ele recebe. E tem um escape aí que eu deixei de falar, o... essa renda do governo federal... o Bolsa Família, também é uma ajuda muito grande aqui dentro do município que segura muita gente aí. (Seu A)

Visto que os problemas do nordeste brasileiro não estão restritos à escassez hídrica, se outrora era a luta contra a seca, agora é a convivência com ela, já que é possível coexistir bem com o semiárido nordestino, desde que por meio de práticas e políticas públicas mais adequadas e mais sustentáveis (PONTES e MACHADO, 2009). O fato de que podem existir técnicas produtivas capazes de ampliar a oferta de produtos típicos do semiárido, a partir de aplicações relativamente baixas de capital e sobre a base das superfícies atualmente disponíveis, no entanto, é subestimado (ABRAMOVAY, 2003). Por outro lado, são notáveis os esforços de pesquisa de instituições como a Embrapa Semiárido, Articulação do Semiárido (ASA) e, no caso da Bahia, a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA).

A tese de doutoramento, *Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento*, defendida por Silva (2006) faz uma análise das políticas públicas destinadas ao nordeste brasileiro, especificamente ao semiárido nordestino, separando-as em três grandes momentos históricos:

a) o período que compreende o processo de colonização e de ocupação do espaço Semi-árido, com a consolidação do complexo econômico sertanejo, até o primeira metade do século XX, quando crises climáticas pressionaram o governo para o combate à seca;

b) a partir dos anos 1950, com as constatações do atraso econômico regional do Nordeste em relação ao centro-sul do país, a opção governamental foi pela modernização econômica, consolidando a política hídrica de suporte à irrigação e de reestruturação da grande propriedade rural, ao mesmo tempo em que se mantiveram as ações emergenciais nas secas;

c) no final do século XX, com a constatação da ocorrência de mudanças na realidade econômica e social na região e, ao mesmo tempo, da permanência dos problemas sociais que se agravam nos períodos de estiagens prolongadas. Essas constatações são permeadas por novas propostas, em que as políticas regionais tendem a passar por mais um momento de transição, com a disputa entre diferentes concepções de desenvolvimento para o Semi-árido (SILVA, 2006, p. 34).

Semiárido já não se escreve da mesma forma, mas ainda vivenciamos este terceiro período e ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, especialmente no que diz respeito a estudos sociológicos e antropológicos, sobre os meios de vida (SCHNEIDER, 2010) e sobre a adequação e continuidade das políticas públicas destinadas à região (SILVA, 2006). Constata-se a ocorrência de mudanças econômicas no nordeste. Segundo Silva (2006), muitas destas mudanças se dão em razão dos investimentos efetuados no período anterior – especialmente nas décadas de 60 e 80 do século passado – principalmente relacionados à implementação de infraestruturas básicas, como energia, abastecimento de água, transporte e comunicação (SILVA, 2006).

Vem-se ampliando o espaço público não estatal atuante no contexto semiárido, a exemplo da ASA (Articulação do Semiárido), criada em 2001, e outras entidades que desenvolvem trabalhos e projetos atrelados ao desenvolvimento da região, desde ações autônomas até articulações com o governo e com a iniciativa privada. Entretanto, continuam a prevalecer “os interesses privados mais poderosos, e é aí que se cai no dilema das políticas no semiárido: discurso e prática” (PONTES e MACHADO, 2009).

A dificuldade com água era maior, porque hoje tem, inclusive, muita cisterna. Na época tinham os carros pipa, mas não tinha onde colocar e nós que buscava água 3 km na cabeça. E mesmo o carro pipa botando, mas nós morávamos numa comunidade e o carro só colocava no Caxá porque só tinha tanque lá. Aí todo mundo ia buscar lá. Já agora tinha cisterna em todas as casas. Aí mesmo com a dificuldade da seca. Mas os carros colocavam em todas as casas ou, no mínimo, no vizinho, era muito mais perto. Nós sofremos muito menos em relação à água. (Jí)

Emergem novos atores políticos e sociais e um novo olhar, desta vez, direcionado à Convivência com o Semiárido e não mais ao combate à seca. Ou seja, se está lidando

com questões de cidadania e da necessidade de se analisar mais a percepção dos sujeitos historicamente dominados, além de mudar a atuação técnica, partindo da mitigação dos problemas inerentes à seca para a implantação de técnicas adequadas e que facilitem a convivência com os períodos de estiagem.

Nós não temos pouca chuva, é mal distribuída. (...) Três meses chove tudo e o restante chove nada. (Jí)

Mas é uma coisa nova, ou relativamente nova que atua na questão do meio ambiente nessa região. E a gente faz um trabalho, tenta conscientizar, mas eu sei que para conscientizar tem que dá uma possibilidade de sobrevivência porque não adianta você achar que tá de conversa, que tá de papo. Porque, só para você ter uma ideia: o agricultor é muito inteligente, a capacidade dele extrapola o que a gente possa imaginar de como sobreviver, de como resistir. (Cê)

As políticas sociais dos últimos governos petistas tiveram também notável impacto nos meios de vida da população, sobretudo relacionado ao aumento da dignidade e autoestima de sujeitos historicamente marginalizados. A expressão: “hoje todo mundo é rico”, foi repetida por alguns dos entrevistados, ressaltando a mudança percebida no poder aquisitivo:

Bom, **hoje todo mundo é rico**. Nesse tempo o povo era pobre, muito pobre... num... era contada as pessoas que comia 2 vezes no dia... nós graças a deus... meus filhos não passou fome, eu tinha emprego, tinha leite, né? E eu pescava muito... criava bode na fazenda... nós nunca passemos fome, mas muita gente passou fome e hoje não. Hoje todo mundo é rico. Naquela época uma vaca custava 50 mil réis... só quem tinha era o rico, o pobre não podia ter... um pedaço de terra custava mil réis, mas o pobre não tinha, quem tinha era o rico... risos... e hoje todo mundo tem... fala uma coisa custa mil conto e todo mundo tem... (Seu Nê)

**Hoje todo mundo é rico**. Antes a gente cheirava a doido, a macaco porque dormia todo mundo junto num cômodo só... e só tinha uma roupa, lavava de noite e vestia de dia pra ir trabalhar. (Dona Cê)

De acordo com os relatos, as políticas sociais mencionadas surtiram impactos positivos em aspectos da convivência com o semiárido:

Algumas políticas, essas políticas do governo, compensatórias, essas políticas de... fizeram com que o quadro fosse minimizado. Em relação ao lado social, você não viu fome, você não viu retirantes, as políticas: água para todos, luz para todos, bolsa família, bolsa não sei o que... efetivamente não deu para se ver o impacto tão grande dessa estiagem. Principalmente o impacto na população humana, no ser humano. Porque você não ouviu falar de morte, de retirante como era o corriqueiro quando tinha uma grande estiagem. Mas no quadro da redução de rebanho foi efetivo, eu acredito que mais de 70% do rebanho foi dizimado nesta estiagem. (Cê)

Outras políticas públicas recentes, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), foram igualmente mencionadas em se tratando da questão ambiental no semiárido.

(...) quer dizer o pessoal assim é uma pesca predatória né? na época da enchente, na época que as cumatá produz muito né? e então tem muito peixe... o pessoal era mais essa questão da pesca predatória... eh... na época, muitos tempos atrás, soltava muita bomba né... então o governo lançou essa política de incentivo da produção do peixe, justamente pra combater mais esse tipo de manejo... em vez do pessoal criar que dá muito mais resultado, né? Até preservar a questão da fauna, do pescado em si... (Bê)

Apesar das melhorias e das inovações acrescidas às políticas públicas, verifica-se que ainda há um grande distanciamento entre proposição e prática. Existem também questões que exigem continuidades e avanços nas políticas públicas já implantadas.

**Você acha que essa degradação da margem do rio é o que está mais dificultando o progresso da associação? Qual seria a dificuldade produtiva maior?** Não... infelizmente não é. Eu tenho essa preocupação como moradora mesmo, eu tenho medo porque às vezes as pessoas pensam que ali nunca vai acabar, né? Então começa e desmatar e faz e acontece e um dia acaba. Então eu tenho essa preocupação por isso, mas hoje uma das principais dificuldades se eu te falasse que é o acesso eu tô mentindo, porque temos uma parceria muito grande e boa com o Seu Lê que é um fazendeiro aqui e ele nos apoiou e deu a passagem da fazenda dele pra que a gente possa tá pegando o peixe, tá levando pra rua pra poder vender. Então essa passagem também não é a maior dificuldade. A maior dificuldade hoje é a venda... por quê? Porque o peixe não sai todo de vez... (A)

O problema maior é a cadeia produtiva e o agricultor tem sua tecnologia, conhece o... agora esbarra no onde vai comercializar... (Cê)

A história lenta ainda nos persegue. Martins (2000) enfatiza a importância da reflexão sociológica e teoricamente fundamentada para a análise dos problemas da “vida real”, pois “não pode haver esperança se não houver a luz e lucidez do conhecimento” (MARTINS, 2000, p. 47). O autor acredita em uma Sociologia da vida Cotidiana, e não uma “sociologia do acontecimento”, como muitos, amparado no pressuposto de que a vida cotidiana “não é um resíduo desprezível da realidade social, histórica, política, cultural etc.”. Ela domina a vida social no mundo moderno e, ao mesmo tempo, torna-se mediação fundamental na historicidade da sociedade moderna (MARTINS, 2011, p. 87).

(...) a nossa rotina de vida é feita de sobressaltos, do vai e vem do cotidiano ao não cotidiano, ao mágico, ao religioso. É um cotidiano inconstituído, apenas evidenciado na realidade vivida da imensa maioria da população. Como, então, buscar investigativamente o privado e o cotidiano na história da sociedade brasileira, sem dialogar com a sociologia e, sobretudo, sem dialogar com a etnografia das crenças e costumes do povo? Uma historiografia limitada a documentos escritos numa sociedade de iletrados encontra-se ela mesma num impasse, impasse que torna ilícita a tentativa de afrancesar a nossa perspectiva histórica, expressão aliás de nossa alienação intelectual e de nossa desmemória (MARTINS, 2011, p. 93).

Martins (1994; 2000; 2011) defende uma maior participação da sociedade na pressão sobre as ações do poder público. Segundo o autor, a sociedade brasileira despreza sua maior conquista: a real democratização, “a reunião de forças para se erguer em face ao Estado e de ter alcançado a possibilidade real de se tornar um sujeito privilegiado da História” (MARTINS, 2000, p. 19). Martins fez esta afirmação bem antes das manifestações e mobilizações populares dos últimos três anos. O autor se refere a momentos específicos da história brasileira, especificamente, o impeachment do presidente Collor de Melo, devido à constatação da corrupção praticada e a luta pela Reforma Agrária durante o final da década de 1990. Entretanto, quiçá exatamente porque a história de países como o Brasil se dá de forma lenta, a análise referida ainda se encaixa à realidade contemporânea, porém recheada de novas velhas conjunturas. Segundo Martins, isto se remete ao fato de vivermos numa sociedade cujos marcos históricos resultam de processos que fluem lentamente e, principalmente, “cujas mudanças apenas lentamente chegam à consciência da maioria de seus membros” (MARTINS, 2000, p. 73).

### 3.2 Acesso a terras semiáridas

A dinâmica de funcionamento da colônia e das leis vigentes nesse período conferia a posse das terras brasileiras apenas a famílias cujo patrimônio fosse gordo o suficiente para ganhar a “confiança” da Corroa (MARTINS, 1994; HOLANDA, 1995; FAORO, 2001). Num primeiro momento “foram as capitâneas hereditárias e seus donatários, depois as sesmarias”, que estão na origem de grande parte dos latifúndios do país (OLIVEIRA, 1989, p. 66); até que, a partir da lei de terras em 1850, a terra tornou-se propriedade privada, somente podendo ser adquirida através de meios monetários. Como já ressaltado por Faoro (2001), esta lei dificultou ainda mais o acesso à terra por parte dos grupos sociais destituídos de recursos monetários. É possível afirmar com segurança, deste modo, que a estrutura fundiária brasileira foi muito pouco alterada ao longo dos primeiros 400 anos de história do Brasil (OLIVEIRA, 1989).

Desde a segunda metade do século XX, os processos de incorporação de novos espaços têm aumentado (OLIVEIRA, 1989). Após a redemocratização do País, em 1985, até os dias atuais, foram criados milhares de assentamentos de Reforma Agrária. No

estado da Bahia, especificamente, este número se encontra em torno de 500 registros (GEOGRAFAR, 2010), sem contar os projetos de assentamento realizados pela política fundiária do Banco Mundial: Programa Cédula da Terra e Programa Crédito Fundiário; além das lutas pelo reconhecimento legal da posse e uso da terra, historicamente conquistados, a exemplo das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, das Comunidades de Fundo e Fechos de Pasto, das Comunidades de Pescadores Artesanais e dos Povos Indígenas (FAO, 2003; GEOGRAFAR, 2010). Entretanto, a concentração de terras em mãos de poucos proprietários persiste (IBGE, 2006).

Se a concentração fundiária tem raízes históricas, as relações de trabalho no campo igualmente as têm. Como se sabe, a escravidão foi a primeira forma generalizada de relação de trabalho no campo brasileiro. Junto com ela também se desenvolveu a agricultura de base familiar e a enorme variedade de arranjos práticos na relação trabalhador-patrão, onde o trabalhador rural se submetia sempre à primazia do interesse do proprietário (GARCIA JR., 1990).

Em se tratando de pequenos municípios, como é o caso de Marcionílio Souza, onde se notam fortes indícios de reminiscências rurais, como analisado no capítulo anterior, tem-se uma intensa correspondência entre a questão fundiária e a ambiental. A relação com o ambiente esteve historicamente, sobretudo em se tratando de nordeste, limitada pela propriedade da terra, com raras exceções; seja porque o proprietário definia o tipo de produção e área a serem cultivadas, seja pela limitação do tempo e energia livres – nos casos onde a aquisição da terra foi alcançada. Mesmo os pescadores, que não dependiam diretamente da terra para garantir sua sobrevivência, necessitavam de acesso à margem do rio, o que se dá através da propriedade de outrem. Deste modo, seria insuficiente e superficial a interpretação do aumento da degradação ambiental da região de Marcionílio Souza como um simples descaso com o ambiente por parte da população.

(...) os “sítios de moradores” são pequenos – de um terço a meio hectare – e lavrados todos os anos, sem que haja rotação de terras nem adubação; além disso, os moradores dispõem em geral de poucos dias para cuidar do seu “roçado” Convém salientar ainda que não há qualquer preocupação das estações experimentais com as lavouras de subsistência, procurando selecionar sementes das variedades mais produtivas e mais bem adaptadas ao meio, não há um estudo sistemático das pragas que as atacam, nem uma orientação técnica visando tornar o agricultor um homem mais identificado com as lavouras que cultiva e com o meio em que vive. A preocupação das estações experimentais volta-se unicamente para a grande lavoura, para a cultura de exportação e, em menor escala, para as frutíferas que também interessam apenas aos proprietários, aos meeiros e foreiros (ANDRADE, 1980, p. 202).

Torna-se fundamental a desnaturalização do processo averiguado no município em questão, assim como a análise da inter-relação entre forças e pressões que influenciaram tal situação, uma vez que foi igualmente constatada a falta de soberania da atuação das classes menos favorecidas sobre o ambiente. Alguns aspectos que envolvem a concentração fundiária e as relações de trabalho no campo são centrais para uma análise mais profunda da relação homem-ambiente em um contexto semiárido, em particular no município em questão, o que será tratado nos itens a seguir.

### 3.2.1 Sobre o acesso à terra em Marcionílio Souza

A ocupação socioeconômica da região hoje denominada de Território de Identidade da Chapada Diamantina, na Bahia – onde se encontra Marcionílio Souza –, resultou da expansão da pecuária no Vale do São Francisco e, posteriormente, das descobertas auríferas nas nascentes dos rios de Contas, Paramirim e Itapicuru, no início do século XVIII (ANDRADE, 1980). Várias “bandeiras” passaram pela Chapada Diamantina à procura de ouro e pedras preciosas e de índios para escravidão. O povoamento, contudo, adveio inicialmente do oeste, com as fazendas de gado do “megalatifundiário sesmeiro Antônio Guedes de Brito” (BAHIA, 2010, p. 11). A cabeceira do rio Paraguaçu – que margeia Marcionílio – foi ocupada pelo colonizador branco, a partir de 1671, como resultado da “bandeira” de Estevão Ribeiro Baião Parente (BAHIA, 2010). Este vetor de povoamento atraiu populações, com distribuição de sesmarias nas terras conquistadas dos índios, inicialmente entre o Sertão de Maracás – município do qual Marcionílio Souza se emancipou em 1962 – e a Serra do Orobó – localidade onde hoje se encontra o município de Rui Barbosa –, depois entre os rios Paraguaçu e de Contas, atingindo, em pouco tempo, as terras do Sincorá e a região onde hoje está localizado o Parque Nacional da Chapada Diamantina (BAHIA, 2010).

Os vales dos rios e, posteriormente, os planaltos foram ocupados aos poucos pelas fazendas de gado de Antônio Guedes de Brito e seus sucessores. O Coronel Jota é provavelmente um desses sucessores.

Ele tinha aqui um mundo de terra, aqui tem um riacho, o riacho da Palma... ele ia até o riacho da Palma e para cá do riacho Tapera... do riacho da Palma era um parente dele que era dono até certo limite, de certo limite era outro parente dele que era dono até outro limite... É igual Iaçú, Iaçú era de um

irmão dele que tinha outro mundo de terra para o lado de lá... Aqui tinha esse mundo de terra, não sei quantos mil hectares de terra... (Seu A)

A necessidade de subsistência dos garimpos exigiu a ampliação das policulturas agrícolas, desenvolvendo os circuitos comerciais intra e inter-regionais (BAHIA, 2010).

E aí nós ia plantar roça, nós colhia mamona, que hoje não tá dando mais resultado, nós plantava mandioca, nós plantava batata, nós plantava feijão, nós plantava milho, nós colhia tudo e tinha um armazém que o dono chamava Seu Cê... Nessa região tinha Seu Cê que tinha um armazém muito grande e colhia as plantaço dos pessoal todo e vendia para aquele galpão, aquele lugar, e a gente ia criando os filhos da nossa maneira... (Dona Gê)

Segundo o Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável do Território da Chapada Diamantina (2010), o declínio da produção aurífera, iniciado ainda no século XVIII, conduziu grande parte dos garimpeiros a espalharem-se nas vizinhanças, como pequenos proprietários de terras, arrendatários e posseiros, produzindo autonomamente ou empregando-se como meeiros ou diaristas, “os sucessivos titulares dos latifúndios deixados por Antônio Guedes de Brito vendiam, arrendavam e eventualmente doavam suas terras” (BAHIA, 2010).

Esse camarada lá fazia a propriedade todo ano dava x. Lá ele plantava roça, lá ele criava as vacas, criava cabra, o carneiro... vivia daquela propriedade que era pagando o aforamento ao Coronel Jota. Quando o sindicato pediu a declaração a cada morador, cada morador foi lá no sindicato declarar o tanto da propriedade que ele ocupava, quanto tinha de roça, de pasto, como era a casa, como era o curral e o que é que tinha... foi chamado o Coronel Jota, ele viu o que ele ia fazer com esse povo, se ele ia vender, se ele ia liberar, o que que ele ia fazer, aí ele vendeu a vários... aí comprava x de terra, outro comprava x de terra... aí ocorreu, ele viu que o sindicato tava apertando ele e vendeu as áreas de terra a fazendeiros, mil tarefas para um, para outro... aos que tinham condições de vender ele vendeu e aos que não tinham condição de comprar, de pagar, ele liberou. Muitos aí abriram o título de posse de terra sem ser vendido, tudo dessa fazenda do Coronel Jota. (Seu A)

A região assumiu, a partir de então, uma feição diferenciada, diversificando as relações de trabalho com a meação, o diarista e a produção familiar autônoma (BAHIA, 2010). O maior fluxo migratório para o território da Chapada Diamantina ocorreu a partir do século XIX, com o surto diamantino, onde se multiplicaram as povoações de palhoças improvisadas, muitas das quais se consolidaram com a persistência dos garimpos, outras se esvaíram com eles (BAHIA, 2010). No caso específico de Marcionílio Souza, segundo os relatos e a memória dos entrevistados, a origem do município está associada, inicialmente, ao local de pernoite de viajantes, onde se amarravam os animais sob um grande Tamburi – exuberante leguminosa nativa da região. Num segundo momento, a consolidação do povoamento está relacionada à construção da linha férrea.

O pequeno povoamento herdara o nome Tamburi da leguminosa. Nome que coincidia também com a denominação da fazenda do Coronel Jota. No momento da emancipação da localidade e sua legitimação enquanto município, em 1962, o nome Tamburi foi mudado, segundo Medrado (2001), por motivos políticos, pois, segundo este autor, havia rixas políticas entre Marcionílio Souza, que também recebia o “título” de coronel, e o Coronel Jota. Entretanto, quando questionados sobre o tema, a população apresenta opiniões diversas que, em muitos casos, apresentam-se contraditórias umas às outras, misturando-se ao imaginário relacionado ao poder dos coronéis.

Segundo Caio Prado Jr. (1993), é preciso distinguir dois setores bem diferentes da produção numa economia como a brasileira – particularmente em sua fase inicial. O primeiro, é dos grandes produtos de exportação, como o açúcar e o tabaco; e o outro é o das atividades acessórias, cujo fim é manter em funcionamento aquela economia de exportação, como a pecuária e a denominada, em oposição à primeira, de economia de subsistência (PRADO JR., 1993). Tal distinção, segundo o autor, é muito importante, porque além das características próprias que acompanham um e outro setor, ela serve “para conclusões de grande relevo na vida e na evolução da economia da colônia” (PRADO JR., 1993, p. 41). Ainda em relação à importância de distinguir-se os dois grandes setores da economia brasileira: “grande lavoura e economia de subsistência”, Prado Jr. (1993) afirma que tal separação explicaria o quadro característico da vida colonial: “de um lado abundância, prosperidade e grande atividade econômica; doutro a falta de satisfação da mais elementar necessidade da grande massa da população: a fome” (PRADO JR., 1993, p. 44).

A rapidez com que se alastravam as fazendas no sertão nordestino se explica, de uma parte, pelo consumo crescente do litoral onde se desenvolvia ativamente a produção açucareira e o povoamento; doutra, pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria. Mas também pela facilidade com que se estabeleciam as fazendas: levantada um casa, coberta em geral de palha (...), feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área médias das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou doze homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se entre índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral: criminosos escapos da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda ordem que logo abundam numa região onde o deserto lhes dá liberdade e desafogo (PRADO JR., 1993, p. 45).

Prado Jr. (1993) enfatiza o fato de a mão de obra utilizada na região ser majoritariamente livre, pois, segundo o autor, “nestes territórios imensos, pouco povoados e sem autoridades, é difícil manter a necessária vigilância sobre trabalhadores escravos” (PRADO JR., 1993, p. 45-6). Menciona ainda que as fazendas costumavam ser

dirigidas por um administrador, o vaqueiro. O proprietário, na maioria das vezes, senhor de muitas fazendas, residia ordinariamente nos grandes centros do litoral. No entanto, esta “liberdade” era dúbia, alguns relatos revelam que as condições de trabalho em períodos muito mais recentes, uma vez que Prado Jr. (1993) se refere a períodos históricos entre os séculos XVI a XVIII, se davam de forma análoga à escravidão.

Eu era vaqueiro, cuidava da fazenda do patrão, eu tirava a sorte... esses dias conversando com uma pessoa aqui: – você trabalhou de escravo! Você sabia disso?! – Vim saber agora... Depois eu compreendi, eu trabalhei de escravo... O patrão me entregou a fazenda, né? – Agora le dou fé daqui a três anos... e não forneço... não le forneço... – Quer dizer trabalhar sem comer, né? Mas eu tinha crédito, consegui crédito... o patrão não fornecia não...

(...) Nada, nada, nada... eu conversando com um rapaz assim... disse: cê trabalhou de escravo! – Depois eu compreendi, eu trabalhei de escravo mesmo. É que trabalhava, o patrão não fornecia... como é que veve? Inda dá conta de minha fazenda... só le dou ferro daqui a três anos...

(...) Ali eu pegava... era 5 bezerro né? Ali fazia um bozó... botava num saquim e eu metia a mão no número do bezerro... 2, 3, 4, 5... ali eu metia a mão... se tirasse um bezerro bão era um bezerro bão, se pegasse um ruim era aquele mesmo... em três anos ele não me fornecia não... (Seu Nê)

Andrade (1980) descreve este mesmo contexto em uma de suas obras sobre tal região, que veio a se tornar um clássico acerca da temática, da seguinte maneira:

(...) luta difícil em meio hostil contra selvagens belicosos, assim como a defesa das reses deixadas nos currais como verdadeiros marcos do avanço do movimento povoador, eram feitas pelos vaqueiros, muitas vezes escravos, e por posseiros que, não dispondo de prestígio em Salvador, nem das habilidades necessários para obterem concessões de terras nos meios palacianos, não conseguiam sesmarias. Eram obrigados a colocar-se sob proteção do grãos-senhores, não por temer o ataque dos índios, mas para não serem perseguidos pelos poderosos de Salvador. Reconhecendo o domínio da terra aos mesmos e tornando-se seus foreiros, estabeleciam-se com o curral e as reses no que chamavam de ‘sítio’ pagando anualmente um foro que atingia em 1710, 10 mil réis na Bahia. Estes sítios não tinham aquelas dimensões de principados das sesmarias, mas eram formados quase sempre por um lote de uma légua em quadro (ANDRADE, 1980, p. 162).

O autor afirma que foi através de relações de trabalho como as descritas que a pecuária conquistou para o Nordeste a maior porção de sua área territorial; forneceu animais e proteínas indispensáveis ao desenvolvimento da agroindústria do açúcar e ao abastecimento das cidades nascentes no litoral; levou para o Sertão os excedentes de população nos períodos de estagnação da indústria açucareira e “aproveitou a energia e a capacidade de trabalho daqueles que, por suas condições econômicas e psicológicas, não puderam integrar-se na famosa civilização da ‘casa-grande’ e da ‘senzala’” (ANDRADE, 1980, p. 170).

Os pastos eram formados a custo monetário nulo, sobretudo quando se utilizavam relações como os arrendamentos e parcerias, pois se induzia os próprios trabalhadores a saldarem a dívida contraída pelo acesso à terra mediante o plantio do capim (GARCIA JR., 1990). Possibilitou, assim, a formação do “Outro Nordeste”, o Nordeste das caatingas e do gado, “que a um só tempo se opõe e complementa, o Nordeste do litoral, do massapê e da cana de açúcar” (ANDRADE, 1980, p. 170).

A atividade agrícola provavelmente se iniciou concomitantemente ao desbravamento do interior e da criação do gado, contudo não foi a atividade principal, “desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos ‘currais’” (ANDRADE, 1980, p. 170).

Essa agricultura restringia-se apenas à mandioca, ao milho, ao feijão, algodão e, às vezes, à melancia e ao melão. (...) Esses pequenos roçados eram feitos, a principio pelo vaqueiro com a sua família ou agregados, de vez que os proprietários não tinham preocupação direta com o abastecimento de seus prepostos. Estes é que deviam prover a sua alimentação dentro das condições que o meio natural lhes oferecia (ANDRADE, 1980, p. 170, grifos nossos).

O repertório dos alimentos cultivados pouco mudou e a sobrevivência “do que o meio natural lhes oferecia” também está fortemente presente na memória dos entrevistados.

(...) e para alimentação tinha a macaxeira que é o aipim, a batata doce, tinha a abóbora, a melancia e enfim os outros cereais pequenos que era pro consumo de cada um. (A)

(...) abóbora, melancia, feijão, para o consumo mesmo da família... (I)

(...) mas a questão mesmo na zona rural que é o foco, que é plantar a abóbora, a melancia, o melão, essas coisas... (Pê)

Não quero que isso volta nem pra mim, nem pra meus filhos nem pra ninguém... esse tempo... não tinha nenhuma forma de você ter a alimentação suficiente lá diretamente comprada do mercado, tem que ser coisa lá mesmo da roça, como na roça não produzia, não tinha chuva então você tinha que se virá no mato, no que achava por lá... (Seu Rê)

Foram identificadas nas entrevistas características semelhantes àquelas citadas por Andrade (1980), no que tange à produção agrícola, tanto no que se refere ao cultivo destinado ao consumo – gêneros alimentícios – quanto aos itens orientados à comercialização – que se dava em ciclos econômicos; além de aspectos relacionados às formas de produção, como a prática do adjutório (ajutório, na fala dos entrevistados).

(...) ela tinha roça, botava roça com os produtores, fazia o ajutório. Que é uma palavra muito forte na nossa região. (...) Ajutório, eles chamavam ajuntamento para se ajudar. Eles se uniam e roçavam naquele lugar, é uma coisa interessante, né?! Antigamente eles viviam com aquele ajutório, eles se ajudavam para colheita, para a limpa e para a roçagem. (Hagá)

Seu Cê (...) disse que comprava... tinha um armazém de comprar café, comprar fumo de folha, comprar borracha, aí tinha... teve um corte de borracha no mato pra tirar o leite da borracha... aí me botava eu com 7 anos de idade já cortava... subia assim no pé de árvore já ia cortando e aparava o leite. Fiquei assim uns 3 anos cortando assim, depois disse vai terminar esse negocio aí. Seu Cê disse: ói, não quero mais a borracha não, agora eu quero é o pó da palha. Aí pegava os Licuri, tirava as palhas e pegava o pó para vender e assim a gente foi levando assim... depois veio a roça de mamona, veio a maiada de fumo, a roça de algodão... (Seu Vê)

E aí nós ia plantar roça, nós colhia mamona, que hoje não tá dando mais resultado, nós plantava mandioca, nós plantava batata, nós plantava feijão, nós plantava milho, nós colhia tudo e tinha um armazém que o dono chamava Seu Cê... Nessa região tinha Seu Cê que tinha um armazém muito grande e colhia as plantaço dos pessoal todo e vendia para aquele galpão, aquele lugar, e a gente ia criando os filhos da nossa maneira (...). (Dona Gê)

Foi imenso o leque de aspectos análogos aos analisados por Andrade (1980) em relação ao Sertão nordestino na fase inicial de sua ocupação – séculos XVI a XIX – ao longo da coleta de dados durante a pesquisa de campo. Este fato ressalta a forte influência das formas de ocupação do semiárido nos contextos mais contemporâneos. São inúmeros os exemplo destas influências: as formas de exploração do trabalhador e os arranjos da produção pecuária; a organização socioeconômica da agricultura e seus mercados; a própria relação com o ambiente, que garantia a sobrevivência, mas era fortemente influenciada pelas vontades do patrão.

Vale ressaltar que estes aspectos sugeriram nos relatos quando os entrevistados foram indagados sobre o passado. Mas o passado em questão consiste no passado da vida destes sujeitos, ou seja, no mais tardar, na infância destes. Isto se dá pelo fato de o objeto central desta pesquisa incidir na percepção do ambiente e – uma vez que esta é intrínseca às formas de viver no mundo de cada sujeito, como defendido por Ingold (2010) –, por consequência, nas trajetórias e meios de vida destas pessoas.

Garcia Jr. (1990) apresenta como eixo central de sua obra reflexões sobre as estratégias de reconversão<sup>29</sup>, tanto por parte dos dominados quanto dos dominantes, decorrentes de transformações que ocorreram na plantation tradicional da região, entre as décadas de 1970 e 80. O autor parte do princípio de que qualquer tipo de “determinismo único” utilizado na análise de processos sociais e históricos é limitante e insuficiente, pois admite como inexoráveis, naturais ou lineares processos que na prática são

---

<sup>29</sup> Reconversões, segundo o autor, consistem em estratégias de adaptação às mudanças socioeconômicas ocorridas, no sentido ativo da palavra, onde se busca adaptar-se da melhor forma possível aos câmbios.

intimamente dependentes de questões subjetivas, como a forma com que, a cada momento, se resolvem conflitos e disputas, conflitos estes que não são apenas materiais, mas também, é fundamental ressaltar, simbólicos. Tal fato corrobora a presente discussão.

A noção de liberdade aparece como um fator central na constituição da problemática analisada. O “Sul” constituía-se no “caminho do roçado” e da “busca pelos direitos”, uma vez que possibilitava o acúmulo de capital, antes impedido pelas formas de dominação inerentes às relações de trabalho. A gama de relações observadas entre trabalhador, sobretudo o “morador”, e patrão implicava na sujeição do primeiro às vontades do segundo, restringindo a liberdade em relação aos diversos âmbitos da vida daqueles sujeitos (GARCIA JR., 1990).

Quem dava a morada dispunha de patrimônio fundiário suficientemente grande para lhe permitir recrutar famílias de trabalhadores para viver em seus domínios. Os senhores utilizavam assim seus patrimônios fundiários para constituir uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência, rede que assegurava um poder social tanto maior quanto mais elevado fosse o número de indivíduos que a compunha. Em outros termos, procuravam acumular graças ao patrimônio fundiário uma força social específica, tanto material, pelo número de braços à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que os reconheciam como senhores (GARCIA JR., 1990, p. 39).

Na grande maioria dos casos, os “moradores” podiam cultivar produtos de subsistência doméstica, culturas temporárias que só ocupam o terreno por um ano ou dois (GARCIA JR., 1990). Segundo Garcia Jr. (1990), eram raras as permissões de se plantar árvores, pois estas implicavam em uma ocupação mais durável do solo, fato que ressalta a ausência de liberdade e de soberania do homem sobre sua relação com o ambiente:

Constata-se que não era a “terra” concedida aos moradores, mas a autorização para realizar certas práticas precisas que podiam ser controladas pelo senhor ou por prepostos (GARCIA JR., 1990, p. 39, grifos nossos).

A dominação material e simbólica exercida pelos “senhores” sobre os “moradores” do engenho, observada por Garcia Jr. (1990), constitui-se em situação semelhante<sup>30</sup> à descrita pela população de Marcionílio sobre as relações estabelecidas entre o Coronel Jota e os meeiros, posseiros e arrendatários de suas terras.

---

<sup>30</sup> Sem negar, obviamente, as distinções intrínsecas a diferenças essenciais como o tipo de atividade econômica praticada – no primeiro caso cana de açúcar e no segundo pecuária; e a região – numa Agreste, noutra Sertão.

(...) chega um: Seu Jota, eu quero um lugar para o senhor me arrendar um lugar para eu morar. E o coronel: você quer aonde? – Tal lugar! – Então você vai fazer sua morada lá em tal lugar, mas você vai pagar tanto de arrendamento todo ano, ele dava um recibo de x... a terra aqui era dada, a rua aqui era aforamento, cada um posseiro pagava x de uma posse de terra, da casa que morava... quando veio.. na década de [19]80, 84... foi quando surgiu os sindicatos rurais e os sindicatos rurais exigiram as declarações de cada proprietário porque o Coronel Jota era um cara bom, não era um cara ruim. Ele vinha ajudar a renda do morador que morava lá (...). (Seu A)

Ao passo que Garcia Jr. observou, em sua pesquisa de campo, relações de dominação tradicional, em Marcionílio Souza foi possível notar relações de dominação carismática. Segundo Weber (1991), este tipo de dominação consiste na “veneração extracotidiana da santidade do poder heróico ou do caráter exemplar de uma pessoa e das ordens por esta reveladas ou criadas” (WEBER, 1991, p. 141). Em muitos dos relatos a figura do Coronel era associada à bondade, à generosidade, “um cara bom”. O que foi notado, entretanto, foi, de um lado, relatos amigáveis e mesmo a idolatria em relação à figura do Coronel e, de outro, acusações sobre uma conduta negligente em relação aos direitos humanos e trabalhistas dos seus meeiros e arrendatários.

...ele [o Coronel Jota] vendeu uma parte dessa terra e tirou um rumo. E esse rumo passava dentro da roça das pessoas e em cima de casa, inclusive. Falam inclusive que ele passou em cima da casa dum homem chamado Xis e aí o homem resistiu a sair, aí botavam fogo na casa... ele saiu sozinho, mas pegaram fogo em tudo, documento, tudo (...). (Jí)

E nós trabalhava de arrendatário lá, de meeiro, ficamos por 13 anos.. eh.. foi quando nós veio aqui pra fazenda de Juca Medrado. Ali Lagoa da Pedra ali.. e desses 13 anos a gente tinha aí uns 3 anos trabalhando com Juca Medrado de meeiro, de arrendatário também tinha que pagar todo ano o arrendamento da roça que botava, que colocava.. dasse lavoura que não desse.. aí agora, não quero nem saber se choveu, se colheu, se plantou, quero que paga o meu no final do ano. E foi nesse momento que Juca Medrado vendeu a fazenda pra (...). (Seu Rê)

Garcia Jr. (1990), como analisado anteriormente, ressalta que a prática de dons (ou dádivas) instituía dívidas morais, ligavam os indivíduos numa relação de submissão, para o autor, “o trabalho de dominação é tanto mais eficaz quanto consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante” (GARCIA JR., 1990, p. 42). Assim como analisado por Garcia Jr. (1990) e embasado por Faoro (2001) percebe-se que “usos específicos do patrimônio fundiário permitem a construção da dependência personalizada” (GARCIA JR., 1990, p. 58).

Meu bisavô foi pequeno agricultor que vivia de fazenda dos outros, empregado... era do tempo que arrendava terra, só botava tarefa de terra permitida pelo proprietário né? Vou li dá aqui um tarefa, só uma tarefa, não bote uma tarefa ali a mais, dez metro, 5 metro, 1 metro a mais não que eu le boto pra fora. Aí dá um jeito de pagar no final do ano... meeiro, né? Se fosse

meeiro e dizia no final do ano, tudo que foi produzido, mamona, milho, feijão, arroz... parte no meio e me dá o meio. Pra depois daí cê vender a sua parte, não podia vender um quilo de nada antes de dividir. Bom, com o tempo de arrendatário tinha que pagar a renda pra daí você ter permissão todo ano de fazer a roça, no contrário vai embora e se conversasse muito ganhava um “*coro*” já tinha as turmas já pra fazer isso né... se desobedecesse. (...) meus pais também foi assim, já herdou essa cultura porque ainda foi um tempo ainda bastante da “*ditadura*” falava muito forte ainda... o sistema “*ditador*” era bastante... que hoje ainda funciona também ainda, né? Se brincar tem coisa que até pior ainda que daquele tempo se a gente for discutir nesse assunto. (Seu Nê)

As regras da relação de meação e arrendamento eram criadas pelo proprietário que, naturalmente, procurava se beneficiar, inclusive no que se referia a certos tipos de cultivo e algumas formas de manejo. Assim como Bourdier (2006) ressalta, a relação dominado-dominante não se dá unilateralmente, ou seja, o dominado exerce sua vontade de diferenciadas formas agindo de forma ativa, pois a relação estabelecida apresenta-se como favorável em determinado aspecto.

Ele controlava, mas nem sempre o povo obedecia. Lá o cara cortava árvore, queimava, plantava o que quisesse. Agora nessa parte ele era um conservador, você pode ir hoje onde era a fazenda dele... lá tem Aroeira dessa grossura ó. Ele só cortava quando vinha um vento e cortava, ele brigava com uma pessoa que cortasse uma árvore. Podia roçar, podia plantar, mas as árvores deixava em pé. (Seu A)

Foi observado em Marcionílio, ao contrário do notado por Garcia Jr. (1990), que o Coronel Jota não permitia que se cortassem árvores em sua propriedade. Este fato pode estar relacionado a um senso de conservação existente, associado à percepção de que as árvores participam de forma significativa na manutenção do equilíbrio do ecossistema semiárido. Outra justificativa possível consiste na proteção do seu patrimônio, uma vez que árvores possuem valor monetário, sobretudo as denominadas “madeiras-de-lei” encontradas na região. Obviamente o discurso ambiental e a concepção da necessidade de conservação não foram fatores definidores do comportamento observado, pois consistem em pressupostos novos na história do mundo e do Brasil. Entretanto alguns agricultores – mesmo latifundiários – estabeleciam com o ambiente relações de proteção, sobretudo em relação a determinadas plantas, de fins medicinais, árvores frutíferas de lei, e ainda aquelas preservadas devido a valores estéticos. É notável a existência (ou sobrevivência) de algumas espécies específicas de árvores em meio ao desmatamento realizado em Marcionílio Souza, como o umbuzeiro e o juazeiro.

O umbuzeiro ela é uma árvore que todo ano ela frutifica e todo tipo de gente de animal gosta do umbu. É o bode, a ovelha, o cavalo, a vaca, é gente, tudo gosta do umbu. É uma árvore frutífera aí ninguém tem intenção de cortar o umbuzeiro e segundo que ele também não é uma madeira que você possa fazer

uma peça de casa, uma cancela, um mourão é madeira toda retorcida e o juazeiro também é uma árvore que sempre é sóbrio [dá muita sombra], você deixa um juazeiro no meio da propriedade, quando o sol tá quente vem um cavalo, vem uma vaca, uma ovelha tudo vem procurar apoio da sombra alí. A Baraúna, ninguém quer cortar a Barúna porque além de ser uma árvore de madeira muito dura é uma árvore também que faz muita sombra e não tem certo comercio porque ninguém quer a Baraúma. A Aroeira é mais procurada para cerca, para obra, para essas coisas, mas a maioria que é dono de uma propriedade também não quer cortar uma aroeira porque ele deixa para uma ultima hora quando houver uma necessidade, a maioria preserva. Mas tem os predadores que compram a propriedade só para pelar, cortar tudo e passar para outro, isso acontece muito também aqui na região. (Seu A)

### 3.2.2 O acesso à terra e os usos do ambiente em Marcionílio Souza

Durante as entrevistas, um dos pontos explorados foi a história de uso e ocupação do solo em Marcionílio Souza. Sobre este aspecto, a população enfatizou algumas atividades como marcos de mudança nas relações de exploração do ambiente, são elas: num primeiro momento, as lavouras e as pastagens; e, em um momento posterior, a extração vegetal para a queima do carvão. Qualquer tipo de exploração do ambiente gera impactos, entretanto, segundo os relatos, estas formas de exploração foram acompanhadas de determinadas práticas de manejo mais e menos agressivas ao ambiente, são elas: as queimadas para o plantio de lavouras; a criação de gado “na solta”; o desmatamento para a introdução de capim; o desmatamento para a exploração do carvão vegetal.

Estas práticas e formas de exploração do ambiente estão intimamente associadas à questão fundiária e às formas de acesso à terra. O plantio de lavouras vem sendo praticado desde as primeiras formas de fixação do homem no sertão, como já fora mencionado, as quais estiveram, no caso de Marcionílio, associadas à criação de gado. As lavouras eram cultivadas por meeiros e arrendatários de grandes latifúndios ou por agricultores familiares autônomos, o que significa impactos em pequena escala. A criação de gado, somente a partir de determinado momento da história esteve vinculada ao desmatamento de grandes extensões de terra, quando fora introduzido o plantio de espécies exóticas de capim, pois num primeiro momento, segundo os relatos, as rezes eram simplesmente soltas na caatinga. De acordo com os relatos este período incide na década de 1980, quando a aquisição de terras de grandes proprietários aumentou causada pela intensificação da facilidade de crédito – que dificilmente o pequeno ou médio

proprietário conseguia acessar – e à especulação típicas desta década (ANDRADE, 1980).

(...) antigamente aqui não dava capim... era terra que não dava capim, mas porque ninguém plantava, sozinho ele num plantava, né? Então mudou de dono e chegou gente de fora e pegou a roçagem planto um capim de fora... o búfalo... e hoje é a terra do capim aqui... (Seu Nê)

O Capim Búfalo (*Cenchrus ciliaris*) foi introduzido na década de 1980 por pecuaristas, segundo os relatos, e se alastrou devido às suas características competitivas favoráveis no ambiente semiárido. Situação semelhante se deu com a introdução do Tucunaré (*Cichla spp*) espécie de peixe igualmente exótica à região que causou como impacto, uma drástica diminuição das espécies de peixes encontrados no rio Paraguaçu na região onde se encontra o Município.

A exploração do carvão, por sua vez, está associada à implantação dos primeiros assentamentos de reforma agrária, numa época em que pouca ou nenhuma atenção era dada à questão ambiental pelos técnicos responsáveis pelos assentamentos.

teve uma reunião com o banco mundial onde o gerente da EBDA disse: Reforma Agrária é carvão. Aí todos se revoltaram com ele, mas ele era uma pessoa direta e disse: pois é carvão! Porque essa gente não tem a mínima possibilidade de se viver (...). Porque o dentro dos assentados naquele período não tinha nem cabo nem... então era uma das poucas fontes que eles tinham para sobreviver. (Cê)

(...) porque na época que se fundou o Caxá em [19]83, 84... que criou o assentamento, o próprio INCRA e o pessoal da EBDA quando ia cadastrar as pessoas para receber o lote do seu assentamento, a posse do seu terreno, eh... o trabalhador que não tinha 5, 6, 10 tarefas derrubadas, devastadas para fazer queimada era taxado como preguiçoso. (...) então eu acho que o próprio órgão naquela época incentivou que os moradores fizessem a devastação porque deveria ter o método de usar o trabalho, mas com uma questão mais de preservação, né? E o próprio órgão... se fosse fazer o levantamento para chamar o assentado e ele não tivesse lá, no mínimo 5, 6 tarefas derrubadas, ele era taxado de preguiçoso. (Pê)

...mas que foi o caso nosso. Como nosso conhecimento que nossos pais tinha era de preservar as matas, roça pequena... mas o que que aconteceu? Veio o INCRA desapropriou... que claro que isso foi a 30 anos atrás né... e disse tá aqui a terra, mas não deu uma condição (...) porque aqui no Caxá são 30 hectares, são em média 30 hectares, mas tá aqui... tirava as áreas da APP, tirava a área de reserva permanente e dizia pra cada agricultor: ói tire da área de vocês 20 % não mexa em nada. Ninguém disse isso? Ninguém disso isso.. Banco não disse, a EBDA na época não disse, o INCRA não disse e não tirou nem... ó o assentamento Caxá tem ali quase 10 km de rio Paraguaçu ali na fronteira, não tirou... nem a área em volta do rio o INCRA preservou, nem disse os agricultor que respeitasse. Então pegou os lotes saiu do rio Paraguaçu até a pista. E pegou o restante e loteou, não tirou área de Reserva Legal, de reserva permanente nem nada... os rios que tem, os riacho que tinha né bastante forte... ali era pra ter deixado as margens de um lado e de outro x metros né? Mas nada disso... bom, já foi um pecado. Nós não tinha

conhecimento de nada mesmo, tudo pobre arrombado querendo arrumar dinheiro pra construir uma casinha, ter uma vaquinha, melhorar a vida um pouco, né? (...) pra criar vaca tem que fazer o que? Plantar capim. Pra plantar capim tem que fazer o que? Desmatamento. Então em função de plantar capim gerou desmatamento... aí o que é que começou? A madeirada daquela roçagem pra plantar a lavoura e o capim, o cara começou pra não perder o incentivo do carvão... (Seu Rê)

A pesquisa realizada pela USP em parceria com a FAO e o MDA sobre índices de qualidade nos assentamentos de Reforma Agrária instituídos no Brasil até o ano de 2003 indica que as condições de vida são precárias: faltam escolas, casas, abastecimento de água, tratamento de esgoto, atendimento de saúde e transporte. A ação operacional do governo em resolver esses problemas era pouco eficiente (FAO, 2003), situação que foi confirmada pela pesquisa de campo realizada no município de Marcionílio Souza. Segundo aquela pesquisa, “a única explicação razoável” para o fato de alguns milhares de brasileiros verem uma opção de vida em assentamentos nos quais, “sob um ponto de vista consensual”, encontram-se em situações precárias é

que, para os trabalhadores rurais sem terra, aqueles que perderam os seus empregos, foram substituídos por máquinas e sistemas de produção menos intensivos em mão-de-obra, tiveram que vender suas terras ou não havia o suficiente para todos herdarem uma parcela, mesmo essas condições são melhores do que a migração para as cidades ou a remuneração oferecida pelo seu trabalho. Deve-se destacar que as condições de vida no meio rural apresentam muitas das carências constatadas nos projetos de assentamento, e que, boa parte da pobreza brasileira está localizada no meio rural, principalmente na região Nordeste. Assim, eles vêm na posse da terra e no domínio dos meios de produção, a solução de parte dos seus problemas, provavelmente pensando num futuro mais distante e não nas condições precárias e muitas vezes indignas às quais estarão submetidos no presente. Nessa avaliação, a qualidade de vida nos projetos que apresentaram índices baixos não é tão distante da realidade vivida pelas famílias antes de estarem abrigadas pela reforma agrária (FAO, 2003, p. 169).

A situação ambiental dos assentamentos foi um dos parâmetros analisados e o resultado encontrado, mais uma vez, foi concordante com as narrativas dos entrevistados de Marcionílio. Segundo a pesquisa, a pior situação encontrada foi a da região Nordeste, onde as áreas preservadas foram de 35% nos assentamentos instituídos no período de 1985 a 1994, e 28% nos instituídos no período de 1995 a 2001 (FAO, 2003). Uma das justificativas encontradas pela equipe para tal fato consiste na menor conscientização quanto à relevância da preservação dessas áreas, como também uma menor pressão da sociedade, de Organizações Não-Governamentais – ONG e do poder público, em contraste com as regiões Sul e Sudeste (FAO, 2003). A ineficiência de fiscalização por órgãos competentes, característica dessas regiões, pode também ser um aspecto decisivo no déficit de manutenção de APPs (FAO, 2003). A equipe reflete sobre o fato de em

regiões mais carentes do Brasil, onde há maior pressão por ocupação da terra, como é o caso do Nordeste, essas ações serem, muitas vezes, menos expressivas e mais ineficientes (FAO, 2003), já que a situação de urgência em que se encontram as famílias que estão sendo assentadas parece deixar em segundo plano a preocupação com a qualidade ambiental dos assentamentos (FAO, 2003).

De acordo com as entrevistas, devido à falta de condições produtivas dos assentamentos (falta de abastecimento de água, luz, etc.) e o oportunismo de comerciantes de carvão que rapidamente construíram estradas ligando os lotes às vias de acesso principais, a única alternativa consistia em retirar do ambiente os meios de vida. E cria-se um círculo vicioso baseado no desmatamento...

Eh.. a estrada, aí sim, a estrada saiu... saiu para todos..., bom, a água para todos que era o melhor não aconteceu até hoje.. então a água o INCRA pegou do rio Paraguaçu e colocou somente até aqui ói o restante não tem.. aí quem tá daqui até o Caxá de um lado e de outro 1km pra cada lado tem água quem.. o restante do Caxá que é a maioria não tem. Ficaram devendo, e aí se tem água na época, em tempo certo evitava desmatamento porque você ia desmatar o que 10, 20 tarefa que não precisa de muita terra né? A água irrigada já dá pra me viver... (Seu Rê)

era carreta, era madeira (...) se chegasse no Caxá aqui numa hora dessa você não aguentava do fedor de fumaça. Gente escarnada dentro de forno, carvão quente, fogo incendiando de carvão... muita gente aí deu problema de saúde, foi uma situação difícil! Quando acabou as madeira seca pra pegar aí teve que mudar porque madeira não tinha... aí acabaram tudo no carvão. E até hoje ainda funciona... tem caso aí que até as aroeirinhas dessa grossurinha aqui... o restinho que sobrou tão acabando aí... ninguém denuncia que tem medo, se o cara denuncia tú morre né... às vezes denuncia também e ninguém move. O cara do IBAMA vem aí chega na estrada alguém compra, para na ponta o cara volta, vira, justifica e vai embora... e o pau tá quebrando até hoje. (Seu Rê)

Mas eu, por exemplo, tenho 10 anos assentado e o assentamento não está concluso. 10 anos e não saiu a topografia que é a divisão do lote, sabe? Eu sei onde é meu lote porque nós pagamos uma empresa particular e fez a divisão aí eu sei onde é o lote, mas o INCRA nunca fez. Isso tem 2 anos, então passei 8 anos sem saber. Isso deixa o... aí vem a seca e diminui ainda as possibilidades, vai diminuindo ainda mais né? (Jí)

Do Axuré foi o gado, a introdução da criação do gado que levou ao desmatamento. No caxá foi o carvão. Na década de 90 houve uma grande extração de carvão que foi o responsável pela grande devastação do Caxá e consequentemente depois, mesmo com a tirada da madeira a mata não se restituiu porque foi introduzida a pastagem pra gado... o capim não deixou sair outras coisas. Aí foi criação de gado mesmo. (Jí)

A insuficiência de créditos específicos para benefícios ao meio ambiente (reflorestamentos, recuperação de matas ciliares, sistemas agroflorestais); a implantação tardia de ações de planejamento dos sistemas de produção (Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA) e da licença ambiental para a implantação de projetos ou liberação

de créditos consistem em justificativas adicionais à pouca abrangência das ações de recuperação ambiental nos projetos de assentamento (FAO, 2003).

### 3.3 Considerações finais

Desmitificada a visão de “bom selvagem”, torna-se necessário levar em conta aspectos históricos, econômicos, políticos e mesmo culturais para um melhor entendimento da relação do homem com o ambiente contemporâneo. Fato que chama atenção para a necessidade de orientar o olhar para o ambiente a partir de uma visão socioambiental, baseada em racionalidade interdisciplinar e contextualizada. Ou seja, deve-se enxergar o ambiente não como natureza intocada, mas como um campo de interações entre a cultura, a sociedade e as relações biológicas vitais, no qual todos os esses aspectos se modificam dinâmica e mutuamente (CARVALHO, 2006)

Tendo em vista as características agressivas destes aspectos relacionados ao semiárido e ao município de Marcionílio Souza, mais do que repressão sobre as formas de manejo do sertanejo no ambiente, necessita-se da garantia e ampliação das possibilidades de atuação no ambiente em acordo com os meios de vida da população – sobretudo em relação aos aspectos mais qualitativos inerentes a estes, como as formas de sociabilidade e percepção ambiental. Para se alcançar soluções adequadas para os problemas ambientais não cabe reduzir o ambiente a apenas uma de suas dimensões, é imprescindível levar-se em conta o caráter histórico e sempre dinâmico das relações humanas e da cultura com o meio ambiente. O município de Marcionílio Souza encontra-se em um momento intensamente propício para intervenções educativas em vista de práticas ambientais mais sustentáveis, assim como intervenções técnicas em áreas mais fragilizadas como as margens dos cursos d’água, topos de morro e áreas muito inclinadas. Existe um amplo acúmulo científico e técnico sobre o ambiente semiárido e a Caatinga, falta para pô-los em práticas de forma contextualizada incorporando características dos meios de vida da população. Algumas dessas características possuem grande potencial benéfico, como o conhecimento sobre as espécies nativas que consiste em ferramenta importante para práticas de recuperação de áreas degradadas e apreço por práticas de lazer em contato com o ambiente natural que podem servir como subsídio para apelo e justificativa para práticas de conservação do ambiente.

A questão agrária, fundiária e a ambiental estão entrelaçadas, sobretudo em se tratando de pequenos municípios. A relação com o ambiente desde o regime de sesmarias até a consolidação dos assentamentos de reforma agrária sofreu drásticas modificações. No caso de Marcionílio, esta relação tornou-a mais agressiva e impactante, entretanto, seria equivocada e superficial uma interpretação sobre o aumento da degradação ambiental na região do município baseada no simples descaso com o ambiente por parte da população, ou ainda qualquer forma de descrédito da Reforma Agrária justificada neste fato. É importantíssimo frisar que o reconhecimento da magnitude da conquista do acesso à terra por parte de setores da população historicamente marginalizados não pode ser negado ou diminuído pela constatação do aumento da degradação no município. Pelo contrário, sinaliza a ineficiência e insuficiência das ações do poder público destinadas à região. Em concordância com Lefebvre (2006), que defende que o espaço deve ser pensado a partir do seu conteúdo material e social, ou seja, como materialização do processo histórico, acredita-se que, se levados em conta os aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais, ações mais sustentáveis se tornam mais factíveis.

A tensão ambiental dos anos 1960 e 1970 trouxeram à tona sensibilidades e preocupações sobre a relação com o ambiente outrora não existentes. A relação agressiva com o ambiente e a falta de medidas no intuito de amenizá-la ou melhorá-la incomoda a população de Marcionílio, sobretudo, aqueles que dependem do ambiente para tirar seu sustento, para aqueles que os meios de vida se entrelaçam de forma mais intensa ao ambiente, como é o caso de alguns pescadores, agricultores familiares e mesmo médio a grande proprietário. No entanto, como reiterou a entrevistada A na fala citada na epígrafe: a preocupação com o meio ambiente “não chegou aqui [em Marcionílio Souza] ainda, ou, se chegou, tá só no papel”.

Nota-se que a concretização destas atitudes mais harmoniosas e sustentáveis ao ambiente que possibilitariam uma melhor convivência com o semiárido, esbarram ainda em falhas no diálogo entre agricultores e produtores; técnicos e funcionários de órgãos de assistência técnica e extensão; e a Academia. O desafio atual consiste na ampliação deste diálogo e na efetivação de formas mais harmoniosas de uso e manejo do ambiente adequadas aos meios de vida da população.

Por fim, constatou-se em campo que o saneamento, ou a falta dele, é um problema concreto, especificamente a destinação de resíduos sólidos urbanos. No entanto, nenhum dos entrevistados mencionou tal fato quando indagado sobre o ambiente em Marcionílio

nos dias atuais, o que consiste ainda assim em um dado relevante. A observação participante permitiu a constatação de que este é um problema ambiental grave do município e acredita-se que dois fatores podem haver culminado na omissão de tal fato. Um consiste na própria ausência de perguntas explicitamente provocativas sobre este aspecto – entretanto não foi perguntado nada especificamente relacionado às barragens, por exemplo, e estas foram mencionadas nas entrevistas. Outro fator pode estar relacionado à concepção rural da questão ambiental, relacionada aos meios de vida rurais – produção, lazer, etc. – e à não constatação da influência do lixo, por exemplo, na qualidade. Outros aspectos relacionados ao saneamento não foram sequer comentados, como a destinação de dejetos sanitários – possivelmente também porque a profundidade dos lençóis freáticos e a alta permeabilidade do solo não fazem destes impactos notáveis. O único aspecto mencionado foi o abastecimento d'água, pois este sim, é considerado urgente e concreto. Este resultado demonstra a diferenciação entre as percepções do ambiente levados em um e outro contexto, tema que será melhor explorado no capítulo seguinte.

#### **4 Memória, migração e percepção do ambiente: aspectos afetivos da relação do homem com o ambiente em um contexto semiárido**

Sem a auto compreensão não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que, fundamentalmente, são problemas humanos, quer sejam econômicos, políticos ou sociais, dependem do centro psicológico da motivação, dos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos.

Yi-Fu Tuan

(...) minha paixão é pela caatinga. Falo de todos os biomas, de todas as regiões do Brasil, mas é o que eu vivi! O meu depoimento é diferente dos outros, a emoção é diferente, as vivências, tudo é diferente! Tudo é diferente.

Sí

Em sua travessia, o rio Paraguaçu une às suas águas três diferentes universos: as serras e vales do Parque Nacional da Chapada Diamantina, a aridez da caatinga e a opulência histórica do Recôncavo Baiano (PEREIRA e SAITO, 2010).

O “universo da aridez da caatinga”, também denominado médio Paraguaçu, – onde se encontra o município de Marcionílio Souza – é considerada a região mais pobre desta bacia hidrográfica; a mais castigada pela seca, e, desafortunadamente, aquela onde se encontram os maiores níveis de degradação do ambiente, referentes principalmente ao desmatamento, à ausência de mata ciliar e aos lançamentos indevidos de resíduos sólidos e esgotamento sanitário (SILVA FILHO e SILVA, 2006). Entretanto, se uma pessoa que desconheça a realidade brasileira, que nunca tenha ouvido falar nada sobre o semiárido nordestino e não saiba coisa alguma sobre a região de Marcionílio Souza ouvisse o relato de memória realizado pelos entrevistados em relação ao ambiente do município no passado, não seria de se estranhar que imaginasse uma floresta tropical, exuberante, rica e imponente, como a floresta Amazônica ou a Mata Atlântica.

Era floresta para todo lado... os passarinhos... (Seu Lê)

...era um pé de mata só... a gente tinha aqui um pé de mato só, uma floresta bonita, onde cê andava... Uma hora dessa ninguém podia andar de dentro da mata que bicho comia... onça, suçuarana até a onça preta tinha... Então cheia de macaco, cheia de zabelê, perdiz, aqueles macaquinhos guariba, mixo, tudo... chega na... aqueles passarinho arara tinha tudo, as lagoa tudo cheia de água. As lagoa de... peixe dentro da mata de dá urubu, traíra que ninguém dava conta que dava urubu. (Seu Rê)

Tinha muita caça, muita... muito peixe, né? (Seu Nê)

O rio era dentro do mato, não tinha aberta... não tinha desmatagem não, tudo era fechado de mata... aí tinha muita onça, tinha muito porco do mato, essas caça assim... (Seu Vê)

...naquela época era muito mais gostoso, né? Verde para todo lado... (Pê)

Antes era diferente de hoje, viu moça? Porque antes formava assim umas nuvem boniiita... (Seu Dê)

Antes... tudo que se plantava, dava... (Dona E)

A forma com que os entrevistados retrataram o ambiente natural de Marcionílio no passado está carregada de significados e simbologias relacionados às suas emoções e afetividades, às suas experiências e às suas formas de perceber o ambiente. Segundo Bosi (2003), tal fato pode ser explicado pela tendência que a memória tem em armazenar lembranças que, por algum motivo, se relacionam à afetividade das pessoas.

Este capítulo discorrerá sobre estes aspectos afetivos da relação das pessoas com o ambiente em Marcionílio Souza. A memória dos entrevistados serviu como valiosa fonte de informação, uma vez que a escolha do que é dito traduz-se em informações sobre seus emissores, à medida que trata daquilo que se quer lembrar e que se quer transparecer.

Desta maneira, por meio da interpretação da memória, tem-se o intuito de melhor compreender a percepção do ambiente por parte destes sujeitos. Pretende-se ainda, uma vez que a memória é constituinte dos meios de vida, refletir sobre a influência destes, especificamente a estratégia de migração para cidades de grande porte, como São Paulo, nas formas contemporâneas de perceber e ressignificar o ambiente.

#### 4.1 Memória sobre o ambiente em Marcionílio Souza

A memória pode ser considerada como a propriedade de conservar certas informações (LE GOFF, 1990). Somos, a todo o momento, capazes de recuperar aspectos de nosso passado. De acordo com Ecléa Bosi (2003), é como se nos contássemos histórias a nós-mesmos. A memória remete-se, primordialmente, a um conjunto de funções psíquicas, “graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas” (LE GOFF, 1990, p. 366). Para Halbwachs, a lembrança é, ao mesmo tempo, reconhecimento e reconstrução. É reconhecimento à medida que carrega o “sentimento do já visto”; e é reconstrução, sobretudo, porque é um resgate (e não uma repetição linear) de acontecimentos e

vivências do passado baseado em um quadro de preocupações e interesses atuais (HALBWACHS, 1993).

A partir do momento em que experiências são relatadas a outras pessoas, aquelas ganham uma dimensão social (BOSI, 2003). Distingue-se então a memória individual da memória coletiva. Segundo Le Goff (1990),

os psicanalistas e os psicólogos insistem (...) nas manipulações conscientes ou inconscientes que o interesse, a afetividade, o desejo, a inibição, a censura exercem sobre a memória individual. Do mesmo modo, a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990, p. 368, grifos nossos).

A capacidade que as emoções têm de priorizar determinados conteúdos da memória é consensual (BOSI, 2003). Ecléa Bosi (2003) chama atenção para o fato de não serem viáveis explicações puramente cognitivas em se tratando de memória individual. Cada relato remete a situações interpretadas a partir de um ponto de vista particular, refletindo as crenças adquiridas por determinado grupo, se ancorando temporalmente em eventos que fizeram notícia e qualificaram a época, como a eleição de determinado prefeito, o nascimento de um filho, um ano de muita chuva (ou seca extrema), a criação do sindicato, a vitória (ou a derrota) do Brasil na Copa do Mundo, a conquista da terra... A vida pessoal constitui o testemunho de um tempo coletivo (BOSI, 2003). A história atua sobre fatos e acontecimentos executados pela e para a sociedade, enquanto para a memória, o fundamental é a reação que o fato causa no indivíduo. Não cabe exigir-se da memória uma precisão histórica, ela tem a sua própria verdade. Tem-se que tomá-la, entretanto, como dado, compreender as crenças e atitudes nela embutidas, notar as suas contradições, seus vieses, seus limites e interpretá-la (BOSI, 2003).

...naquele tempo a chuva que vinha era tão sadia que você não precisava botá adubo de nada; e hoje se você plantar você tem que adubar, tem que botá adubo mais caro (...). Porque o curso de vida aqui não dá não, pra sobreviver. Porque cada um que se casou e não tem pra onde sobreviver. (Dona Gê)

A diferença que eu acho aqui de dentro do município é uma diferença que o homem não tem culpa, foi a parte climática de chuvas. (...) como a parte climática ajudava muito, porque naquela época não era infestado de praga como hoje, naquela época chovia muito. Como o cara plantasse colhia e tinha, hoje em dia é diferente. (...) aí ficava de um canto para outro para adquirir o jeito da vida. (Seu A)

Não dá mais não... [depois da construção da barragem] não teve mais enchente... não teve mais enchente... as lagoas quando chovia, enchia que sangrava né? O rio né? E nunca mais lagoa encheu... (Seu Nê)

A criação acabou... agora não morreu de fome porque eu não deixei né? Antes de cair de fome aí eu vendi uma parte e o dinheiro que eu vendi, comprei ração pras outras... mas porque eu pensei muito! ... porque é a única coisa que eu sei fazer... é lutar com terra e com gado... (Seu Vê)

Aí foi o mistério de Deus... ninguém. Eu mesma que... meus pais morava na roça e eu aprendi pelo mistério de Deus. Eu mesmo plantava... (Dona Gê)

...aprendia no tempo... (Dona E)

o camarada levantava o próprio defensivo dele para pulverizar, pegava o sabão massa com o fumo de corda e botava de infusão e pegava, por exemplo, se era para lagarta, pegava um punhado de lagarta machucava e botava junto, quando pegava aquele negócio coava e fazia seu próprio defensivo, quando pulverizada lá pegava matava tudo e livrava tudo era assim por conta própria. Aí o outro já fazia aquela simpatia de botar uma cruz nos três cantos da roça de manhã cedo na hora do sol sair... várias simpatias... e hoje é tudo tratado com o técnico, qualquer coisa que cê viu diferente no seu gado, procura o veterinário, qualquer coisa que vê no plantio procura o agrônomo, mas naquele tempo não tinha isso não. (Seu A)

...o que traz a chuva é as árvores. (Dona E)

...e você sabe? Quando as raízes que seguram aquela terra, o barranco do rio, fica fraco, apodrece... (Seu A)

Eu lembro que mãe lavando roupa: vai chover daqui a pouco! ... e na verdade mais logo já chovia. Até o clima nos pensamentos de chuva era diferente. (Seu Dê)

Nossa região é seca, mas precisa do chapéu, das árvores né... precisa de outra visão né.. de se reeducar... e acho que a reeducação vai vir com o sofrimento... com as porradas que tomamos... pela dor... eu acho que é isso... (Hagá)

As falas dos entrevistados são recheadas de expressões locais e termos não formais, típicos da linguagem popular. Em um relato, a utilização de um termo em lugar de outro – quando feita de forma espontânea, como se acredita ter sido o caso dos relatos acima – traduz-se em significados singulares, dificilmente traduzíveis com a utilização de termos análogos. Estes aspectos, muitas vezes sutis, trazem à tona, se acompanhados de uma observação atenta e sensível, aspectos particulares do modo de ver o mundo destes sujeitos.

Outro aspecto explorado nas entrevistas foi a descrição de “um ambiente ideal”. Assim como ao longo de toda a entrevista, ainda que em outras perguntas menos específicas, a intenção era melhor compreender a percepção do ambiente destes sujeitos. A partir do questionamento específico sobre a caracterização de um “ambiente ideal”, ou seja, um ambiente que satisfizesse as necessidades e as vontades destas pessoas, procurou-se notar quais representações seriam emitidas sobre o ambiente semiárido, se estariam elas carregadas de valores relacionados a adjetivos pejorativos ou enaltecidos. Estas respostas foram agrupadas e serão expostas a seguir:

Nem transformar, nem ir para outro lugar... (Seu Lê)

(...) meu sonho era um dia ou ter a maioria de meu tempo lá no sítio onde eu tô no meio das plantas, vendo fruta madura, vendo passarinho, vendo bicho chegando por ali. Onde eu sei que bota uma planta ali, onde eu boto a rede e balanço o pé, onde chega o amigo meu eu recebo... eh... pra mim eu acho que importante é isso aí... pra falar a verdade, eu gosto muito de paisagem bonita, de verde, de planta, de água, de animais, de passarim... dessas coisas, eu gosto dessas coisas... (Seu Rê)

Aaaaai... seria o rio de antigamente. Seria aquele lugar ali todo reflorestado com bastante volume de água no rio... seria assim... (A)

Eu acho que eu ia reflorestar toda aquela [a terra que ela possui] e é... plantar, né? Água encanada também, né? Porque no sequeiro ninguém aguenta. Tem que ter água! Era plantar acho que tudo que... Então eu acho que se me desse uma terra eu ia querer plantar do meu jeito. Porque eu já encontrei toda desmatada toda... se me desse virgem, né? A mata virgem, melhor ainda. E se fosse desse jeito acho que eu ia reflorestar, deixar do meu jeito, com bastante frutas, é isso... ver tudo verdinho, tudo bem... pena que aqui são poucos os locais que tem água encanada... (I)

Seria uma paisagem assim... agroflorestal... trabalhar a questão da agricultura, trabalhar a questão da fauna, flora sem danificar o meio ambiente. Uma coisa interligada uma na outra... (Bê)

uma propriedade que teria uma casinha no pé duma serra, um rio, muita vegetação e atividades econômicas que tirasse a sobrevivência dali. Eu tenho... de sonho mesmo eu queria viver num lugar onde eu pudesse tirar a sobrevivência dali, que só precisasse tirar de fora sal. Fosse tudo produzido ali, agora o sal não dá né? (Jí)

A valorização da sua terra, a vontade de permanecer nela e ainda a vontade de melhorá-la foi notada nestes relatos. Não se pode deixar de pontuar o fato de os relatos acima serem provenientes de assentados dos projetos de Reforma Agrária. O ambiente para eles possui um aspecto intrinsecamente relacionado ao acesso à terra. Deste modo, quando se pergunta qual seria o ambiente ideal, a resposta é remetida à valorização da conquista da sua terra e à vontade de permanecer e nela trabalhar.

A capacidade de produção da terra foi repetida em algumas das entrevistas, ressaltando a forte relação que o ambiente tem com uma garantia de sobrevivência e com aptidão da lida na terra e do cuidado com os animais.

terra boa, que dê o que plante (...) onde chova, terra seca não. (Dona E)

uma terra que ela não fosse cansada e nem espraguejada... (Seu A)

O que nós plantar dá. (Dona Cê)

Em primeiro lugar, eh... um lugar pra família. O que é um lugar pra família? Uma casa com banheiros, uma casa que venha a dar um conforto merecido para mulher, filho, as visitas que chegá... e daí... vamo dizer.. animais! Porcos, galinhas, cabra, ovelha, cavalo que não posso deixar pra trás porque gosto muito, a vaca de leite que não posso deixar para trás. (...) (Seu Dê)

A paisagem que eu vejo interessante é aquele que, primeiro as pessoas tenham como sobreviver sem grandes ambições, tenha como educar a sua prole também sem grandes sacrifícios (...). (Cê)

Aspectos estéticos foram igualmente mencionados:

Lugar plano, sem serra. (Mê)

uma terra que fosse plana e que tivesse bastante natureza para se divertir um pouco, andar um pouco pela natureza. (Pê)

Mato verde. (Lê)

...pra mim ter um jardim muito bonito. Fazer leiras de hortas... (Dona Gê)

Nota-se que não há nenhuma restrição estética<sup>31</sup> em relação ao ambiente semiárido por parte destes sujeitos. O ambiente ideal não é limitado pela sua “semiaridez”. Entretanto, suas limitações funcionais foram mencionadas: “terra seca não”.

Por outro lado, foi inclusive enfatizada a vontade de que este ambiente ideal fosse “semiárido igual nossa caatinga”. Ressaltando novamente a influência de questões afetivas, da familiaridade e das experiências para a percepção do ambiente; mais do que isso, para a escolha de qual percepção do ambiente se quer ter. Neste sentido, vale ressaltar que nenhum discurso é neutro, nem a memória o é.

Essas terras, eu gostaria que fosse semiárido igual nossa caatinga, porque quando chove a gente sente o cheiro da terra e a gente vê as flores da natureza né? E na região do sul você não vê flor, você não vê nada né? Chove muito, o mato é verde, mas não tem sumo, não tem cheiro; então pra mim tem que ter o semiárido que nós temos na caatinga. (Seu Dê)

O ato de falar, de exteriorizar memórias nem sempre é pragmático, no sentido de coordenar a ação sobre o mundo, como ressalta Bosi (2003), pois falar aproxima as pessoas, colocando-as num plano de significados comuns. É um contato de experiências (ADES, 2004). Sejam os eventos agradáveis ou árduos, a sua permanência na memória de cada sujeito depende do quanto de impacto afetivo estes promovam.

...nós íamos fazer compras em Marcionílio [zona urbana] andando e as meninas que iam acompanhar minha vó eram escolhidas por ela, íamos em silêncio; sempre tivemos um respeito muito grande pelo rio, porque assim, meu pai não sabia nadar e a gente passava de canoa.. Era uma espécie de ritual, tinha que passar em silêncio, tinha que ter equilíbrio, não conversar com a pessoa que tava conduzindo até chegar ao outro lado. Era tudo muito... acontecia silêncio, sem precisar dizer para a gente que a regra era essa, a gente já respeitava porque sabia que tinha que ser dessa forma, não é? (...)

---

<sup>31</sup>

Este tema será melhor aprofundado posteriormente neste capítulo.

Tem uma coisa que eu me lembro até hoje de minha vó, que minha tia faz até hoje e eu tenho assim... é muito forte na minha vida e me emociona muito que é as esteiras que ela trançava que também é produto do gramado. Tem que tirar uma palha, a palha do olho, tirar talisco, por para secar, depois ela pintava naquela época com jenipapo. Jenipapo verde fervido, ele dá um tingimento escuro, fica lilás roxo assim... e minha vó nunca ouviu falar em geometria, mas assim, usava as forma geométricas através da trança.. então eu me lembro que ela sentava e ia fazendo aquele rolo e aí ela já sabia as medidas, não tinha fita métrica, mas ela já media no palmo. Aí fazia, costurava com... eles tinham uma agulha, aquela agulha grande, a linha era feita de um cacto aqui também do sertão, chamado coroá... não sei se é caroá ou coroá... na época agente dizia cordinha de coroá, então botava pra secar num varal e aquela corda fazia, usava bocapiu que é essas sacolas que a gente leva para feira e a gente fazia as esteiras e o chapéu também. Elas tinham esse conhecimento, mas nunca foi ensinado não... Sí

Percebe-se que o ambiente natural, o rio, o jenipapo, o coroá, a palmeira, da qual se retira a palha, permeia as memórias e, conseqüentemente, as afetividades desta entrevistada. Estão guardadas em sua memória também práticas cotidianas de sociabilidade que foram levadas em meio ao ambiente semiárido:

no dia de lavar a roupa era assim: havia uma escolha das duas netas que iam assessorá-la e a gente já separava as roupas brancas das de cor; não havia clareador, água sanitária na época, mas já fazia o sabão em casa, ela já separava o chapéu, as bacias, tudo... chegava lá que a gente lavava lá em cima nas mangueiras... era assim, ela sentava e lavava a roupa, quem assessorava, não era assessor a palavra, era ajudante... já tinha uma trempe.. trempe são três pedras que coloca uma lata, já tinha uma lata lá boazinha que mexia a roupa, as roupas brancas depois que tirava o sujo... já tinha uma água fervendo.. era colocado naquela água da lata até ferver e a gente não tinha autorização para tomar banho antes que acabasse isso, porque o corpo tava quente, porque era a gente que procurava lenha, acendia o fogo e virava a roupa. Quando aquela roupa fervia, tirava a roupa, colocava para esfriar, enquanto isso ela já tinha dado sabão nas roupas de cor, a gente ia estender.. aí o sol já tava alto, molhava aquela roupa, virava do outro lado, enquanto isso aquela roupa branca já tava fria, levava perto dela... quer dizer era ajudante para tudo, ela não tinha que levantar para nos ajudar. Aí ela autorizava tomar um banho; isso já era mais ou menos umas 10 horas, ou ir comer alguma coisa. A gente ia atrás de manga, jenipapo ou araçá. Tomava banho também, tomava depois ia ajudar ela a pegar estender. Também nos ensinou a estender a roupa, não era de qualquer jeito que ela queria que estendesse. Todas pelo colarinho, ou todas pelo coes<sup>32</sup> da calça, as calcinhas não podiam ser expostas para outra pessoa ver. Tinha um cantinho do varal e era arame farpado, a gente tinha que ter habilidade para pegar a roupa sem rasgar (...) foi assim a história de minha avó e eu conto essa história. Eu acho que é interessante manter viva essas recordações. (Sí)

Além de estes acontecimentos estarem carregados de afetividades e emoções, Sí reconhece e ressalta a importância de guardá-los na memória e de transmiti-los. Esta entrevistada não reside no município (estava visitando familiares), mas mantém laços afetivos com o lugar. A partir de seu relato, ficou nítido como a seleção dos fatos a serem

---

32

Costura.

guardados na memória consiste, além dos aspectos afetivos, em uma escolha política e social, pois estão relacionados à identidade e ao posicionamento político de um grupo. É nesse sentido que Le Goff (1990) se refere ao estudo da memória social enquanto “um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história” (LE GOFF, 1990, p. 426). Para este autor,

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje (...). Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (LE GOFF, 1990, p. 476).

Três observações são pertinentes neste ponto da discussão. A primeira diz respeito ao caráter majoritariamente oral<sup>33</sup> e, muitas vezes, sem coesão, em que se dá a transmissão da memória coletiva do município analisado. Como este estudo centrou-se muito mais na análise da memória individual dos sujeitos em questão, não se levantou dados que embasassem a inferência sobre possíveis causas e/ou motivações para tal carência e falta de coesão. O fato é que as duas únicas fontes de memória escritas encontradas consistem em uma dissertação de mestrado defendida no ano de 2010, mas que trata de um assentamento de reforma agrária específico<sup>34</sup> (e não do município como um todo); e um trabalho escolar produzido por uma criança da 4ª série do ensino fundamental<sup>35</sup>, executado através de entrevistas com os familiares. Pode-se afirmar que a memória coletiva de Marcionílio é praticamente inexistente, exceto provavelmente por fontes pontuais e politizadas.

A segunda e a terceira observação dizem respeito ao fato da entrevistada Sí não residir mais em Marcionílio Souza<sup>36</sup>. Apesar da ausência física, o município continua sendo considerado uma “comunidade afetiva” para a entrevistada, onde de acordo com

---

<sup>33</sup> Cabe pontuar que isto não significa que inexistam fontes de memória escrita, somente que através das fases de coletas de dados empíricos (entrevistas e observação participante) percebeu-se a pouca utilização destas por parte da sociedade. Outro adendo significativo consiste na memória áudio-visual disponível, produzida por estudantes do ensino fundamental, que está disponível em: [susanareboucasnow.blogspot.com/](http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/TIAGO%20RODRIGUES.pdf), porém igualmente pouco difundida.

<sup>34</sup> Disponível em: <http://www.posgeo.ufba.br/disserta%C3%A7oes/TIAGO%20RODRIGUES.pdf>.

<sup>35</sup> Vale ressaltar que esse trabalho consiste em uma fonte de memória significativa, pois permanece guardada por anos pela família, o trabalho foi impresso por um mimeógrafo e a criança que o produziu hoje é adulta.

<sup>36</sup> Este tema será mais bem aprofundado posteriormente ainda neste capítulo, quando tratar-se-á da migração enquanto estratégia de meio de vida.

Halbwachs (1993), esta acentua funções como o reforço da coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. A “comunidade afetiva” constitui-se em um grupo de referência, o qual Halbwachs (1993) define como:

O grupo de referência é um grupo do qual o indivíduo já fez parte e com o qual estabeleceu uma comunidade de pensamentos, identificou-se e com-fundiu seu passado. O grupo está presente para o indivíduo não necessariamente, ou mesmo fundamentalmente, pela sua presença física, mas pela possibilidade que o indivíduo tem de retomar os modos de pensamento e a experiência comum próprios do grupo (HALBWACHS, 1993, p.288).

O terceiro ponto consiste na influência que o “estar fora” exerce sobre aspectos da memória. Um, porque Sí ampliou seu capital humano<sup>37</sup>. A entrevistada graduou-se e como ela mesma ressalta: “e eu achei importante ser numa faculdade pública!”, enfatizado o seu direito ao acesso ao ensino superior de qualidade que, por lei, é garantido a todos os cidadãos brasileiros, mas que, apesar das mudanças significativas alcançadas nas últimas décadas, ainda não consiste em uma realidade para a maioria da população de baixa renda. E dois, porque isso afeta suas emoções, percepções e afetividades.

#### 4.2 Percepção do ambiente em Marcionílio Souza

A percepção do semiárido – ou do sertão – enquanto local exuberante foi ressaltada, assim como nos relatos dos entrevistados de Marcionílio, por Euclides da Cunha (1903). O autor dedicou o primeiro capítulo d’Os Sertões, à descrição da “terra” do sertão, ou seja, do ambiente semiárido. Ao descrevê-lo, o autor ressalta: “Barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes...”, ou ainda, “Da extrema aridez à exuberância extrema” (CUNHA, 1903, p. 31, grifos nossos). Cunha (1903) percebeu o sertão como exuberante da mesma forma que alguns dos entrevistados o fazem. No entanto, para o autor, a dicotomia inerente às variações climáticas anuais, “inverno” e “verão”, período chuvoso e período de estiagem eram incabíveis, inexplicáveis e pareciam “violar as leis gerais dos climas” (CUNHA, 1903, p. 32).

---

<sup>37</sup> Cf. Ellis (2000), capital humano se refere ao nível de educação e status de saúde de indivíduos e populações.

Figura 4 – O mandacaru e a chuva.



Fonte: Registros da pesquisa de campo (julho de 2014).

Euclides da Cunha, apesar de baiano, vivia no Rio de Janeiro<sup>38</sup>. As características do bioma da então capital brasileira diferem-se extremamente das do sertão. As formas de viver ou perceber o mundo certamente são igualmente distintas, uma vez que as habilidades – no sentido ingoldiano – necessárias para se viver em um e outro ambiente são diferentes, assim como se distinguem as experiências acumuladas em um e outro lugar. O fato de as percepções descritas por Cunha (1903) se tratarem de experiências datadas do final do século XIX, onde as distâncias concretas e simbólicas entre o sertão e o litoral eram enormes, deve ser levado em conta, assim como o contexto sociopolítico específico em que se deu tal experiência – uma expedição jornalística no intuito de documentar a “Guerra de Canudos”<sup>39</sup>.

A característica cíclica do clima semiárido é estranha àqueles provenientes de outras regiões, no entanto, consiste em fenômeno familiar para os sertanejos.

A seca é uma passagem, como a do eclipse... num tem o eclipse que tal época passa pela lua... é igual a seca... (Seu A)

---

<sup>38</sup> Cf. Alfredo Bosi s/d “A leitura dos Sertões”, LCC Publicações Eletrônicas. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/zip/bosi.pdf>

<sup>39</sup> Este conflito consistiu em uma das insurreições mais expressivas da história brasileira e devido a suas características místico-religiosas contribuiu para a formação de um imaginário sobre o Sertão. Cf. Alfredo Bosi, op. cit.

*Eu lembro que (...) mãe e outras mulher fazia lá uma 'pias' [pilhas] de sal contando o mês. Cada raminha de sal daquela era um mês, então depois do São João (isso elas fazia, né? Na contagem...), então sabia que depois do meio do ano que ia chover mais... então você podia acreditar que aquilo dali ia dá certo. A gente não tinha televisão tinha, que acreditar na ciência de cada um. A gente tinha aquilo, vamo dizer, se a tanajura tava avoando... que a tanajura é aquela formiga que dá asa e avoa e a gente dá nome de tanajura. Se chove na mesma noite que ela voa, a chuva vai dá continuidade; se não chove, o tempo vai levantá. (Seu Dê)*

Além de estranha, de não familiar, a imagem do semiárido durante seus períodos de estiagem (que são cíclicos) é bastante distinta da representação estereotipada e idílica de Édem perdido, o que contribui para a associação de valores negativos à primeira. As entrevistas demonstram, no entanto, que a percepção dos sujeitos entrevistados sobre o ambiente natural semiárido não é pejorativa, como o senso comum pode, muitas vezes, classificar.

Segundo Barros (2012),

O grau de percepção ambiental da realidade, dos fatos, dos acontecimentos, das situações ou de eventos é variável entre os sujeitos perceptivos, principalmente em função do seu estado psicológico, do seu envolvimento pessoal, da valorização e da importância atribuídos à questão em foco e do nível de conhecimento acerca da natureza (BARROS, 2012, p. 221).

A percepção consiste em algo flexível e, em geral, as próprias expectativas dos indivíduos influenciam suas percepções de diversas maneiras (BARROS, 2012). Elas se adaptam continuamente ao meio circundante, tendendo a dar ênfase aos aspectos da realidade que se encontram em harmonia com suas crenças (BARROS, 2012). A relação afetiva, as experiências, os laços fortes com o ambiente independem de determinadas características do meio, sobretudo as que dizem respeito às percepções estéticas ou padrões estéticos.

A normatização estética inerente a determinadas práticas de educação ambiental, a qual os autores proponentes da epistemologia ecológica criticam não foi notada nos relatos dos moradores de Marcionílio. Estes autores, entre os quais encontra-se Tim Ingold, chamam atenção para o fato do advento ecológico, ou seja, o advento das preocupações e sensibilidades em relação ao ambiente natural ter sido recalcado em nome da adoção de valores estéticos (e éticos) ocidentais “do viver em harmonia com a natureza”, o que se concretiza em práticas homogeneizantes e mesmo difusionistas (CARVALHO e STEIL, 2009, p.87).

se o processo civilizador afirmou-se com base em um ideal de domínio do mundo natural por meio de uma pedagogia das etiquetas e das boas maneiras, o

advento ecológico quer trazer de volta o mundo natural recalcado em nome de uma ética e estética do viver em harmonia com a natureza. Enfim, se por um lado podemos afirmar que a educação ambiental se insere no movimento da contracultura, fazendo-se portadora de uma norma que remete à antinormatividade que questiona as bases sobre as quais se instituiu a civilização ocidental moderna, por outro ela mesma se apresenta normativa e difusora da crença utópica de que é possível sanar a ferida que se produziu pela ruptura entre natureza e cultura (CARVALHO e STEIL, 2009, p.87).

Diegues (1997) reitera tal crítica ao analisar o “modo de preservação da natureza” que privilegia áreas naturais que são apelativas do ponto de vista unicamente estético, baseado nestes mesmos valores ocidentais, como florestas, grandes rios, canyons, discriminando áreas naturais menos chamativas, como mangues, pântanos, cerrados, brejos, etc., ainda que esses ambientes possam ser essenciais para o funcionamento dos ecossistemas.

A influência que a familiaridade, as experiências e o sentimento de pertencimento exercem sobre a percepção (estética e de forma geral) fica clara na fala de Sí. Ela saiu do município para estudar e posteriormente trabalhar. Atualmente, é professora de Geografia, e, como ela mesma afirma, quando vai falar com seus estudantes sobre o bioma caatinga: seu “depoimento é diferente dos outros, a emoção é diferente, as vivências... tudo é diferente!” Este aspecto corrobora com o argumento de Ingold (2000) explorado ao longo do primeiro capítulo, para quem a vivência no mundo e no ambiente determinam sua forma de percebê-lo: “Falo de todos os biomas, de todas as regiões do Brasil, mas é o que eu vivi!”. O semiárido é lindo para esta entrevistada, então ele o é.

As inspirações para as proposições teóricas de Ingold e mesmo metodológicas – já que esta forma de lidar com o ambiente, segundo o autor, é fundamental para a realização de etnografias e práticas de ensino-aprendizagem – se encontram nas etnografias de povos caçadores e coletores do círculo polar ártico, realizadas ao longo de anos de pesquisa pelo autor e na fenomenologia de Merleau-Ponty (CARVALHO e STEIL, 2012). Este filósofo francês é considerado uma das principais referências sobre as questões filosóficas da percepção (CHAUÍ, 2010). Aquele autor direcionou seus esforços sobre a fenomenologia, movimento filosófico para o qual o processo de assimilação de um objeto pela consciência humana, dado inicialmente por meio da observação e posteriormente da percepção em completa conformidade com sua forma, consiste em um fenômeno, na fenomenologia da percepção (NÓBREGA, 2008).

Merleau-Ponty (2000) aprofundou, ainda, estudos na estesiologia (ciência dos sentidos), definida como característica que abre o corpo para o exterior, transformando-o

em “poroso”, permitindo a comunicação de um corpo particular com os outros corpos. A capacidade de ter sensações, a sensorialidade, consiste na capacidade fisiológica, simbólica, histórica, afetiva de impressão dos sentidos (NÓBREGA, 2008). Mas, como ela se dá? Para responder tal pergunta Merleau-Ponty (2000) utiliza-se do ato de apreciação de uma obra de arte, um poema, ou um romance, que, segundo ele, produz significações mais amplas que a definem como uma pintura, um poema ou um romance. A obra de arte possui sentido quando este é formulado a partir da experiência vivida, e é essa modulação existencial que a torna significativa. O autor se apoia em uma compreensão sensível da vida e do conhecimento que ultrapassa as dicotomias clássicas e o racionalismo, ampliando as visões científicas sobre a percepção, proporcionando novos caminhos na fenomenologia (NÓBREGA, 2008).

Esta superação consiste, talvez, no grande fator de inspiração para Ingold. O autor afirma, referindo-se às formas de perceber o ambiente, que:

É conhecimento não de um tipo formal, autorizado, transmissível em contextos fora dos quais sua prática é aplicável. Pelo contrário, é baseado em sentimento (feeling), que consiste nas habilidades, sensibilidades e orientações que se desenvolveram através de longa experiência de conduzir sua própria vida em um ambiente particular.

(...) Eu afirmo, que os contos dos Cree sobre animais oferecendo-se para seres humanos, as histórias Aborígenes sobre antepassados emergindo de poços, as tentativas dos Janáč`ek para anotar os sons da natureza e os esforços de meu pai para me apresentar para as plantas e fungos do campo, são mais bem compreendidos (INGOLD, 2000, p. 25 e 26).

O autor refere-se à capacidade que o ser humano tem de aprender estas habilidades, estas formas de conhecimento transmissíveis através da experiência de viver em um ambiente e estas habilidades consistem na essência da percepção do ambiente.

Sí, como muitos em Marcionílio, migrou, como uma estratégia de meio de vida, para uma cidade de maior porte em busca de melhores condições de vida. É importante ressaltar que todos os entrevistados, sem nenhuma exceção, relataram ter algum parente morando fora, especificamente em São Paulo. Outras cidades baianas de maior porte como Salvador, Feira de Santana e Barreiras, assim como outras capitais brasileiras também foram mencionadas, mas São Paulo é sem dúvidas o destino preferido pelos marcionilienses.

Nós somos os maiores exportadores de gente. Nós temos duas ruas em São Paulo que é só praticamente marcioniliense. É a oportunidade, nós não conseguimos ainda encontrar a... uma forma de incluir nosso jovem em ocupação e renda. (...) Aí o nosso jovem vai embora. E virou cultura! Virou cultura (...) tá na cabeça dele que ele tem que ir pra São Paulo. Porque ele já nasceu com o pai dizendo que ele tinha que ir pra São Paulo, entendeu? Virou

cultura. Hoje ele vai estudar pensando nisso, a escola prega isso. Virou cultura! Muito pela necessidade, mas eu vejo alguns que nem tem a necessidade tão... mas já tá incorporado, o amigo já tá lá... (Jí)

Como visto anteriormente neste capítulo, processos relacionados à migração vêm alterando a composição social das famílias em Marcionílio Souza. Quando é chegada a hora de garantir seus meios de vida por conta própria, os filhos se casam e se mudam. Este fenômeno é recorrente em regiões pobres de países subdesenvolvidos (ELLIS, 2000; HEBINCK, 2007), o que causa substanciais mudanças nas estruturas familiares e nos padrões de utilização dos recursos (HEBINCK, 2007).

A migração de nordestinos para o “Sul” não é um fenômeno recente. Assim como observado por Garcia Jr. (1990), ela é utilizada como estratégia de meio de vida, possibilitando o acesso a recursos financeiros. Garcia Jr. (1990) chama atenção para o fato de o “Sul” concretizar-se no “caminho para o roçado”, ou seja, através da possibilidade de acúmulo de capital o camponês pôde ter acesso à terra e modificar sua situação de empregado. Esta lógica se deu de modo semelhante em Marcionílio Souza. Muitos compraram seu terreno através da renda proveniente do trabalho no “Sul”; entretanto, ela possibilitou também o caminho para a casa própria na cidade, para o estudo do filho, para a aquisição de bens materiais diversos antes inalcançáveis.

Os deslocamentos da população para o “Sul” se relacionam à industrialização do Brasil a partir de 1930, em particular, de 1940 e 1950, e à melhoria dos meios de transporte, sobretudo com o desenvolvimento da malha rodoviária destinada ao comércio interno (GARCIA JR., 1990).

À medida que estes surtiram efeitos positivos para membros da população, tornaram-se “cultura”, como sugere o entrevistado Jí. Existe uma linha de ônibus exclusiva que parte de Marcionílio em direção a São Paulo, fato não muito comum na região, em se tratando de um município de menos de 11 mil habitantes. No entanto, como afirmam Ellis (2000) e Hebinck (2007), em se tratando do contexto rural em geral, este fato torna-se recorrente, pois a migração (sazonal ou não) consiste em importante estratégia de meios de vida para determinadas comunidades rurais.

A abordagem dos meios de vida torna-se central em análises como esta, pois permite a concepção de uma imagem mais completa das complexidades da sobrevivência, sobretudo em regiões de baixa renda (ELLIS, 2000). No entanto, segundo Schneider (2010), faltam pesquisas capazes de apreender em que medida estas transformações

afetam as relações com o ambiente especificamente em se tratando da realidade brasileira. Esta pesquisa, de certa forma, tentou buscar algumas respostas neste sentido.

Percebeu-se que a relação afetiva com o ambiente retorna juntamente com os migrantes voltando de São Paulo. Desta vez, fortalecida por sentimentos de saudade, familiaridade e pertencimento à caatinga, ao semiárido, à culinária, às músicas, às tradições regionais. A alternativa da migração, segundo Garcia Jr. (1990), está associada à noção de liberdade, “não somente os salários mais altos eram atrativos (...), mas também a possibilidade de alternativa à sujeição às arbitrariedades (...) que os privava dos meios de acumular e possuir bens materiais e o controle do futuro de suas vidas” (GARCIA JR., 1990, p.73). Não é possível afirmar se esta sujeição, de fato, é vencida, ou se apenas é metamorfoseada. O que pode ser afirmado é que muitos voltam e/ou mantêm o vínculo com a cidade, retornando em épocas festivas como a festa de São João no dia 23 de junho e a festa da Padroeira da cidade, Sant’Ana, no dia 26 de julho.

Apesar da relação afetiva com o ambiente “retornar no ônibus”, como observado nos capítulos anteriores, esta relação mudou. Não se dá mais necessariamente no âmbito da necessidade de garantir a sobrevivência a partir do ambiente, mas ainda relaciona-se aos seus meios de vida, uma vez que as habilidades desenvolvidas que retornam fortalecidas por terem sido valorizadas, são escassas nas cidades de grande porte, e uma vez que continuam relacionada às formas de se viver, relativas aos aspectos afetivos, gostos, preferências, formas prioritárias de lazer.

Até para eu me acostumar com os frutos do cerrado eu tive... claro que a gente se adapta... eu tive um pouco de dificuldade. Se eu for entrar numa lanchonete e pedir um suco, eu vou pedir um suco de umbu que é o meu preferido. Ou então: Faz umbuzada! Mas eu já falo para encher o saco. – umbuzada o que é umbuzada? – Você não faz cajuada, você não faz limonada? Você não faz laranjada? Porque que você não faz uma umbuzada?

(...) E aproveitei também o conhecimento da gente para o comércio... fazer os licores... acho que foi um conhecimento levado daqui... o jenipapo, eh... de outro frutos... claro que a gente vai aderindo até quando... mas o conhecimento foi levado daqui, das frutas daqui... a jabuticaba... esses frutos daí que a gente pode tá.. acho que tem muita coisas que a gente pode tá utilizando daqui... processando... o que tem disponível aqui, os doces... e a gente vai adequando e hoje tem internet aí, o que a gente não sabe a gente corre atrás.. pesquisar, vai... perguntar, vai... corre atrás, participar de oficinas, eu participei de muitas oficinas... isso e me ajudou bastante no que eu faço... hoje no conhecimento que eu tenho, porque não pode ser aquele conhecimento... você tem que dá uma explicação do porque das coisas. De repente eu tenho um cliente que só bebe, mas tem outro que vai perguntar o que é que você usou nesse licor, que percentual você tem de cachaça ou de fruta ou de açúcar... eu tenho que ter esse conhecimento. (S)

A associação entre sentimentos e ambiente foi explorada por Tuan (1980). Para este geógrafo, a afetividade agrega ao ambiente a ideia de lugar, que tem como uma de suas bases a ideia de pertencimento. O autor defende que o ambiente “fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às nossas alegrias e ideais” (TUAN, 2012, p. 129). Ao tratar destes dois temas, o autor articula a relação da memória com a percepção do ambiente, à medida que ele ressalta a influência que as afetividades têm na escolha do que é ou não lembrado e também percebido.

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica, e para propiciar satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 2012, p. 3).

Duas pessoas não veem a mesma realidade. Nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente. A própria visão científica está ligada à cultura – uma possível perspectiva entre muitas (TUAN, 2012, p. 5).

A migração para São Paulo e/ou outras cidades de grande porte implica, certamente, em fortes desgastes emocionais, separação da família, mudança de hábitos, etc. Se Caetano Veloso não teve a intenção de poetizar sobre estes sentimentos que perpassam a mente apavorada com “o que ainda não é mesmo velho” dos milhares de “novos baianos” que migraram para “Sampa”, ele o fez sem querer. Esta música/poema reúne várias das motivações e afetividades que provavelmente acariciaram as emoções destes migrantes; que têm um “sonho feliz de cidade”; que, muitas vezes, são “oprimidos nas vilas, nas ruas, favelas”; “num difícil começo”; de uma nova vida em função da “grana que ergue e destrói coisas belas”. Será a nova realidade tudo ou “nada do que não era antes”? Estão fugindo, como os que o fizeram no “quilombo de Zumbi”? Certamente, estão em busca da felicidade e liberdade de poder viver e “curtir [a vida] numa boa”<sup>40</sup>.

#### 4.3 Considerações Finais

As estratégias de meios de vidas, apesar de suas características extremamente dinâmicas e diversificadas, entrelaçam-se ao ambiente que circunda a vida das pessoas de diferentes formas. À medida que elas mudam e se diversificam, geram ressignificações nas formas de perceber e agir no ambiente. Foi possível notar que assim como na

---

<sup>40</sup> Cf. Veloso (2003) os trechos entre aspas compõem as estrofes da música Sampa.

memória, aspectos afetivos têm influência na percepção do ambiente, pois o sujeito ou o grupo escolhem quais percepções e formas de agir devem permanecer em suas vidas.

A migração, enquanto estratégia de meio de vida, tendo em vista o exposto, consiste em um fator propulsor de sentimentos, como o de pertencimento a um lugar e sensibilidade à proteção do ambiente. Algumas pesquisas vêm demonstrando como o estudo das motivações e crenças que levam à mudança de hábitos pessoais em relação ao ambiente favorecem a eficácia da implementação de políticas públicas ambientais (BLENNOW, 2012). O fato de se levar em conta o conhecimento popular local torna-se igualmente útil.

Ficou bastante clara, a partir dos relatos, a amplitude do conhecimento que estes sujeitos acumularam sobre o ambiente em suas experiências de vida. Foi possível perceber, a partir dos relatos e da observação participante que as gerações mais antigas possuem estes conhecimentos arraigados à sua percepção do mundo e do ambiente. Uma das razões desta ocorrência reside no fato do ambiente ter sido o único ou o principal meio de vida desta geração. No que diz respeito a gerações mais jovens, foi possível notar que estes conhecimentos perpetuam-se em se tratando de residentes da zona rural. Os jovens residentes na zona urbana distanciam-se cada vez mais destas formas de conhecimento, contexto que se assemelha à conjuntura brasileira.

A percepção do ambiente está invariavelmente atrelada às experiências de vida, à afetividade, à familiaridade e aos sentimentos de pertencimento a um mundo, a um meio, a um ambiente. A percepção sertaneja do ambiente semiárido é distinta das demais; e para o alcance de uma relação mais sustentável do homem com o ambiente é indispensável uma melhor compreensão daquela.

## 5 Considerações Finais

Esta dissertação teve como objetivo central compreender a percepção do ambiente de moradores do município de Marcionílio Souza, onde se nota um alto nível de degradação ambiental e, no entanto, uma enorme amplitude de conhecimentos e vínculos sobre e com o ambiente.

Como se sabe, a percepção ambiental do ocidente esteve historicamente vinculada a questões religiosas, científicas e econômicas (THOMAS, 1996). Pode-se dizer que somente a partir da década de 1960 – no caso brasileiro, da década de 1970 – tornou-se visível a necessidade de transformação na concepção do ambiente em ditas sociedades. O ambiente passa a ser visto como algo valioso, que necessita proteção e cuja conservação consiste em necessidade e demanda da sociedade. Após séculos de dominação e destruição do ambiente, não era de se estranhar que esta mudança gerasse conflitos e controvérsias.

É neste ponto que se insere a discussão central desta pesquisa, que partiu de questionamentos sobre o por quê determinadas sociedades têm relações mais ou menos sustentáveis com o ambiente que as circunda. Será que estes sujeitos percebem o ambiente como algo destituído de valor? Serão culturais os aspectos que influenciam nestas relações? Este foi o tema central do Capítulo 2.

Sabe-se que a necessidade de dominação do ambiente esteve atrelada à sobrevivência do homem. E, em se tratando de comunidades rurais, esta necessidade é concreta até os dias de hoje; por exemplo, tem-se que afastar animais peçonhentos do local de morada, é preciso desobstruir a passagem do sol para a realização de diversas atividades, é necessário barrar a entrada de animais selvagens do local de armazenamento de mantimentos. Há também a necessidade de se produzir alimentos. Para suprir muitas destas necessidades tornam-se necessárias algumas práticas consideradas agressivas ao ambiente, como o desmatamento e o fogo.

Ao se investigar a relação homem-ambiente, aparentemente dada a ferro e fogo em Marcionílio Souza, foi possível delinear duas questões principais: a primeira consiste na reflexão sobre quais pré-conceitos estabelecem e definem determinadas relações como danosas e agressivas. Os moradores de Marcionílio não as veem assim. Este tema alimenta uma das principais reflexões desta dissertação, que se embasam nos

pressupostos teóricos da epistemologia ecológica de autores como Tim Ingold e Isabel Cristina de Moura Carvalho.

Assim como Carvalho e Steil (2009), apesar de se reiterar o caráter contra hegemônico do movimento ecológico – uma vez que este questiona as bases sobre as quais se instituiu a civilização ocidental moderna, indo na contramão da submissão da natureza à razão humana e do domínio do mundo natural – nota-se uma tendência normativa e homogeneizante neste movimento, à medida que se seguem normas éticas e estéticas de conduta. A autora sugere uma analogia entre a Agenda 21 e os manuais de etiquetas para ilustrar tal característica (CARVALHO e STEIL, 2009). Outros autores, como Diegues (2001), chamam atenção para a existência de valores estéticos nada relacionados a funções ecológicas em certas formas de “ambientalismos”, como, por exemplo, a predileção pela preservação de canyons ao invés de mangues – locais de imensa importância ecológica, porém comumente estigmatizados devido a valores estéticos. Por isso é necessário rever alguns conceitos e práticas de educação ambiental difundidos contemporaneamente.

A segunda questão versa sobre as possibilidades de escolha que foram historicamente dadas aos sujeitos sociais de Marcionílio Souza; qual era a possibilidade de atuar de forma distinta no ambiente? A abordagem dos meios de vida teve tremenda valia e permitiu constatar a intrínseca relação existente entre o ambiente e os meios de vida da população, sobretudo a de baixa renda. Foi possível constatar que o ambiente, em muitos casos, era o principal ou único meio de vida de camadas da população – como foi o caso dos assentados de reforma agrária, sobretudo da década de 1980 – e que por isso houve a necessidade de super explorá-lo. A pesquisa tornou perceptível ainda a forte herança contemporânea da forma como se deu a ocupação e a colonização do semiárido, sejam nas relações de trabalho ou em formas de dominação tradicionais e carismáticas, e que isto pode consistir em influências sobre as formas de uso do ambiente.

A análise dos meios de vida possibilita o entendimento de elementos estruturantes das estratégias adotadas pelas famílias as quais, muitas vezes, baseiam-se nas migrações. A vivência da migração pela população local em direção a centros urbanos influenciou a ressignificação da relação homem-ambiente em suas formas mais recentes. Ao longo de toda a dissertação, através da citação de trechos dos relatos dos entrevistados, constatou-se a afetividade existente entre o homem e o ambiente marcioniliense, entretanto, a partir do uso do conceito de memória, foi possível constatar a mudança da percepção do ambiente, sobretudo por parte daqueles que migraram e retornaram. Muitos dos migrantes

mantêm um vínculo afetivo com o lugar e percebem a necessidade de recuperar e conservar o ambiente.

Cada uma das análises realizadas ao longo dos capítulos 2, 3 e 4 embasa o argumento que autores como Blenow et al (2012) vêm ressaltando: o conhecimento dos fatores que desencadeiam a resposta humana a determinado problema ambiental é crucial para a eficácia de políticas públicas direcionadas à conservação do ambiente (BLENOW et al, 2012).

Deste modo, uma das conclusões mais significativas deste estudo consiste na constatação das discrepâncias entre a percepção do ambiente por parte da população, do Estado e da Academia. Percebe-se necessário assim conhecer melhor a lógica ambiental da(s) cultura(s) de determinado território, camuflada nas práticas e manejos dos ecossistemas praticados pelos sujeitos locais. As estratégias de meios de vida desenvolvidas por um grupo social visando à solução de situações-problema inerentes a determinado contexto, dizem respeito à satisfação de um conjunto complexo de necessidades não sintetizáveis em um manual. O diálogo entre este tipo de conhecimento, o técnico, o científico e o político (policy makers) acrescido do respeito aos meios de vida locais consiste em instrumento fundamental à concretização de práticas mais sustentáveis.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. (2003), **Finanças de proximidade e desenvolvimento territorial no semiárido brasileiro**. In – COSSÍO, Maurício Blanco, org. - Estrutura Agrária, Mercado de Trabalho e Pobreza rural no Brasil – capítulo 12.
- AB’SÁBER, A. N. (1999) **Referências bibliográficas do Nordeste seco**. Estudos Avançados 13 (36).
- ADES, César, (2004) A Memória Partilhada. **Revista Psicologia**, USP, 15(3), 233-244.
- ANDRADE, Manuel Correa de (1980) **A terra e o homem no Nordeste**. 4ª edição Livraria Editora Ciências Humanas. São Paulo, SP.
- BAHIA. (2005) **PANORAMA DA DESESRTIFICAÇÃO NA BAHIA**. SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr\\_desertif/arquivos/panorama\\_bahia.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr_desertif/arquivos/panorama_bahia.pdf). Acesso em abril de 2014.
- BAHIA. (2010) **PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO CHAPADA DIAMANTINA**. Seabra, Bahia. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs\\_qua\\_territorio031.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio031.pdf). Acesso em 2012. Acesso em abril de 2013.
- BAHIA. (2011), **ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS BAIANOS**. Volume 15, Território de Identidade da Chapada Diamantina. Disponível em: [http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2013/10/EstatisticaMunicipal/est\\_munba\\_2011\\_chapada%20diamantina.pdf](http://www.zee.ba.gov.br/zee/wp-content/uploads/2013/10/EstatisticaMunicipal/est_munba_2011_chapada%20diamantina.pdf). Acesso em junho de 2015.
- BARROS, Juliana Ramalho. (2012), A PERCEPÇÃO AMBIENTAL DOS QUILOMBOLAS KALUNGA DO ENGENHO E DO VÃO DE ALMAS ACERCA DO CLIMA E DO USO DA ÁGUA (artigo) **Revista eletrônica Ateliê Geográfico Goiânia-GO** v. 6, n. 4 Dez/2012 p.216-236
- BOSI, Ecléa (2003), **O tempo vivo da memória: Ensaios sobre Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial.
- BOURDIER, P. (2006), **O Poder simbólico**. 9ª edição. Bertrand Brasil, 322p. Rio de Janeiro.
- BRAGA, Benedito et al. (2005), **Introdução à Engenharia Ambiental: O desafio do desenvolvimento sustentável**. 2ª edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall.
- BUIJS, Arjen. (2009) **Public Natures: Social representation of nature and local practices**. Tese de doutoramento. Wageningen University. Alterra, Wageningen, UR.
- BURITI, Catarina de Oliveira e AGUIAR, José Otávio. (2008) SECAS, MIGRAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DO SEMI-ÁRIDO NA LITERATURA REGIONAL: POR UMA HISTÓRIA AMBIENTAL DOS SERTÕES DO NORDESTE BRASILEIRO. **Revista Textos e debates UFRR**, edição online v. 1, n. 15, Disponível em:

<http://revista.ufrr.br/index.php/textosedebates/article/view/747>. Acesso em: julho de 2014;

CANDIDO, Antonio (1977). **Os parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. Livraria duas cidades, 4ª edição.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A.; PAULUS, G. (2006), **Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Brasília.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (2006) **Educação Ambiental: formação do sujeito ecológico**. 2ª edição. São Paulo: Cortez.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; STEIL, Carlos Alberto. (2009) O Habitus Ecológico e a Educação da Percepção: fundamentos antropológicos para a educação ambiental. **Revista Educação e Realidade**. 34(3): 81-94, set/dez.

---

(2012) O pensamento ecológico de Tim Ingold, **Anuario de Antropología Social y Cultural**. Uruguay, Vol. 10.

CASTRO, Rodrigo Dugulin (2014). **A MIGRAÇÃO SAZONAL DO VALE DO JEQUITINHONHA NO SÉC. XIX: MEIOS DE VIDA, TRANSLOCALIDADE E FLUXOS**. Dissertação (mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa.

CHAMBERS, R.; CNWAY, G. (1992), **Sustainable rural livelihoods: Practical concepts for the 21st century**. IDS Discussion Paper 296. Brighton: IDS

CHAUÍ, Marilena (2010) Merleau-Ponty: a obra fecunda. **Revista eletrônica CULT. Edição 123**. Disponível em: <http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/merleau-ponty-a-obra-fecunda/> Acessada em junho de 2015;

CIRILO, J. A.; MONTENEGRO, S. M.G.L.; CAMPOS, J. N. B. (2009), **A questão da água no semiárido brasileiro**. Departamento de Engenharia Rural, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CLAVAL, Paul (2007), **A Geografia Cultural**. Editora da UFSC, 3ª edição. Florianópolis, 453p.

COOPERTam. (2006) **Projeto de Desenvolvimento de Oportunidades de Negócios - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COPERTAM – COOPERATIVA DE PRODUTORES DE LEITE DO MÉDIO PARAGUAÇÚ**. Sebrae. Marcionílio Souza, Bahia.

CUNHA, Euclides da (1903), **Os Sertões**. São Paulo: Três, (Biblioteca do Estudante).

DEAN, W. (1996) **A ferro e fogo: A história da destruição da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo. Companhia das Letras.

DFIT – Ministério para o Desenvolvimento Internacional. (2000) **Manual de Orientação sobre MEIOS DE VIDA SUSTENTÁVEIS**. Disponível em: <http://community.eldis.org/.59c21877/PO-GS3.pdf> . Acesso em 2012.

DIEGUES (1997) IN. SERRANO, C. M. T. e BRUHNS, H. T. (orgs.). **Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente**. Campinas, SP. Papirus (Coleção turismo).

- DIEGUES, Antonio Carlos. (2001). **O mito moderno da natureza intocada**. Sao Paulo: HUCITEC. 169 p.
- ELLIS, Frank. (2000) **Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries**. Oxford University press.
- FERREIRA, Leila da Costa (2006) **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 114p.
- FAO (2003) A qualidade dos assentamentos de Reforma Agrária. Projeto de Cooperação técnica MDA/FAO. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/547.pdf>. Acesso em fevereiro 2015.
- FAORO, R. (2001), **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3ª edição. São Paulo: Globo.
- GARCÍA, Ernest. (1999) **El TAMPOLÍN FÁUSTICO: Ciencia, mito y poder en el desarrollo sostenible**. Colección Gorgona, Ediciones Tilde. 1ª edición, Valencia.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. (1990), **SUL: A caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Editora Marco Zero e editora Universidade de Barsília.
- GEOGRAR, Projeto. UFBA. Disponível em: [www.geografar.ufba.br/](http://www.geografar.ufba.br/). Acesso em 2012.
- GOLDENBERG, Mirian (2011). **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Record.
- HALBWACHS, M. (1993). **A memória coletiva**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais.
- HELLER, Agnes. (2004). **O cotidiano e a história**. Terra e Paz, 7ª edição, São Paulo.
- HEBINCK, Paul & LENT, Peter C. (orgs.) (2007). **Livelihoods and Landscapes: The people of Guquka and Koloni and their Resources**. Editora Brill, Leiden, Boston.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. (1995). **Raízes do Brasil**. 26ª edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- HARDIN, G. (1968). The Tragedy of the Commons. **Science**, 162: 1243-1248.
- IBGE (2006). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006\\_segunda\\_apuracao/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/). Acesso em maio de 2014.
- INGOLD, Tim. (1993) The Temporality of the Landscape In: World Archaeology Vol. 25, No. 2, Conceptions of Time and Ancient Society, Published by: Taylor & Francis Ltd, pp. 152-174.
- \_\_\_\_\_ (2000) **Perception of the Environment**. Taylor & Francis e-Library. New York.

- \_\_\_\_\_ (2010) Da transmissão de representações à educação da atenção. Educação, Porto Alegre, v.33, n1, p.6-25.
- IPEA – Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada. (2013) **Políticas Sociais: acompanhamento e análise.** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas\\_sociais/bps\\_19\\_completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_19_completo.pdf). Acesso em abril 2014.
- JACKSON, Luis Carlos. (2001) A TRADIÇÃO ESQUECIDA Estudo sobre a sociologia de Antonio Candido. **REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - VOL. 16 Nº. 47.**
- LARAIA, Roque de Barbosa. (2001) **Cultura: um conceito antropológico.** 24ª impressão, Rio de Janeiro: Zahar.
- LEAL, Victor Nunes. (2012) **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** Companhia das letras, 7ª edição, São Paulo.
- LEFEBVRE, Henri. (2006). **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.
- LE GOFF, Jacques (1990). **História e memória.** Tradução Bernardo Leitão [et al.] (Coleção Repertórios) Editora da UNICAMP, Campinas, SP.
- LIMA, Nísia Trindade (1998) **Um sertão chamado Brasil: Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional.** Rio de Janeiro : Revan : IUPERJ, UCAM.
- MALINOWSKI, BRONISLAU. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental.** Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril, 1976.
- MARTINS, JOSÉ DE SOUZA. (1994) **O Poder do Atraso. Ensaios Sociológicos da História Lenta,** São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2000), **Reforma Agrária: O impossível Diálogo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- \_\_\_\_\_. (2011), **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** 3. ed. São Paulo: Contexto.
- MEDRADO, José. **Memórias: 80 anos de existência.** Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, EGBA, 2001.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (2000). A natureza (A. Cabral, Trad.). São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2006) **Fenomenologia da Percepção.** São Paulo: Martins Fontes.
- MINAYO, M.C. (2012). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade.** Editora Vozes, 28ª edição, Petrópolis, RJ.

- MONTENEGRO, Antonio Torres. (1992). **História oral e memória: a cultura popular revisada**. São Paulo: Contexto.
- NÓBREGA, Terezinha Petrucia da (2008). Corpo, percepção e conhecimento em Merleau-Ponty. **Estudos em Psicologia**. 13(2), 141-148.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (1989) O CAMPO BRASILEIRO NO FINAL DOS ANOS 1980. **Revista de Geografia**, Associação Nacional dos Geógrafos, 1989.
- OSTROM, Elinor; POTEETE, Amy R.; JANSSEN, Marco A. (2011), **TRABALHO EM PARCERIA: ação coletiva, bens comuns e múltiplos métodos**. São Paulo, Editora SENAC;
- OSTROM, Elinor. (2012), **Green from the grassroots**. Project Syndicate: The world's opinion page. Disponível em : <http://www.project-syndicate.org/commentary/green-from-the-grassroots>
- PÁDUA, José Augusto. (2002). **Um sopro de destruição : pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. J. Zahar, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (2010). As bases teóricas da História Ambiental. **Revista estudos avançados** 24 (68).
- PEREIRA, Márcio de Araújo; SOUZA, Marcelino de; SCHNEIDER, Sérgio. (2010) **Meios de vida e livelihoods: aproximações e diferenças conceituais**. Revista IDEAS v. 4, n. 1, p. 203-224, jun./jul.
- PEREIRA, M. C. N. e SAITO C. H. (2010), **A geopolítica e as ilusões sobre a democracia e participação social na gestão de recursos hídricos: o Comitê de Bacia Hidrográfica do rio Paraguaçu (BA) como estudo de caso**. Disponível em: [www.anppas.org.br/encontro5/.../GT9-130-73-20100808085334.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro5/.../GT9-130-73-20100808085334.pdf), acesso em: 10/09/2012;
- PIETRAFESA, José Paulo; SILVA, Sandro Dutra e. (2011) **Transformações no cerrado: progresso, consumo e natureza**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás.
- PIRES, Murilo José de Souza e RAMOS, Pedro. (2009) O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Revista Econômica do Nordeste**, vol 40, nº 3, julho-setembro.
- PONTES, E. T. M.; MACHADO, T. A. (2009), Programa um milhão de cisternas rurais no nordeste brasileiro: políticas públicas, desenvolvimento sustentável e convivência com o semi-árido. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-25.
- PRADO JÚNIOR, Caio (1992) **Formação do Brasil contemporâneo**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- \_\_\_\_\_ (1993) **História Econômica do Brasil**. Editora brasiliense, 40ª edição, 1993, primeira edição 1945, São Paulo

- REZENDE, S.C., HELLER, L. O saneamento no Brasil: Políticas e interfaces. INGENIUM, 2008. 387p.
- RHUKUZAGE, S. K.; ROSÁRIO, I. S. do. (2011), **Cidadania além da dádiva: Uma breve análise das políticas públicas (sociais) no Nordeste**. Curso de Ciências Sociais/UFPB. JORNAL DO M.A.U.S.S. IBEROLATINOAMERICANO. Paraíba.
- RIBEIRO, M. A. (2003) **Tesouros da Índia para a civilização sustentável**. Belo Horizonte, Rona Editora.
- ROSA, João Guimarães. (2001). **Grande Sertão: Veredas**. 19ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ROZO, Juan David Delgado. (2010) Entre la materialidad y la representación: reflexiones sobre el concepto de paisaje en geografía histórica. **Cuadernos de Geografía/Revista colombiana de Geografía** n.º 19. PP. 77-86.
- SAHR, Wolf-Dietrich (2008) **Geografia cultural e social: teoria e método**. Ação e espaço MUNDOS – a concretização de espacialidades na geografia cultural SciELO Books.
- SANTOS, Ana Carolina Vila Ramos dos. (2008) **As naturezas de Freyre: natureza e ecologia em “Nordeste” (1937) de Gilberto Freyre / Ana Carolina Vila Ramos dos Santos**. Campinas, SP.
- SANTOS, Tiago Rodrigues; GERMANI, Guiomar Inez. (2010) **Disputas pela mediação da luta na terra na Bahia: O caso do Assentamento Caxá – Marcionílio Souza (BA) – 1984-2010**. Disponível em: <http://www.geografar.ufba.br/site/arquivos/biblioteca/publicacoes/c470692575a393237d2056702bfa2b76.pdf>. Acesso em 2012.
- SCHNEIDER, Sérgio. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. **Revista de Economia Política**. Vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531.
- SILVA, R. M. (2006). **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento**. Tese de doutoramento submetida à Universidade de Brasília. Brasília.
- SILVA, Tarcísio Augusto Alves da. (2012) **O pensamento ambiental de Gilberto Freire: Contribuições para uma ecologia dos trópicos**. Anais do VI Encontro Nacional da Anppas. Belém - PA – Brasil. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT10-733-940-20120621141404.pdf>. Acesso em dezembro de 2013.
- SILVA FILHO, M.; MASCARENHAS, M. H. A.; SILVA, Y. S. R. S. da (2006), **Análise da Antropização e seus impactos Negativos na Bacia do Rio Piranhas, afluente do Paraguçu**. Itaberaba – Brasil.
- SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. (2005) **Imaginário social de semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí**. Dissertação apresentada ao Programa Regional de Pós-Graduação

em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal do Piauí. Teresina, Piauí.

SPIX, Johann Baptist von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. (1981), **Viagem pelo Brasil: 1781-1826**. 4ª edição. São Paulo. Editora Universidade de São Paulo, 1981

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (2014) Epistemologias ecológicas: delimitando um conceito. **MANA** 20(1): 163-183.

TONNEAU, J. P.; CUNHA, L. H. (2005), **Pesquisas em Desenvolvimento Territorial no Semi-árido**. Raízes, Vol. 24, n°s 01 e 02, p. 45–53, jan./dez. 2005. Campina Grande – Brasil.

THOMAS, Keith. (1996) [1983] **O homem e o mundo natural: mudança de atitude em relação às plantas e animais, 1500-1800**. 3ª reimpressão. São Paulo: Campanha das Letras.

VELHO, Otávio. (2001) **De BATESON a INGOLD: Passos na construção de um paradigma ecológico**. Revista Mana 7(2):133-140

VELLOSO, Tatiana Ribeiro (2000). **A GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS EM UM CONTEXTO REGIONAL: A TRAJETÓRIA DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS)**. Dissertação de Mestrado submetido ao Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, UFV. Viçosa.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (2009), **O mundo rural como espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

WANDERLEY, M. de N. B. (2010), **A Sociologia Rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade**. Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.

WEBER, M. (1991), **Economia e Sociedade. Fundamentos da Sociologia compreensiva**. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, vol I e (2004) vol II.